



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



**DISCURSO E IDENTIDADE:  
OS FILHOS ADOTIVOS EM RELATOS DA MÍDIA E DE  
GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO**

RECIFE  
2016

AMANDA MARQUES DUQUE

**DISCURSO E IDENTIDADE:  
OS FILHOS ADOTIVOS EM RELATOS DA MÍDIA E DE  
GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Pedro de Oliveira Filho

RECIFE,  
2016

Catálogo na fonte

Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

D946d Duque, Amanda Marques.  
Discurso e identidade : os filhos adotivos em relatos da mídia e de grupos de apoio à adoção / Amanda Marques Duque. – 2016.  
140 f. : 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2016.  
Inclui referências e anexos.

1. Psicologia. 2. Psicologia social. 3. Adoção. 4. Identidade (Psicologia). 5. Análise do discurso. I. Oliveira Filho, Pedro de (Orientador). II. Título.

150 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-46)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**DISCURSO E IDENTIDADE:  
OS FILHOS ADOTIVOS EM RELATOS DA MÍDIA E DE  
GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO**

Aprovada em: 27/04/2016  
Banca Examinadora:

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Pedro de Oliveira Filho  
1<sup>o</sup> Examinador/Presidente  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilene Freire de Queiroz  
2<sup>a</sup> Examinadora Externa  
Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Albenise de Oliveira Lima  
3<sup>a</sup> Examinadora Externa  
Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Benedito Medrado-Dantas  
4<sup>o</sup> Examinador Interno  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Luís Felipe Rios do Nascimento  
5<sup>o</sup> Examinador Interno  
Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE,  
27 de abril de 2016

## AGRADECIMENTOS

Quando fui aprovada na seleção, uma das primeiras mensagens que escutei dizia que eu teria o doutorado dos meus sonhos. Não sei dizer se foi o doutorado dos sonhos, mas o reconheço como real, verdadeiro e tranquilo. Através dele, pude realizar, sim, alguns sonhos. Mas, eles só foram concretizados pela ajuda e parceria de algumas pessoas nessa caminhada.

Minha gratidão muito especial ao meu orientador, professor Pedro de Oliveira Filho. Sua amizade e (muita) paciência nessa jornada foram fundamentais para mim. Você, de forma ética e cuidadosa, apontou todas as minhas falhas e deficiências e me mostrou como fazer pesquisa. Sou grata a você por ter aceitado participar comigo desta jornada e por acreditar nele e em mim.

Agradeço aos meus pais, Fernando e Marciana, pelo apoio e suporte nessa jornada. Ao meu irmão Bruno, a minha cunhada Viviane, e, especialmente, a minha irmã Andrezza pela ajuda ímpar. Aos meus sobrinhos Nanda e Lucas, pelas mensagens de voz inspiradoras e saudosas que me derretem, principalmente, quando me chamam de Titia 'magueta'.

Aos meus avôs Nena e Paulo, minha avó Neusa, à Tia Mariza e às minhas primas Camila e Mariana. Obrigada por me fazerem presente, apesar da minha ausência física, em todos os momentos familiares.

À querida Edilene Freire de Queiroz por ter me inserido nessa caminhada de estudos no campo da adoção. Obrigada por ter acompanhando e participado ativamente, de forma ímpar, de todas as etapas da minha vida acadêmica, graduação, mestrado e agora doutorado.

Ao professor Luís Felipe Rios pelas interessantes discussões em sala de aula, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação e agora na Banca de Defesa. Agradeço pela disponibilidade e atenção ao longo de todo o doutorado e pela oportunidade da bolsa do doutorado "sandwich".

Ao querido Benedito Medrado por suas valiosas contribuições na Banca de Qualificação, e agora na defesa. Muito feliz estou por contar com a sua presença neste momento. Minha admiração por você é enorme.

À querida Albenise, que gentil e docemente aceitou o convite em participar da banca. A sua contribuição e conhecimento para este trabalho são caros a mim.

Aos amigos da turma do doutorado Marilyn e Fernanda Sardelich. Em especial à amiga-irmã Nanda (Fernanda Siqueira), pelo companheirismo e suporte nessa caminhada.

Ao Marcio Valente pelas escutas, amizade e torcida sincera para que tudo dê certo.

Às amigas do mestrado, doutorado (turma 2), da vida... Anna Karina, a amiga mais, “tipo assim”, doce e divertida. A Larissa, a flor que aprendeu a gostar do chocolate, e Diogivânia, pelos ‘sequestros’ quando me tirava de casa para os cafezinhos acompanhado das serenatas nas ladeiras de Olinda.

À minha anja, Jéssica Noca. Sua atenção, cuidado e ajuda na leitura do pré-projeto para seleção do doutorado e no projeto para o doutorado sanduiche foram fundamentais. Obrigada por tudo!

À amiga Christielle, agradeço pelo acolhimento na sua casa, e pela ajuda na realização das entrevistas. Obrigada por ter estranhado o campo junto comigo.

Ao Pedrinho, pelos socorros no material da Psicologia Social Discursiva.

À querida Roseane Amorim pela ajuda e cuidado no início do doutorado.

To Gordon, I am very grateful for having had the opportunity to participate in the Rudd Centre project. Thank you for the support and care while working with you. I have learnt a lot in the Centre.

To my friends from Sussex University, Ruth, Leticia, Carmel and Mar. A special thank you to Carmel, for looking after me, in many moments like a mother, and to Mar, the sister I was gifted with in the ‘doctoral sandwich’.

To Jose, thank you for making me feel so special and for being so supportive. Your support in the final stage was crucial.

To my friends Rona and Eric thank you for cheering for me along this journey.

Ao Lucas do LSI English. Pela ajuda nas aventuras do inglês ("the book is on the table") em Brighton quando fomos à Universidade.

Aos amigos do Senac, curso de idiomas, Rudy e Serginho. Em especial à Claudia, pelos almoços recheados de palavras de incentivo e carinho.

Ao João pela atenção e disponibilidade referente as burocracias do curso do doutorado.

Aos colaboradores da pesquisa que dispuseram um espaço do seu tempo para conversarmos sobre adoção.

A FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco) por ter financiado o desenvolvimento deste estudo.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de estudo para a realização do doutorado sanduiche.

Deus, obrigada por tudo o que me proporcionaste, e por ter colocado esses anjos em forma de amigos no meu caminho.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar e analisar os conteúdos e a organização retórica mobilizados, em relatos da mídia e de militantes da causa da adoção, na construção discursiva da identidade dos filhos adotivos. Baseados nos teóricos da Psicologia Social Discursiva e em teóricos pós-estruturalistas que estudam a relação entre discurso e identidade, partimos do pressuposto de que as identidades são construídas por práticas sociais e discursivas e são objetos negociados e disputados por diferentes discursos. Para a realização deste estudo, entrevistamos militantes de dois grupos de apoio à adoção, coletamos o material discursivo disponibilizado no *site* da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e matérias do Jornal Folha de S. Paulo veiculadas durante o período de 2009 a 2014. Para a análise desse material discursivo, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Discursiva, a qual dispensa uma especial atenção às ações realizadas com o uso da linguagem. Os resultados mostram que diferentes atributos são mobilizados para construir a identidade do filho adotivo. Um deles, mobilizado pela mídia, de maneira sutil, é a suposta periculosidade do filho adotivo. Esse atributo é combatido pelos militantes da causa da adoção. Denunciam a assimetria existente entre filhos adotivos e biológicos nesses relatos. Outro atributo é o abandono, apresentado pela mídia, e de maneira ambígua pelos militantes, como um atributo central dos filhos adotivos. A ideia de que os filhos adotivos têm uma predisposição para apresentarem distúrbios psicológicos e problemas de conduta também esteve presente, mas foi mais combatida do que endossada. Outra maneira de identificar os filhos adotivos consiste em afirmar que eles são filhos autênticos porque passaram pela via da adoção. Por fim, outro atributo presente diz respeito aos candidatos a futuros filhos adotivos. Eles são representados fundamentalmente a partir de características biológicas e sociais negativas.

**Palavras-chave:** Adoção. Filho Adotivo. Identidade. Discurso. Psicologia Social.

## ABSTRACT

The aim of this study is to identify and analyse the construction of identity discourses in media and adoption support groups reports regarding adoptive children. Taking in account the theories of Social Psychology and Post-structuralism, in which the relationship between discourse and identity is studied, it is argued that identities are constructed and negotiated by social practices and discourses. For this study we interviewed supporters of two adoption groups, also analysed discursive material available on the National Association of Adoption Support Groups (ANGAAD) site and finally news published by the newspaper *Folha de S. Paulo* from 2009 to 2014. An analytical framework was developed based on the theories of Discursive Psychology, taking in account the use of language in relation to social actions. The findings demonstrate that different attributes are negotiated to construct the adopted children identity. One of them, underlined by the media, subtly, is the supposed to the dangerousness of the adopted child. This discourse is contested by the supporters of the adoption groups, who underline the inequality between adoptive and biological children. Another attribute presented by the media and also by the adoption supporters, the latest in an unclear discourse, is related to rejection. The idea that the adoptive children have a predisposition to develop psychological disorders and behavioural problems was also present in the interviewees and media reports analysis. However, this perspective was more criticized than used to characterize the adoptive children. Another way to identify the adoptive children is to state that they are 'true children' because they have been through the adoption process. Finally, another attribute presented in the findings is related to the candidates to prospective adoptive children. These are mainly represented by using biological and social negative attributes.

**Key words:** Adoption. Adoptive Children. Identity. Discourse. Social Psychology.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

GRÁFICO 1. N <sup>o</sup> de GAAs por região .....	<b>57</b>
QUADRO 1. Perfil dos colaboradores da pesquisa .....	<b>60</b>
QUADRO 2. Número de reportagens por ano e por seções .....	<b>61</b>
QUADRO 3. Número de reportagens por ano e por seções .....	<b>62</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. OS FILHOS ADOTIVOS E A ADOÇÃO NO DISCURSO PSICOLÓGICO, NA MÍDIA E NO DIREITO .....</b>	<b>19</b>
2.1 A adoção e os filhos adotivos no discurso psicológico .....	19
2.1.1. <i>Os percalços no desenvolvimento da criança adotiva na literatura psicológica</i> .....	21
2.2 A adoção e a criança adotiva na mídia .....	26
2.2.1 <i>Para quem e de quem se fala nessas produções?</i> .....	27
2.3 A construção da adoção e do filho adotivo no campo do direito .....	30
2.3.1 <i>Os primeiros dispositivos jurídicos e a lógica da aliança nas famílias burguesas</i> .....	31
2.3.2 <i>As famílias adotivas no direito brasileiro da segunda metade do século XX</i> .....	34
2.3.3 <i>As mudanças introduzidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente</i> .....	36
2.3.4 <i>O discurso sobre a família de origem na Nova Lei da Adoção</i> .....	39
<b>3. IDENTIDADE E DISCURSO .....</b>	<b>44</b>
3.1 Identidade: sentidos, debates e controvérsias .....	44
3.2 A construção discursiva da identidade .....	46
3.3 Categorização e identidade .....	49
3.4 Identidade e discurso .....	53
<b>4. MÉTODO .....</b>	<b>55</b>
4.1 O campo de pesquisa: as organizações que trabalham a favor da adoção .....	55
4.2 O campo da pesquisa: a Folha de S. Paulo .....	61
4.3 Codificação e Análise dos dados.....	63
<b>5. DESCREVENDO OS FILHOS ADOTIVOS .....</b>	<b>66</b>
5.1 A construção da relação entre adoção e periculosidade na mídia .....	66
5.2 Adoção e abandono .....	77
5.3 Combatendo a patologização dos filhos adotivos .....	92
5.4 Determinados, desejados e amados .....	101
5.5 Identificando os candidatos a filhos adotivos .....	110
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO A – Roteiro de Entrevista .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO C – Autorização do Comitê de Ética .....</b>	<b>140</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de tese interessa-se pelo modo como a nossa sociedade tem definido essa categoria de pessoas que denominamos de filhos adotivos. Trata-se, portanto, num sentido mais amplo, de um trabalho sobre a produção de identidades. Partindo de autores que estudam a constituição de identidades por meio de diferentes discursos (POTTER; WETHERELL, 1987; WETHERELL; POTTER, 1996; DAVIES; HARRÉ, 1997; BENWELL; STOKOE, 2006; ANTAKI; WIDDICOMBE, 2008), seu objetivo geral é identificar e analisar os conteúdos e a organização retórica mobilizados, em relatos da mídia e de militantes da causa da adoção, na construção discursiva da identidade de filhos adotivos.

Neste trabalho compreendemos a produção de identidades como processo discursivo e, portanto, como processo de conhecimento. Produzir identidades é identificar pessoas, é colocá-las em uma categoria, é dizer quem elas são. Em outras palavras, identidade é “quem as pessoas são umas para as outras<sup>1</sup>” (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 6). Estamos falando, evidentemente, de um tipo de processo marcado por negociação, conflito e combate.

Não estamos abordando a identidade, ou o processo de identificação, da maneira como tradicionalmente a psicologia a aborda. Identidade aqui não se restringe àquilo que um sujeito, individual ou coletivo, diz sobre si mesmo. Para nós, ter uma identidade é ser inserido numa categoria com um conjunto de atributos, não importa se a pessoa assim inserida é a pessoa que fala, a pessoa para quem se fala ou a pessoa sobre quem se fala (ANTAKI; WIDDICOMBE 2008; OLIVEIRA FILHO, 2016).

O que esses autores afirmam para pessoas, vale também para grupos e coletivos humanos. O que um grupo social, ou a sociedade mais ampla, afirma de um determinado grupo é a identidade deste último para o primeiro. E esse processo tem, frequentemente, impactos enormes no modo como o grupo identificado vê a si próprio: “a definição externa de mim é uma inexorável parte da minha definição

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: “who people are to each other”.

interna – mesmo se eu a rejeito ou resisto a ela – e *vice e versa*. Ambos, os processos, são práticas diárias, e nenhuma é mais significativa que a outra<sup>2</sup>” (JENKINS, 2008, p.47, grifo do autor).

Trazendo esse raciocínio para pensar a construção da identidade dos filhos adotivos, é improvável que eles, como vários outros grupos sociais, não sejam afetados pelo modo como a sociedade os define, embora, frequentemente (como diversos outros grupos sociais), rejeitem o modo como estão sendo definidos. Neste trabalho investigaremos o modo como a identidade dessa categoria de pessoas é construída discursivamente a partir de uma posição de exterioridade e em refletir sobre os efeitos discursivos e sociais desse processo.

A literatura já nos diz bastante sobre o modo como os filhos adotivos vem sendo definidos no mundo ocidental. Os filhos adotivos em nossa sociedade são frequentemente representados por meio de discursos preconceituosos e estigmatizantes (DINAMARCO, 2006; WEBER, 2011). Tais discursos parecem partir do pressuposto de que as pessoas que vivenciam a adoção, vivenciam necessariamente um drama, que deixará marcas profundas e indeléveis em suas identidades. Um drama onde o sentimento de abandono tem um papel central.

Tais definições, no entanto, vem sendo problematizadas e até contestadas nos últimos anos. Diferentes atores na academia vêm investindo inúmeros esforços na discussão sobre a adoção, procurando construir estratégias de intervenção junto às pessoas envolvidas nesse processo. É possível supor que o interesse científico surgiu a partir dos debates que foram ganhando força no espaço social como um todo, mídia, judiciário e grupos de apoio à adoção que militam em prol das famílias e crianças adotivas, e da convivência familiar e comunitária. Essas instituições discutem, muitas vezes em conjunto, sobre a efetivação dos vínculos familiares, os mitos, preconceitos associados à adoção, dentre outros temas.

A adoção é um assunto complexo e apresenta inúmeras facetas; a família adotiva, a criança adotiva, a família de origem, a modalidade de adoção, os aspectos sociais e jurídicos e as representações da sociedade sobre quem adota, quem entrega um filho à adoção e sobre a própria criança adotiva. Acreditamos que o seu

---

<sup>2</sup> Tradução livre de: “(...) external definition of me is an inexorable part of my internal definition of myself – even if I only reject or resist it – and *vice versa*. Both processes are routine everyday practices, and neither is more significant than the other.”.

conceito está mais além do sentido jurídico, isto é, da ideia da adoção como um ato irrevogável concebendo direitos e segurança as crianças e sua família adotiva. A ideia de adoção, compartilhada pela autora deste trabalho, baseia-se em um conjunto de autores que partem da premissa de que todos os filhos adotivos ou biológicos passam pela via da adoção e que desta forma se inserem na linhagem familiar (HAMAD, 2002; QUEIROZ, 2004; DOLTO; HAMAD, 2006; QUEIROZ; PASSO, 2012).

Essa noção da adoção, baseia-se na premissa de que a adoção e a criança adotada não podem ser entendidas apenas pela ótica do desejo ou das motivações que levam um casal ou uma pessoa a querer ter um filho por adoção, mas que toda a família (isso inclui a extensa, avós, tios, primos e etc.) compartilhe dessa motivação, tendo cada qual uma função específica. E é através dessa “motivação conjunta” que a noção de linhagem familiar se instaura na família adotiva, pois a criança passa a ser afetivamente pertencente ao grupo familiar. Essa premissa está assegurada a partir dos discursos familiares que circulam sobre o tema, pois, “este fato implica em que toda a história familiar seja transmitida à criança mediante diferentes olhares”, através de uma transmissão simbólica que insere esta criança no ambiente familiar que está para além da condição genética. Nesse sentido, toda a constelação familiar, em tese, deve (deveria) participar desse processo adotivo (DUCATTI, pp. 22-23, 2004).

E foi a partir das histórias familiares que o significado da adoção entrou em minha vida, quando me dei conta que na minha família extensa há história de adoção e de filhos adotivos. E para que a adoção se tornasse um ato concreto percebi que a família, não apenas a nuclear, mas a extensa, também estava envolvida no processo. Nesse sentido, “escutei” histórias de vários gêneros: engraçadas, dramáticas e românticas. Histórias que, hoje, reconheço nas modalidades da adoção clássica, da adoção de crianças maiores e de adoções unilaterais<sup>3</sup>. Mas, todas as histórias familiares, que escutei durante os meus trinta e poucos anos, levaram-me a pensar na criança, no filho adotivo, no contexto da adoção.

---

<sup>3</sup> De acordo com Weber (2004) adoção clássica é o tipo de adoção a qual a preferência é por bebê da cor branca e do sexo feminino. A adoção de crianças maiores, segundo a autora supracitada, corresponde a adoção de crianças com mais de dois anos de idade, e adoção unilateral consiste na adoção do filho do cônjuge.

Parto do princípio de que as questões pessoais são pontos fundamentais que nos movem no interesse por uma pesquisa, mas isso, por si só, não é suficiente para o desenvolvimento de um trabalho. Concordo com Figueiredo (2009) quando argumenta que ao pesquisar um determinado assunto não sabemos se é o tema quem nos ‘fisga’ ou se é a teoria. Somos ‘fisgados’, afetados e atravessados por diversas circunstâncias e variáveis que nos movem nesse caminhar. A trajetória de vida é uma delas, mas a trajetória acadêmica, também o é. E descrever, brevemente, esse percurso é falar da convivência com os profissionais que nos despertaram o interesse pelo estudo do tema da adoção e de leituras que nos apresentaram novas perspectivas teóricas e metodológicas.

O interesse pelo tema da adoção não surgiu quando me preparava para o doutorado. É um objeto de interesse acadêmico desde o tempo da graduação, com a minha inserção no grupo de estudos do Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA<sup>4</sup>) na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Edilene Freire de Queiroz. No grupo participei do projeto de pesquisa intitulado, “Perfil psicológico dos pais adotivos” (QUEIROZ, *et.al.*, 2008), o qual visava analisar as características psicológicas dos pais adotivos diferenciando-os a partir das modalidades de adoção por eles realizadas, quais sejam, adoção de crianças maiores, adoção por casais homoafetivos, adoção internacional, adoção de crianças com deficiência e adoção por pais que já possuem filhos biológicos, sendo este último tópico desenvolvido no meu trabalho de conclusão de curso (DUQUE, 2007).

Continuei estudando o tema de maneira mais sistematizada no meu curso de mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE. A dissertação intitulada “No faz de conta e na realidade: as narrativas de crianças sobre adoção” teve como foco as narrativas de crianças adotivas e não adotivas sobre a adoção, produzidas em situações de contação e recontação de histórias em situação de grupo (DUQUE, 2011). Dessa produção brotaram questões que não foram aprofundadas por limitações de tempo e em razão da própria natureza da pesquisa. Mas o desejo de dar continuidade ao estudo sobre o tema com outro olhar teórico-epistemológico tornou-se cada vez mais intenso. Durante esse processo, as

---

<sup>4</sup> O Serviço de Orientação à Filiação Adotiva faz parte do grupo de pesquisa *Psicopatologia Fundamental e Psicanálise* da Universidade Católica de Pernambuco.

leituras da produção psicológica sobre o tema nos fizeram perceber que a maior parte dos trabalhos são centrados na criança adotiva com orientação teórica da clínica psicanalítica ou da psicologia do desenvolvimento.

Continuando o estudo sobre a temática da adoção a partir da minha inserção no doutoramento, a proposta inicial era estudar os significados da adoção em filhos adotivos adultos. Tal ideia foi logo abandonada quando as leituras sobre o tema nos despertaram a atenção para o modo como discursos das mais diferentes origens definiam a adoção e os filhos adotivos. Nessas leituras, as produções discursivas sobre os filhos adotivos produzidos pela mídia e por grupos militantes de apoio à adoção mereceram uma atenção especial. Leituras preliminares de material produzido por grupos de apoio à adoção sugeriam que as definições sobre os filhos adotivos produzidos na mídia por um lado e por esses militantes por outro lado poderiam ser em alguns momentos harmoniosas e em outros francamente contraditórias, indicando um diálogo tenso na busca da definição da identidade dos filhos adotivos. A tese, portanto, seguiu um novo caminho. O objeto passou a ser a construção da identidade dessa categoria de pessoas denominadas de filhos adotivos na mídia e entre os militantes da causa da adoção.

As Organizações não Governamentais (ONGs) que militam em favor da adoção, mais conhecidos como os grupos de apoio à adoção (GAA), estão certamente entre as mais importantes disseminadoras de discursos sobre a adoção, as crianças e as famílias adotivas em nossa sociedade. Eles buscam disseminar um novo sentido para a adoção e difundir uma cultura da solidariedade e do aumento de competências técnicas para trabalhar com famílias em situação de riscos e crianças institucionalizadas (WEBER, 2011; 2014; BITTENCOURT, 2013; SILVA, 2014).

Os GAAs são representados nacionalmente pela Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), uma organização da sociedade civil que, assim como os GAAs, é formado por pais adotivos, voluntários e pesquisadores em articulação com políticos que são pais adotivos, dentre outros, reivindicando ações de cunho político e social em prol da causa da adoção. É visível, portanto, os esforços por mudanças sociais, a busca pela quebra de preconceitos e a luta por novos discursos sobre a adoção nessas organizações que militam a favor da adoção. Nesse sentido, compõem um fértil campo de estudo em que podem ser trabalhadas as questões da identidade, de grupo, de pertença, de cultura, de política e de poder. Um

campo de experiências culturais e políticas formadas por uma complexa realidade social.

No entanto, a leitura da literatura ligada a esses grupos, em livros como “Por uma cultura da adoção para a criança?”, de Schreiner (2004), nos chamou a atenção para a possibilidade de que esses grupos estariam reproduzindo, em meio a tantas iniciativas inovadoras e a tantos discursos contestatórios, velhas imagens da adoção e dos filhos adotivos. No livro supracitado, por exemplo, é evidente o vocabulário salvacionista que descreve a adoção como um “ato de amor” que acolhe crianças que “não pertenciam a ninguém”. A autora busca desconstruir a representação tradicional das famílias adotivas, como àquelas de super-heróis, mas termina posicionando os filhos adotivos como pessoas marcadas por “uma história de dor, ocasionada pelo abandono, negligência, rejeição...”.

Tal como as ONGs, a mídia tem um papel fundamental no modo como a nossa sociedade define a adoção e os filhos adotivos. Estudos sobre a adoção na mídia, Waggenspack (1998), Gagno e Weber (2003), mostram como esses veículos reproduzem continuamente imagens estereotipadas sobre os filhos adotivos.

Tendo em vista esses estudos, algumas questões guiaram a nossa investigação: os grupos que militam a favor da adoção não estariam, não obstante suas intenções em contrário, construindo novos modos de ver a adoção com alguns dos materiais (termos, metáforas, descrições) que fazem parte das velhas representações desse fenômeno? Quais os atributos identitários mobilizados pela mídia para construir a identidade dos filhos adotivos? Há contradição entre o modo como a mídia define os filhos adotivos e o modo como eles são definidos pelos militantes em favor da adoção? Se há contradição, como ela se apresenta? Que discursos constituem essas definições? Como esses discursos são mobilizados retoricamente para construir a identidade dos filhos adotivos?

Partido dessas questões o objetivo geral do trabalho, como já dissemos anteriormente, é identificar e analisar os conteúdos e a organização retórica mobilizados, em relatos da mídia e de militantes da causa da adoção, na construção discursiva da identidade de filhos adotivos. Os objetivos específicos são os seguintes: detectar os atributos identitários construídos como essenciais nesses relatos; identificar e examinar os discursos mobilizados no processo de identificação dos filhos adotivos; mapear os recursos retórico-discursivos

mobilizados nesse processo de construção identitária; identificar as tensões e conflitos entre o modo como a mídia define os filhos adotivos e o modo como eles são definidos pelos militantes da causa da adoção.

Este trabalho de tese está estruturado da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, “Os filhos adotivos e a adoção no discurso psicológico, na mídia e no direito”, abordamos o modo como diferentes discursos definem a adoção e os filhos adotivos. Está dividido em três tópicos. No primeiro deles, intitulado “A adoção e os filhos adotivos no discurso psicológico”, mostramos como a ciência psicológica vem abordando esse tema e como suas teorias vem construindo os filhos adotivos. No segundo tópico, “A adoção e a criança adotiva na mídia”, abordamos as produções acadêmicas que se dedicaram a estudar o modo como a mídia tem construído a adoção e os filhos adotivos. Por fim, no último tópico, “A construção da adoção e do filho adotivo no campo do direito”, descrevemos o processo histórico da construção das leis brasileiras sobre a adoção que vai do Código Civil de 1916, na primeira República até a promulgação da Lei 12.010/09 em 2009.

No segundo capítulo, “Identidade e discurso” apresentamos uma discussão sobre o conceito de identidade na psicologia e nas ciências sociais. Além disso, aprofundamos a discussão sobre a noção de identidade com a qual trabalharemos, discussão já iniciada aqui, e argumentamos que os fenômenos identitários não podem ser compreendidos adequadamente sem que sejam definidos como fenômenos discursivos, como práticas situadas de produção de conhecimento sobre o mundo.

O terceiro capítulo, “Método”, detalha os caminhos metodológicos trilhados por nós na construção deste trabalho. Apresenta o material discursivo gerado para a pesquisa e o método de análise de discurso desenvolvido pela psicologia social discursiva (POTTER; WETHERELL, 1987; POTTER; EDWARDS, 2001) que nos guiou na análise desse material.

No quarto capítulo, “Descrevendo os filhos adotivos”, apresentamos todos os atributos identitários mobilizados para falar sobre os filhos adotivos, os recursos retóricos mobilizados nos relatos e fazemos uma reflexão sobre os efeitos discursivos e sociais desses discursos que constroem os filhos adotivos no Brasil atual.

Por fim, nas “Considerações finais” retomamos os objetivos do estudo, destacamos os seus resultados mais importantes e relevantes, suas limitações e os estudos futuros que podem dar prosseguimento às questões investigadas aqui.

## **2. OS FILHOS ADOTIVOS E A ADOÇÃO NO DISCURSO PSICOLÓGICO, NA MÍDIA E NO DIREITO**

A adoção tem sido construída historicamente por discursos das mais diferentes origens, discursos que impõem modos de falar e pensar sobre a temática, ao mesmo tempo em que excluem outras possibilidades de defini-la. Discursos que se sobrepõem a outros discursos construídos anteriormente, e que com o passar do tempo ganham *status* de discurso verdadeiro instaurando novas práticas sociais.

Neste capítulo discutiremos representações sobre a adoção e a pessoa adotiva em três diferentes discursos: o psicológico, o midiático e o jurídico.

### ***2.1 A adoção e os filhos adotivos no discurso psicológico***

No Brasil, diversos atores no campo da psicologia (LADVOCAT; DUANA, 2014; QUEIROZ; PASSOS, 2012; QUEIROZ, 2009; ROSSETTI-FERREIRA, 2006; WEBER, 2004; 2011; 2014) vêm investigando crianças em situação de acolhimento e o processo de adoção, procurando construir estratégias de intervenção junto às pessoas envolvidas nesses processos.

Manhas (2003) realizou uma análise crítica de como a literatura nacional vem abordando as famílias adotivas, dispensando uma atenção especial à publicação de livros, principalmente àqueles publicados após a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990. Ela analisou 20 obras contidas no Catálogo Bibliográfico organizado por Gabriela Schereiner (1999 *apud* MANHAS, 2003), excluindo materiais publicados antes do ECA e livros não específicos sobre família e adoção<sup>5</sup>. Do material analisado, 16 obras foram categorizadas como “estilo literário romântico” com textos que privilegiam relatos de “experiências pessoais que exaltam e aconselham a vivência dos afetos e emoções (amor, acolhimento,

---

<sup>5</sup> De acordo com Manhas (2003, p.57) essa obra “reúne todas as publicações em português, inglês, espanhol, francês e italiano, (romances, poesia, teses, trabalhos, informativos e paradidáticos) acerca dos temas adoção, abandono e institucionalização até o ano de 1999”.

proteção) enquanto um meio de se chegar à uma vivência saudável, tranquila e feliz da filiação adotiva” (*sic.* p. 67). Além disso, metade dessas obras foi enquadrada na categoria argumentativa dramática, com efeito emocional. É importante ressaltar que o material analisado na pesquisa supracitada não passa por revisão entre pares, são livros, e, na maior parte dos casos, foram escritos por pais adotivos e esse fato influencia no uso de expressão de aspectos pessoais da experiência adotiva.

No entanto, destacamos o crescimento exponencial de produções sobre esse tema de estudo no campo científico. Em uma revisão das Dissertações e Teses no Banco de Dados da CAPES, entre os anos de 1987 a 2012<sup>6</sup>, foram encontrados 169 trabalhos (121 dissertações e 31 teses) produzidos na academia, desses 45% são da área da psicologia (subáreas: social, clínica, escolar e desenvolvimento), 41% do Direito, 7% do Serviço Social e os 7% restantes estão distribuídos nas seguintes disciplinas: Antropologia, História, Enfermagem e Saúde Coletiva.

Além disso, as pesquisas na área da adoção vêm tendo cada vez mais visibilidade em eventos de psicologia, em jornadas e/ou congressos específicos aqui no Brasil, como, por exemplo, o “1º Congresso Franco-Brasileiro de Psicanálise, Filiação e Sociedade. Adoção: da infância à filiação” realizado no Recife em 2010.

Em termos de produção de pesquisas sobre a temática no Brasil, destacam-se o núcleo do Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA), vinculado ao laboratório de *Psicopathologia Fundamental e Psicanálise* da UNICAP – PE, onde os pesquisadores vem desenvolvendo estudos voltados à clínica da adoção na perspectiva psicanalítica (ver QUEIROZ, 2009; QUEIROZ; PASSOS, 2012) e o Centro de Investigação sobre o Desenvolvimento e Educação (CINDEDI) – USP, Ribeirão Preto, no qual os pesquisadores do desenvolvimento humano estão investigando os processos de acolhimento institucional e familiar, utilizando como referencial teórico-metodológico a Rede de Significações (RedeSig) (ver COSTA, 2005; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; SOLON; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2008).

Contudo, apesar desse crescente interesse pela temática, as produções nacionais ainda são escassas em comparação com a produção internacional (WEBER, 2011). Nessa direção assinalamos que a nossa tradição de pesquisas nesse

---

<sup>6</sup> A CAPES nos informa, em sua plataforma, que se encontra em atualização de dados. Por isso, o cadastro das teses e dissertações defendidas corresponde até o ano de 2012. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/1>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2016.

campo, de certo modo, ainda está restrita ao contexto clínico e com base psicanalítica (ver LEVINZON, 2004; 2006; 2015; PAIVA, 2004; QUEIROZ, 2009; QUEIROZ; PASSOS, 2012; LADVOCAT; DIJANA, 2014) o que termina por excluir outras maneiras de compreender a experiência adotiva.

### *2.1.1. Os percalços no desenvolvimento da criança adotiva na literatura psicológica*

O psicólogo do desenvolvimento Brodzinsky (1993) afirma que nos últimos 30 anos as pesquisas de cunho clínico, genético e comparativo na área da família assinalaram os possíveis riscos psicológicos e de adaptação das crianças adotivas em seus novos lares. O autor pressupõe que essas teorias teriam contribuído para a difusão da ideia, segundo a qual, a adoção representaria um perigo potencial para as famílias adotivas. Ele destaca que algumas estratégias de pesquisas foram utilizadas para identificar os possíveis riscos psicológicos: os estudos epidemiológicos em prevalência clínica; as pesquisas que comparam a inteligência de crianças adotadas e não adotadas e os estudos que relacionam a personalidade e padrões comportamentais entre filhos adotivos e não adotivos.

A historiadora norte-americana Herman (2003a) desenvolve uma linha argumentativa bem parecida. Ela realizou uma interessante pesquisa histórica sobre a construção da adoção e da família adotiva nos Estados Unidos, o “*The Adoption History Project*” (2003b). Nessa produção ela mostra o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre adoção e como esses trabalhos influenciaram uma ‘indústria de saberes’ que culminou na “construção” de um campo da “terapia da adoção” (HERMAN, 2002).

Dentre os trabalhos apresentados por ela, o clássico estudo do sociólogo Kirk, “*Shared fate: a theory of adoption and mental health*”, de 1964, chama atenção por tratar pela primeira vez a adoção como uma instituição social, e não como um arranjo social onde casais inférteis buscam resolver seus problemas. Herman (2003a) e McGINNIS *et.al* (2009) afirmam que o grande diferencial da proposta levantada por Kirk foi a tentativa de levar as observações do senso comum ao nível

de uma teoria social e, ao mesmo tempo, assinalar a necessidade de reconhecer a diferença entre famílias formadas pela via da adoção e as outras famílias.

O sociólogo Kirk notou que os casais inférteis eram estigmatizados socialmente por não poderem gerar e a adoção, por si só, não era uma alternativa que aliviava as dores desses pais. Por isso, ele ressaltou a necessidade de compreender o modo como as famílias adotivas se percebiam em relação as famílias biológicas, destacando essas duas formas básicas de reconhecimento: a rejeição da diferença e o reconhecimento da diferença.

De acordo com os seus dados ele percebeu que as famílias adotivas que rejeitavam a diferença “escapavam” do estigma social, alegando serem pais biológicos e, conseqüentemente, escondendo a história da adoção. Já as famílias que assumiam a diferença corriam “riscos”, isto é, conviviam com dúvidas e incertezas sobre a autenticidade de sua condição. Mas ao se reconhecerem diferentes, permitiam que pais e filhos se vissem em uma situação comum de igualdade com outras famílias adotivas (HERMAN, 2002, 2003a).

A partir do seu trabalho muitos pesquisadores passaram a se perguntar “se a diferença era apenas diferença ou se a diferença causaria danos<sup>7</sup>[2]”, o que impulsionou uma onda de produções nos anos 60 que passaram a enxergar a adoção como sinônimo de problema emocionais. Nesse sentido, a psicopatologia passou a sugerir que as crianças adotadas são mais propensas a apresentarem problemas psicológicos e comportamentais em comparação com crianças não adotivas. Essas informações e visões pessimistas sobre a adoção foram combatidas, veementemente, por Kirk (HERMAN, 2003a). Contudo, seus estudos originaram uma nova forma de olhar as crianças adotivas, passaram a ser vistas como problemáticas emocionalmente, e isso fez com que a prática da adoção passasse a se dar a partir da escolha de crianças com características físicas semelhantes aos pais adotivos.

Seguindo essa tendência alguns pesquisadores assinalaram que, embora os “padrões comportamentais” dos filhos adotivos se ajustem com o passar do tempo a partir da inserção em um ambiente familiar substituto satisfatório, elas

---

<sup>7</sup>Tradução livre de: “(...) whether difference was just difference or whether difference caused damage.”.

apresentariam rendimento acadêmico e níveis de sociabilidade mais baixos do que os encontrados na população de crianças não adotivas (PALACIOS; SÁNCHEZ, 1996; RUTTER; KREPNER; O'CONNOR, 2001).

Rossetti-Ferreira (2006) argumenta que tanto a adoção quanto o acolhimento de crianças ocorrem devido a situações limites, tais como, condições de pobreza da família de origem, possível violência doméstica, negligência parental, envolvimento com substâncias psicotrópicas, entre outras, atreladas à ausência de políticas públicas eficazes de moradia, saúde e educação. Essas situações são consideradas 'fatores de riscos' e por si só são vistas como 'fatores psicossociais estressantes' (LEVE, HAROLD; CHAMBERLAIN; LANDSVERK; FISHER; VOSTAINS, 2012), o que por sua vez, para alguns pesquisadores, parece ter implicações para o desenvolvimento psicológico infantil (BRODZINSKY, 1993; RUTTER; KREPNER; O'CONNOR, *ibid.*).

No Reino Unido um grupo de pesquisadores coordenado por Michael Rutter e Edmund Sonuga-Barke investiram inúmeros esforços na identificação dos efeitos da privação de cuidados, em instituições de acolhimento, sobre o desenvolvimento psicológico infantil. O projeto cujo título é "*The English and Romanian Adoptee (ERA)*" avaliou, longitudinalmente, 165 crianças romenas de até onze anos de idade que foram adotadas por famílias britânicas antes de completarem dois anos comparando-as com 52 crianças inglesas adotadas antes dos seis meses de vida (RUTTER; KREPNER; O'CONNOR, *ibid.*; RUTTER *et.al.*, 2009).

Os dados revelaram uma não diferenciação entre os grupos no que concerne a dificuldade de socialização, problemas comportamentais e emocionais. No entanto, desatenção, baixo desempenho cognitivo, dificuldade de vinculação foram mais comuns nas crianças romenas em proporção direta com a idade em que deixaram a Romênia, ou seja, eles parecem sugerir que quanto menos tempo as crianças passarem em uma instituição de acolhimento menor será a incidência de problemas comportamentais e cognitivos (RUTTER; KREPNER; O'CONNOR, *ibid.*; BECKETT, *et.al.*, 2006).

Alguns estudos focalizam outros aspectos da questão, tais como o significado da adoção para a criança e as relações entre a dinâmica da família adotiva e o ajustamento da criança adotada. Segundo Singer, Brodzinsky e Braff (1982), Brodzinsky (1987) e Brodzinsky, Smith e Brodzinsky (1998), por exemplo, o modo

como a própria criança entende a sua adoção poderá ter impactos em sua saúde mental. Assim, se a criança entende a adoção como algo negativo e estigmatizante ela, provavelmente, poderá vivenciar sentimentos como ansiedade e raiva. Esses mesmos autores afirmam que as características da família adotiva, a estrutura familiar, a forma de comunicação e os estilos parentais, parecem ter implicações no ajustamento da criança adotiva.

Outros estudos investigam o papel da genética, em interação com diferentes fatores. Level e colaboradores (2007, 2008), por exemplo, veem desenvolvendo uma pesquisa intitulada de “*The Early Growth and Development Study (EGDS)*”. Trata-se de um estudo longitudinal composta pela tríade: pais de origem, pais adotivos e crianças adotivas, utilizando os seguintes instrumentos: questionários, entrevistas, testes padronizados, coleta de DNA, observações interacionais entre filhos e pais adotivos, registros médicos dos pais de nascimento, anotações dos professores escolares das crianças e coleta de cortisol dos pais de origem e das crianças adotadas. Um dos objetivos centrais da pesquisa é compreender a interação familiar e ‘perceber’ as contribuições hereditárias e/ou ambientais para o desenvolvimento da criança na primeira infância tendo como objetivo de longo prazo “sistematicamente identificar processos familiares específicos e processos de resiliência que podem servir como metas avaliáveis para futuros estudos de intervenções.” (LEVE *et.al*, 2008, p. 2).

Rutter e colaboradores (2009) investigam o impacto da genética e dos fatores ambientais nos processos de desenvolvimento da criança adotiva. Eles estudam a interação de três fatores: a constituição genética; os cuidados pós-adoção, ou seja, os efeitos de estimulação e dos afetos dados pela família adotiva à criança adotiva; as experiências pré-natais e os cuidados anteriores à adoção.

Alguns dos estudos supracitados trabalham, implícita ou explicitamente, com o pressuposto de que o desenvolvimento de crianças adotivas é mais turbulento, deficitário e marcado pelo sofrimento do que o desenvolvimento das crianças não adotadas. De fato, suas pesquisas revelam que há mais crianças adotivas atendidas nos serviços de saúde mental do que crianças não adotivas (FU-I; MATARAZZO, 2001). No entanto, alguns autores (BRODZINSKY, 1993; ROSSETTI-FERREIRA,

---

<sup>8</sup> Tradução livre de: “systematically identify specific family processes and resiliency processes that could serve as malleable targets for future intervention studies.”

2006) alertam para a possibilidade de que os pais de crianças adotivas procurem mais os serviços de psicologia em razão do contato pós e pré-adoção com os setores de psicologia. E, portanto, procurariam mais as redes de saúde mental nos momentos de dificuldades na relação com os filhos.

Alguns estudiosos no campo da Psicologia do Desenvolvimento (GROTEVANT; DUNBAR; KOHLER; ESAÚ, 2000; SALVATERRA, 2011) assinalam que os filhos adotivos enfrentam desafios próprios no desenvolvimento de suas identidades. De acordo com esses autores, os filhos adotivos, principalmente durante a fase da adolescência, começam a questionar sobre si mesmo, sobre sua história de vida e a refletir acerca dos significados presentes na sociedade sobre adoção.

McGinnis e colaboradores (2009) assinalam que o significado da adoção atravessa toda a vida do sujeito e torna-se cada vez mais expressivo na medida em que ele se desenvolve, torna-se adulto. Neste sentido, destaca a importância de se compreender a identidade do filho adotivo, uma vez que essa seria muito mais desafiadora e complexa por apresentar um número maior de obstáculos, dentre eles, o desconhecimento da origem biológica, o estigma social e, principalmente, o fato de “as pessoas adotivas terem duas identidades: uma relacionada à biologia e a outra à adoção<sup>9</sup>” (p.13). O significado da adoção faz parte da vida do sujeito, marca a sua história de vida e o constitui como tal. Este significado não estaria presente somente em crianças e adolescentes como afirmam algumas pesquisas americanas, mas, sim, durante todo o ciclo vital.

Esses autores ainda afirmam que os traços físicos da família adotiva, incluindo o tipo de adoção realizada (bebê, tardia, racial, cultural ou necessidade especial), as experiências vividas (família nuclear e extensa, escola, comunidade) e os estigmas sociais são fatores que moldam a identidade adotiva.

Segundo Grotevant e colaboradores a narrativa familiar é uma ferramenta imprescindível que contribui para o processo do desenvolvimento da identidade. No entanto, para os autores, parece que as narrativas das famílias adotivas são contadas a partir de uma falta ou da ausência de informações sobre a história pregressa da

---

<sup>9</sup> Tradução livre: (...) for all adopted people is that they have dual identities – one related to biology and the other to adoption.

criança, além disso, essas histórias, talvez, possam ser influenciadas por discursos de profissionais especializados na área que “informam” as especificidades da adoção (GROTEVANT, 1997; WROBEL; KOHLER; GROTEVANT; MCROY, 2003; GROTEVANT; VON KORFF, 2012). As questões principais que interessam a esses autores são: “quem sou eu sendo uma pessoa adotada?” e “o que significa ser filho adotivo e como esse significado afeta no meu próprio entendimento enquanto sujeito e nas minhas relações familiares e culturais?” (GROTEVANT, *ibid.*; GROTEVANT; VON KORFF, *ibid.*; COLANER, 2014). Para eles, essas perguntas começam a ser elaboradas a partir da adolescência, momento segundo o qual há uma redefinição das relações familiares e a identidade passa a ser “promulgada” e/ou “negociada” entre os seus membros e o contexto social. A estimulação para o desenvolvimento da “identidade adotiva” na adolescência se deve aos fatores externos e internos do desenvolvimento pessoal individual. Para eles, as mudanças nos aspectos cognitivos e corporais produzem curiosidade individual sobre suas origens, e essa curiosidade pode trazer implicações para os comportamentos futuros (WROBEL; DILLON, 2009; GROTEVANT; VON KORFF, *ibid.*).

Não obstante o valor desses estudos, não se pode deixar de notar que eles são orientados por uma perspectiva essencialista que procura identificar um grupo de experiências, sentimentos ou representações que sempre estariam presentes nas trajetórias dos filhos adotivos. Nessa perspectiva, uma crise, uma falta e um sofrimento adicional sempre estariam presentes nas vidas desses sujeitos.

## **2.2 A adoção e a criança adotiva na mídia**

A mídia tem ocupado um lugar central em nossa cultura e, de certa forma, os valores repassados por ela impõem uma referência coletiva que organiza a compreensão de mundo das pessoas (MEDRADO, 2000; GAGNO; WEBER, 2003; THOMPSON, 2008; LOPES; VASCONCELOS, 2010;). No entanto, apesar dessa importância da mídia na construção da realidade social, na construção de identidades, poucas pesquisas discutem como a mídia retrata a adoção no Brasil. Fazendo uma varredura em bancos de dados nacionais encontramos apenas cinco

produções no total, sendo um artigo publicado em periódico (GAGNO; WEBER, 2003), um livro (ABREU, 2002), dois capítulos de livro (SILVA, 2011; RODRIGUES; HENNIGEN, 2012) e quatro dissertações (HENNIGEN, 2006; STRENZEL, 2007; RODRIGUES, 2012; TEMPIRINI, 2012).

Na literatura internacional não é muito diferente. Para se ter uma ideia existe um periódico específico sobre adoção com alto fator de impacto científico, o *Adoption Quarterly*. De acordo com as informações<sup>10</sup> desse periódico não existe outro no mundo especializado nessa temática, e, apesar dessa importância, há apenas um artigo que faz uma análise crítica da mídia (ver WAGGENSPACK, 1998). No entanto, no referido periódico durante os anos de 1997 a 2002 havia uma coluna intitulada “*Media Review*” desenvolvida por Carol Resse e Kathryn Creedy, mães adotivas, que analisava histórias da mídia sobre adoção (ver RESSE, 1997, 1998, 1999; CREEDY & SAIDMAN, 1999; CREEDY, 2000, 2001, 2002).

Claro está, portanto, o quanto os pesquisadores, sejam eles nacionais ou internacionais, não estão dando a devida importância ao discurso midiático sobre a adoção.

### 2.2.1 Para quem e de quem se fala nessas produções?

Gagno e Weber (2003) estudaram os relatos veiculados pela mídia sobre a adoção tentando identificar as temáticas mais presentes. Analisaram como as revistas *Veja* e *Pais e Filhos* representavam a família adotiva durante o período de 1975 a 1979 e de 1996 a 2000, respectivamente. Os resultados mostraram que a revista *Pais e Filhos* abordava aspectos mais tradicionais da adoção, assuntos relativos à infertilidade, a como dar filhos a quem a natureza negou e em aspectos psicológicos e legais da adoção. Nessa revista a adoção é apresentada como um último recurso para as famílias, pois a família “é sinônimo de família biológica” (p. 113). No que diz respeito à revista *Veja*, as autoras afirmam que, para este veículo

---

<sup>10</sup> Informações sobre o periódico “*Adoption Quarterly*”. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=wado20#.VNZ9FebF9pq>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

mediático, “pode-se falar de adoção desde que ela não faça parte da nossa vida, mas da vida de outras pessoas” (p. 113).

Nessa mesma direção de pesquisa, Abreu (2002), interessado em comparar os posicionamentos da mídia impressa francesa e brasileira no que concerne à adoção por estrangeiros, percebeu que a mídia internacional produz em seus relatos a representação, segundo a qual, a adoção é um gesto caritativo para as crianças abandonadas à própria sorte em países que não tem condições de garantir seu bem-estar físico, mental e social. O autor assinala, portanto, a existência da “lógica da dádiva”, da salvação, para estas crianças.

Para sustentar esta afirmação, além dos resultados de sua análise, ele cita um estudo francês realizado com famílias francesas que adotaram crianças brasileiras. Nessa pesquisa, a adoção não teria sido motivada, como descreve Abreu (2002, p. 140), por razões biológicas (esterilidade), pela ciência (fracasso nas técnicas reprodutivas) ou pelo Estado (poucas crianças francesas disponíveis à adoção), mas pelo discurso salvacionista legitimado pela imprensa francesa.

Em relação à imprensa nacional, especificamente, em um jornal local do Ceará, o autor constatou que o discurso é bem diferente daquele encontrado na mídia francesa; a adoção por estrangeiros representaria um perigo às crianças e uma vergonha para o país. Porém, ao mesmo tempo, trata-se de um discurso contraditório ao colocar a adoção internacional como um “mal necessário” frente à impossibilidade brasileira de assistir aos filhos da pátria.

Gagno e Weber (2003) argumentam que a mídia tem responsabilidade na construção de atributos negativos para a identidade desse grupo ao propagar estereótipos e preconceitos sobre a adoção.

“(…) os casos em que houve dificuldades na adoção é que são generalizados, devido às informações sobre o assunto virem da mídia e do ‘boca-a-boca’, por falta de estudos sistemáticos a respeito e até pela generalização de casos clínicos dramáticos que colocam a perda inicial dos pais biológicos como irreparável e determinante de todos os problemas. Forma-se desta maneira uma representação social limitada e errônea sobre a associação genérica entre adoção e fracasso”. (WEBER, 2011, p. 109).

O modo como a adoção vem sendo tratada em uma novela transmitida durante o período de 29 de abril a 1º de novembro de 2013, na Rede Globo, ilustra bem a propagação midiática de uma imagem estereotipada para esse grupo. Na novela em questão, “Sangue Bom”, os protagonistas eram crianças institucionalizadas e adotadas tardiamente. Chama atenção a descrição de um dos personagens que reproduz uma visão estereotipada e estigmatizante das pessoas adotadas.

“interesseiro e dissimulado, Fabinho também cresceu no Lar de Gilson e Salma (...) Agressivo e impulsivo, sonha em ser rico e ter poder, e acredita que o mundo lhe deve alguma coisa. Foi adotado pela generosa Margot, por quem **não tem gratidão, e quer descobrir sua verdadeira identidade**<sup>11</sup>” (grifo nosso).

Nessa descrição, pode-se ver no texto a reprodução de uma ideia muito recorrente sobre o filho adotivo, inclusive na literatura especializada como vimos anteriormente, a de que a questão da identidade para essas pessoas, a questão de saber quem são, é muito mais complexa e dolorosa para elas do que para os filhos biológicos. Pode-se ver também que o termo “gratidão” aparece aí com duas possibilidades de sentido. Tanto pode estar prescrevendo que o filho adotivo seja grato quanto sugerindo que filhos adotivos são potencialmente ingratos. A ingratidão é, de fato, frequentemente um conteúdo da identidade discursiva construída para a pessoa adotada na mídia. Waggenpack (1998), por exemplo, coloca a ingratidão entre os atributos estigmatizantes que a mídia constrói para os filhos adotivos, ao lado de outros como ilegitimidade, orfandade, etc.

Numa crítica ao modo como a Rede Globo constrói a adoção, Rodrigues e Hennigen (2012) e Hennigen (2006b) investigaram a série “Filhos do Coração” do Jornal Hoje, o documentário “Os novos caminhos da adoção” do Globo Repórter e o Profissão Repórter. As autoras assinalam que nas produções analisadas há uma tentativa de mostrar uma “verdade” naturalizada segundo a qual criança sem família ou abrigada é o mesmo que criança sem infância. Segundo elas, para divulgar essa

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do site da Rede Globo sobre a novela Sangue Bom <<http://tv.globo.com/novelas/sangue-bom/personagem/fabinho2.html#perfil>>. Acesso em: 29 de julho de 2013.

versão e torná-la mais convincente os programas acima mobilizam a autoridade de *experts* – psicólogos, assistentes sociais e juízes – que discutem o assunto.

Nessa mesma direção, Strenzel (2007) investigou como a novela *Belíssima* construiu os modos de ser adotivo e adotante. A autora selecionou 16 cenas que retratavam o tema da adoção, e destas selecionaram seis por perceber uma regularidade discursiva na construção do “modo de ser” adotivo. Os resultados de Strenzel (*ibid.*) coincidem com os posicionamentos dos estudiosos da adoção (ver WEBER, 2004; SCHETTINI; DIAS; AMAZONAS, 2006). A ideia veiculada é a de que o vínculo nas relações biológicas se dá de uma forma natural, quase que inerente a toda filiação sanguínea. Enquanto que, nas famílias adotivas esse vínculo, esse afeto, precisa ser construído. Esse retrato da novela termina por reforçar a valorização dos laços de sangue, e marginalizar as famílias adotivas.

Resultados como esse mostram uma representação hegemônica de família em nossa sociedade em ação, apesar de os discursos culturais e da própria psicologia falarem das diversas configurações familiares.

Por isso Waggenspack (1998) assinala que a mídia tem um papel fundamental nas dificuldades que as pessoas adotivas e suas famílias encontram no caminho da legitimidade social. Ela analisou a mídia americana – jornais, novelas, documentários – e afirma que, apesar deste instrumento ter um papel na divulgação de informações sobre a adoção, não é por esse caminho que a sociedade irá mudar a sua visão negativa sobre esse tema. Ela sugere que os resultados poderiam ser mais eficazes se a mídia apresentasse casos de famílias adotivas que narrassem sobre a sua condição para que, dessa forma, possam mostrar o outro lado da moeda.

### ***2.3 A construção da adoção e do filho adotivo no campo do direito***

Nesta seção analisamos códigos jurídicos que disciplinaram o instituto da adoção no Brasil, no período que vai da Constituição Civil de 1916 até a legislação mais recente, a Lei 12.010/09. Procuramos entender como uma identidade para o filho adotivo emerge, ao longo do século XX, a partir de um conjunto de dispositivos que tratam do Direito da Família e do Direito da Criança e do Adolescente. Uma

especial atenção será dispensada às representações sobre a criança adotiva e às suas relações com contextos históricos específicos.

Ainda nos dias atuais se pode encontrar, nas representações sobre a adoção, imagens de casais inférteis que procuram uma criança, preferencialmente recém-nascida da cor branca (WEBER, 2004; 2011), e de crianças que devem ser eternamente gratas pelo acolhimento das famílias substitutas. As leis brasileiras sobre a adoção, como veremos, ajudaram a produzir essas imagens.

### *2.3.1 Os primeiros dispositivos jurídicos e a lógica da aliança nas famílias burguesas*

No início da Primeira República foi solicitado ao jurista Clóvis Beviláqua a redação de um novo Código Civil (CC) que representasse a situação do Brasil daquela época; ou seja, que representasse o homem republicano (SALGADO, 2012). Segundo Soares (2008) a efetivação do código tinha a finalidade de disciplinar as relações privadas, tal como está descrito em seu art. 1. “Este Código regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações” (BRASIL, 1916). É um código que, em sua essência, valorizou o matrimônio, e as relações de parentesco de ordem privada, no qual o homem detinha o poder sobre a mulher e filhos e a transmissão dos bens.

A família só poderia ser formada e legitimada pelo casamento como expresso no art. 229 no qual se afirma que “criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, deles nascidos ou concebidos” (BRASIL, 1916). Sznick (1993) e Pereira (1953) afirmam que durante a elaboração do CC houve um debate entre os juristas sobre a prática da adoção e destaca que grandes figuras civilistas combateram ferozmente a entrada da adoção no dispositivo jurídico afirmando que adotar seria um ato em total desuso, uma instituição obsoleta e que, portanto, seria uma “verdadeira inutilidade tratar dela” (SZNICK, 1993, p. 88).

O referido código prescreve que somente casais (art. 370) com mais de 50 anos, sem filhos legítimos ou legitimados (art. 368,) poderiam adotar (BRASIL, 1916). Esses parágrafos mostram claramente qual era, no código, a finalidade

primordial da adoção: garantir uma descendência a casais inférteis. A proteção da criança e a garantia de seus direitos à convivência familiar não eram uma preocupação central desse código. O objetivo da adoção, nele, era dar filhos a quem a 'natureza' negou; deveria prioritariamente ajudar casais que tinham uma necessidade imperiosa de ter filhos, e, secundariamente, ampararia crianças abandonadas, órfãs, desvalidas que poderiam ser criadas em lares "organizados".

Pereira (1953, p. 148) exprime bem o discurso presente no código ao afirmar que:

“(...) pela adoção, podem tornar-se felizes o adotado que estava ao desamparo e os adotantes que se ressentiam da falta de prole natural. Ela traz em seu bôjo a suavidade balsâmica para o amargor da esterilidade (...), e tudo isso redundando na prática de atos morais, econômicos, jurídicos, verdadeiro entrelaçamento em prol da coesão social.”.

Nesse discurso, as pessoas que adotam são amarguradas pela infertilidade e os filhos adotivos são crianças abandonadas, desamparadas, que encontrariam um lar.

Não obstante essa interpretação salvacionista do código em questão, que apresenta a adoção como um dispositivo que traz a felicidade para aqueles que estariam condenados a uma vida infeliz, para ambos, adotantes e adotivos, a lei da adoção era uma relação puramente contratual que podia ser revogada ou dissolvida a qualquer momento. Para isso, bastava que o pai tivesse o interesse ou que o filho adotivo apresentasse algum comportamento considerado ingrato, tal como brigar com o pai adotivo ou caluniá-lo (SNICK, 1993). Esse caráter flexível da adoção apresenta-se com clareza no art. 347, inciso II, onde se lê que “quando o adotado cometer **ingratidão** contra o adotante” este último poderia recorrer à quebra contratual (BRASIL, 1916, grifo nosso). Esse código foi influenciado indiscutivelmente por uma cultura que privilegiava o laço sanguíneo em detrimento dos vínculos afetivos. E não se pode afirmar que esse padrão cultural está totalmente ausente entre nós.

Há mais elementos nesse código que mostram de maneira inequívoca que o modo como ele compreende a adoção diferencia-se do modo como ela é

compreendia na contemporaneidade. No art. 336, por exemplo, pode-se ler o seguinte: “A adoção estabelece parentesco meramente civil entre o adotante e o adotado” (BRASIL, 1916). O filho adotivo não era inserido na família extensa; para essa lei ele não tinha o mesmo *status* do filho natural ou biológico o que o estigmatizava mais ainda. Sznick (1993) afirma que o caráter da adoção nesse documento estava baseado na ideia de uma ação beneficente enquanto que reconhecer a criança como filho era tido como uma obrigação, um ato imposto, um dever.

É importante relembrar que naquele início de século o Brasil almejava uma ‘urbanização’ europeia e queria tornar-se esteticamente um país limpo, sem pobreza visível aos olhos da elite, por isso os “expostos”, os “abandonados” ou os “menores” deveriam ser recolhidos e inseridos em ambientes institucionais. Para isso, em 1927 foi criado o Código de Menores que não trouxe nenhuma contribuição aos aspectos legislativos e sociais da adoção, porque visava, sobretudo, medidas enérgicas de institucionalização dos menores abandonados e/ou delinquentes em potencial (ARANTES, 1999; 2011; WEBER, 2004).

O código visava à implementação de práticas de controle e de policiamento. Era a doutrina da situação irregular. O Estado passa a governar as famílias pobres através dos operadores do direito e dos técnicos impondo a norma familiar burguesa sedimentada pela Constituição Federal de 1916 (ARANTES, 1999; 2011). O objetivo de controle social fica evidente em seu art. 2º:

“toda criança de menos de dous annos do idade entregue a criar, ou em ablactação ou guarda, fóra da casa dos paes ou responsaveis, mediante salario, torna-se por esse facto **objecto da vigilancia da autoridade publica, com o fim de lhe proteger a vida e a saude**” (Brasil, 1927, grifo nosso).

O Código de Menores de 1927, portanto, cria a categoria “menor”. A finalidade era recuperar os ‘delinquentes’, ‘infratores’ e ‘abandonados’: “art. 1º O **menor**, de um ou outro sexo, **abandonado ou delinquente**, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo” (BRASIL, 1927, grifo nosso).

### 2.3.2. As famílias adotivas no direito brasileiro da segunda metade do século XX

Passaram-se 41 anos após a promulgação do CC de 1916 e em 1957 entra em vigor a Lei 3.133/57. A nova lei é vista como uma atualização do CC de 1916, uma vez que trouxe pequenas alterações: a idade mínima para adotar diminui dos 50 para os 30 anos e o casal com filhos biológicos passa a ter o direito de adotar.

A Lei concentrava-se na “situação irregular” das crianças ou menores. O número de crianças aumentava nas ruas, a Declaração Universal dos Direitos da Criança passa a defender que o local de desenvolvimento saudável das crianças só poderia ocorrer no ambiente familiar e a Lei 3.133/57 não deixa de ser influenciada por essas mudanças (WEBER, 2004).

Porém, a lei continuava a discriminar os filhos adotivos. O art. 377 diz o seguinte: “Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção **não** envolve a de sucessão hereditária” (BRASIL, 1957, grifo nosso). Ou seja, essa lei excluía o filho adotivo da descendência de bens (PAIVA, 2004; WEBER, 2004). Segundo Pereira (1958) o campo jurídico naquele momento histórico diferenciava o princípio que rege a adoção de crianças do princípio da sucessão hereditária.

Isso, portanto, deixa claro o quanto o Direito privilegiava as relações sanguíneas e distinguia os tipos de vinculação. Mas, sobretudo, mostra como para o saber jurídico da época era normal o não reconhecimento do “direito de sucessão hereditária aos filhos adotivos de pessoas que, ao adotarem, já possuíam prole legítima, legitimada ou reconhecida”. Se temia que o reconhecimento de tal direito poderia dar “ensêjo a que muitos lançassem mão da adoção em detrimento de filhos com os quais se desviassem.” (PEREIRA, 1958, p. 216).

Em 1965 houve um inegável avanço com a Lei 4.655/65. Essa lei cria a categoria “Legitimação Adotiva” e procurou colocar os filhos adotivos num *status* jurídico bastante próximo do *status* dos filhos biológicos, exceto no que concerne a divisão de bens, como se pode observar nos artigos 7º e 9º:

“Art. 7º A legitimação adotiva é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos legítimos, aos quais estão equiparados aos legitimados adotivos, com os mesmos direitos e

deveres estabelecidos em lei. Art. 9º O legitimado adotivo tem os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorrer com filho legítimo superveniente à adoção” (BRASIL, 1965).

Chama atenção a inclusão do termo “irrevogável” quando se fala da legitimação adotiva. A inserção deste termo tem o óbvio objetivo de estreitar os vínculos familiares entre adotivo e adotante e está relacionado à emergência de um movimento no sistema jurídico que visava inserir o filho adotivo na esfera familiar. Os códigos anteriores à Lei 4.655/65 não rompiam de fato com a ideia de que a família biológica seria a única legítima gerando, segundo Pereira (2004), desconfortos aos pais adotivos.

Em 1979, em plena Ditadura Militar, pouco mais de 50 anos depois de redigido o Código de Menores de 1927, foi promulgado o Novo Código de Menores, que consiste na revisão da lei de 1927 e radicaliza a doutrina da situação irregular do menor abandonado. Mais do que nunca ele deve ser protegido, assistido e vigiado (ver BRASIL, 1979).

No que concerne à prática da adoção, no novo Código há dois tipos de adoção, a simples e a plena. A primeira delas regida pelo CC de 1927 visava a proteção da criança em situação irregular (art. 27), menor de sete anos. Neste tipo de modalidade de adoção o Estado, representado pela figura do Juiz, é a esfera máxima que estipula se haverá a adoção e o tempo de estágio de convivência do adotado na família adotante como descrito no art 28: “a adoção simples dependerá de autorização judicial (...)” e §1º: “a adoção será precedida de estágio de convivência com o menor, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas a idade do adotando e outras peculiaridades do caso” (BRASIL, 1979).

Já a adoção plena, estatutária ou legitimante, é uma nova roupagem para a “legitimação Adotiva” (FONSECA, 2002). Albergaria (1996, p. 40) assinala que a adoção plena tinha a finalidade de “proporcionar um lar às crianças que não o possuíam. Visava dar à criança o calor da afeição e da segurança da vida familiar (...), formar um clima afetivo e psíquico entre o filho e os pais adotivos, uma ambiência igual à da família biológica”. A lei tentava ‘imitar a natureza’, e o Estado buscava aproximar-se das famílias.

Nessa época partia-se, portanto, do pressuposto de que se há famílias que não podem gerar seus próprios filhos e se existem famílias que não zelam por seus filhos é necessário retirar os menores dos “lares desajustados”, das “famílias desestruturadas”, para prevenir e diminuir as estatísticas de delinquência e assaltos. A adoção passa a ser uma medida de proteção à criança, um dispositivo para inseri-la em um ambiente “estruturado” que permitisse um desenvolvimento psíquico e biológico saudável. Mas só era permitida a adoção de crianças até os sete anos de idade, uma vez que se supunha, com base nas disciplinas do desenvolvimento humano, que depois dessa idade ela não poderia ser moldada de acordo com os costumes das famílias substitutas, e estariam estabilizadas as condutas moldadas pelos “lares desajustados”.

Os benefícios da adoção, por mais que afirmassem que eram para a criança, estavam direcionados para aqueles que apresentassem melhores condições sociais e que poderiam ser capazes de abandonar desvios comportamentais ocasionados pela diferença sanguínea e pela pobreza.

No contexto do Código de Menores de 1979, a adoção era compreendida como um remédio social ou uma função social caritativa. Ele e todas as leis sobre a adoção que vieram antes dele levaram a cultura brasileira a construir a criança adotiva como aquela criança que foi rejeitada e que traz em sua história de vida a marca do abandono, do sofrimento.

Nesse contexto, o instituto da adoção era visto mais como uma legislação civilizatória do que como um dispositivo cujo objetivo fosse atender os interesses próprios das crianças e adolescentes. Passos importantes nessa direção foram dados com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) o qual fixou princípios próprios para as categorias adoção, criança e adolescente.

### *2.3.3 As mudanças introduzidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente*

Após a Ditadura Militar e com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 ocorreram transformações de grande impacto em diferentes áreas, educacional, social, familiar, política, direitos humanos, etc. Na CF de 1988 a família,

“base da sociedade”, passou a ser entendida como um lugar cujo afeto é a base para o desenvolvimento humano e não apenas como uma instituição de caráter econômico e social. Portanto, a CF marca um novo direcionamento jurídico, mais flexível e abrangente no que concerne ao conceito de família, como afirmam Dias (2005), Nascimento (2009) e Vianna (2011). De fato, como se vê no §4º, “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988).

A CF de 1988 modificou substancialmente as funções parentais e instaurou o princípio de igualdade entre os filhos por meio da retirada de expressões discriminatórias sobre os filhos adotivos dos textos jurídicos. Em seu §6º diz-se que “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988).

É nesse novo ambiente político e social e sob inspiração da Convenção dos Direitos da Criança (1989) que após dois anos de promulgação de uma Legislação Federal tão representativa no país houve a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990 considerado um marco histórico da legislação sobre a adoção no Brasil. Essa lei traz em sua essência a proteção especial dos interesses das crianças e adolescentes (PEREIRA, 2011; PAIVA, 2004; WEBER, 2004; FONSECA, 2002).

No tocante à adoção propriamente dita, o ECA a regulamenta pelos parâmetros da adoção moderna, trazendo um subcapítulo específico sobre o tema, no qual os dispositivos contidos no Código de Menores são colocados em desuso, instituindo apenas uma única forma de adoção: a adoção e não ‘adoção clássica’ ou ‘plena’ (PAIVA, 2004; WEBER, 2004; FONSECA 2002). Além disso, o termo proteção muda de significado. A ideia de proteção ao menor em situação irregular dá lugar à “(...) proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, art. 1º, 1990).

No ECA a adoção passa a ser encarada pela ótica do melhor interesse da criança tal como se pode ver no art. 43: “A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos” (BRASIL, 1990). Segundo Fonseca (*ibid.*) e Granato (2009) uma das inovações mais importantes no Estatuto é que doravante toda adoção deverá ser mediada pelo poder judiciário,

tornando-se ilegal a adoção por escritura em cartório como autorizada nos códigos anteriores.

O objetivo principal do Estatuto é dar uma família a uma criança e não uma criança a uma família como nas leis anteriores. Além disso, visa dar transparência ao processo de adoção construindo uma filiação que não seja uma decorrência de sentimentos de culpa, luto, problemas conjugais, etc.

O ECA estipula em seu art. 41: “A adoção atribui a **condição de filho ao adotado**, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (BRASIL, 1990, grifo nosso). Neste sentido, no ECA o parentesco legítimo não advém mais da consanguinidade, como implícito no código de 1916. Procura-se desconstruir a dicotomia que coloca de um lado filhos “biológicos”, “verdadeiros” ou “legítimos” e de outro lado os filhos “adotivos”, “do coração”, “ilegítimos”, “de criação” ou “bastardos” (FILHO, 2010). Em outras palavras, o legislativo busca igualar os filhos adotivos aos filhos biológicos, inclusive no que se refere à qualificação. Portanto “não só o filho adotivo teve seus direitos iguados aos demais filhos como a mancha moral que antes era infligida aos filhos considerados ilegítimos foi devidamente proscrita do nosso direito” (GRANATO, 2009, p. 49).

Além disso, O ECA objetiva inserir a criança definitivamente na família adotiva, e quebrar com os paradigmas existentes sobre a adoção como observado no art. 47 e parágrafos 1º e 5º, respectivamente:

“Art. 47. **O vínculo da adoção** constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.; § 1º A inscrição consignará o **nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes**.; § 5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome” (BRASIL, 1999, grifo nosso).

Além do já exposto, o ECA procura assegurar que as crianças sejam inseridas em famílias que demonstrem capacidades de cuidado, de afeto e que, sobretudo, ofereçam um ambiente para um desenvolvimento físico e psíquico saudável como descreve o art. 29 “não se deferirá a colocação em família substituta a pessoa que

revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado” (BRASIL, 1999).

Apesar de ser considerado, internacionalmente, um instrumento de maior proteção às crianças e adolescentes, o ECA é alvo de grandes discussões, debates e críticas a respeito de suas funções e efeitos. Dez anos após a promulgação do Estatuto começa, de forma mais enérgica, um movimento social e político em prol das crianças e famílias adotivas, e é a partir deles que o ECA sofre alterações e dá luz a conhecida Nova Lei da Adoção.

#### *2.3.4 O discurso sobre a família de origem na Nova Lei da Adoção*

Em maio de 2002 foi sancionado o dia Nacional da Adoção (Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002) cuja iniciativa estava em prestar uma homenagem ao primeiro encontro dos grupos de apoio à adoção realizado em 1996. Data, portanto, que tem o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da adoção na sociedade brasileira.

Os Grupos de Apoio à Adoção (GAA) ou os Grupos de Estudos e Apoio à Adoção (GEAD) são Organizações Não-Governamentais (ONGs) fundadas pelas famílias adotivas e simpatizantes que passam disseminar a ideia de “cultura da adoção”, cujo objetivo seria diminuir os preconceitos às pessoas adotivas e às suas famílias e a estimular a prática das adoções tardias e de crianças com deficiência (BITTENCOURT, 2013; SILVIA, 2014; WEBER, 2011; 2014). O movimento ganhou força política e se transformou num ator coletivo fundamental no movimento político que permitiu a criação da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009).

A Nova Lei da Adoção, como ficou conhecida, modifica alguns artigos e/ou parágrafos contidos no ECA. Algumas mudanças foram puramente terminológicas, outras foram mais profundas e significativas. As alterações legislativas não fizeram menção apenas à adoção, mas a implementação de mecanismos capazes de assegurar a convivência familiar e comunitária como visto no seu 1º art: “esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo ECA”.

O objetivo da lei não é promover adoções, mas assegurar os vínculos com a família de origem ou extensa, pois a adoção é entendida como uma medida excepcional. É, portanto, o último recurso quando todos os caminhos para a reintegração familiar foram esgotados.

A juíza Maria Berenice Dias, crítica ácida da nova Lei afirma que ela não trouxe nada de novo ou mesmo não ajuda em absolutamente nada no processo de adoção. Muito pelo contrário. Trouxe apenas entraves para a colocação de crianças em famílias adotivas. De modo que, para ela, a nova Lei não consegue alcançar seu propósito, qual seja, incentivar a disponibilidade de lares para as crianças em situação de acolhimento. Ela demonstra que a família natural é a prioridade ressaltando que esse termo é citado onze vezes na legislação atual.

Apesar da crítica levantada pela autora, ela afirma que é inegável que certas modificações ocasionaram avanços. Dentre tais modificações, consideramos importantes as seguintes: assistência psicológica às mães doadoras; a permanência das crianças nos abrigos com duração máxima de dois anos; redução no tempo do estágio de convivência da criança com a família adotiva; agilidade no processo da perda do poder familiar de dois a cinco anos para 120 dias; acompanhamento pré e pós-adoção à criança; licença maternidade para as mães adotivas; direito de conhecer a família biológica; a atualização do cadastro; dentre outros (DUQUE, 2011).

Nessa lei há uma tentativa de assegurar que os técnicos do judiciário possam acompanhar e orientar de forma mais efetiva o procedimento da adoção para as pessoas envolvidas nesse processo de construir uma família adotiva evitando, assim possíveis devoluções de crianças. Mas há, sobretudo, uma tentativa de assegurar o direito das crianças e adolescentes que vivem em instituição de acolhimento.

Esse direito seria garantido por meio do monitoramento sistemático das crianças institucionalizadas ou em acolhimento familiar:

“no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta” (BRASIL, 2009).

O controle do processo por meio dos técnicos do judiciário e de técnicos de outras áreas fica mais evidente no art.50, parágrafos 3º e 4º, onde se fala de um “período de preparação psicossocial e jurídica” dos candidatos à adoção. Nesse período de preparação, os técnicos das Varas da Infância e da Juventude em parceria com instituições que estudam a temática da adoção devem ministrar minicursos de “preparação psicológica” para que os candidatos tornem-se aptos ao exercício da paternidade e da maternidade. Ao término do curso os candidatos são inseridos no Cadastro Nacional da Adoção (CNA), mesmo cadastro das crianças institucionalizadas e disponíveis para a adoção que já perderam o poder familiar. Também é objetivo desses minicursos a promoção de uma nova cultura da adoção, e tentam despertar nos candidatos à adoção o desejo por adotar grupos de irmãos, crianças mais velhas ou crianças com alguma deficiência ou doença. Em suma, crianças com o perfil de crianças e adolescentes que se encontram abrigadas em todo território nacional.

Este cadastro visualiza as características desta população: em relação aos pais, traçam-se as condições socioeconômicas, atestado de sanidade física e mental e certidão de antecedentes criminais (DIAS, [ ]); as crianças abrigadas, por sua vez, são enquadradas em categorias como “facilmente adotadas” e “dificilmente adotadas” e em outras que as classificam com base em suas “características biológicas”: idade, cor da pele, tipo de cabelo, doenças, síndromes e etc. (WEBER, 1996; GUARESCHI; STRENZEL & BENNEMANN, 2007).

A Nova Lei da Adoção desperta alguns questionamentos muito relevantes. Um deles diz respeito à assimetria entre famílias adotivas e biológicas presente na Lei. As famílias biológicas não fazem cursos para o exercício da paternidade e maternidade, eles tornam-se pais e mães com as experiências do dia a dia. Por outro lado, as famílias adotivas passam por essa experiência jurídica tendo em vista a tentativa de fracassos na adoção, ou seja, de devolução de crianças. É sabido, contudo, que nesse curso ministrados, muitas vezes, em parceria entre o sistema judiciário e os grupos de apoio à adoção, o objetivo volta-se a desmistificação da filiação adotiva, no trabalho dos mitos, medos e preconceitos, que muitas vezes, os futuros pais trazem.

O segundo deles tem relação com as características das crianças. O Cadastro Nacional tem a função clara de traçar o perfil dos potenciais pais e das crianças

disponíveis à adoção. No entanto, Dias ([ ]) assinala que é extremamente arriscada ou mesmo perversa a forma como a lei em seu art. 50 § 4º propaga que

**“Sempre que possível e recomendável, a preparação referida no § 3º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.”** (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Ao permitir essa prática é possível que esteja criando expectativas que não se concretizarão em várias dessas crianças. Por outro lado, uma lei que objetiva protegê-las pode ser acusada de permitir um procedimento que termina por expô-las ao transformá-las em objetos sob avaliação de candidatos a pais adotivos.

Não obstante essas contradições, a Nova Lei da adoção representa um avanço inegável na trajetória da adoção no Brasil. O direito à convivência familiar é considerado o direito máximo e integra a condição humana neste novo código. A nova lei afirma que o núcleo formado exclusivamente por pais e filhos deixou de existir, trazendo o conceito de família extensa e ampliada. No seu art. 25 afirma que família “se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 2009).

A família deixa de ser uma instituição patriarcal e passa a ser formada por laços de afetividade. Há, portanto, uma tentativa de desbiologização da maternidade, paternidade e filiação, mesmo Dias ([ ]) assinalando que a lei prioriza os laços sanguíneos. Para a lei supracitada todos os envolvidos estão imersos nos processos vinculares socioafetivos e, portanto, o afeto, e não consanguinidade, está em primeiro plano.

Claro está, portanto, que após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a família passou a ser o foco principal de discussão e não mais o sujeito em seu sentido singular. A Nova Lei da adoção, apesar dos problemas mencionados,

vem se constituindo como uma ferramenta fundamental para a superação das velhas imagens sobre a pessoa adotada.

### 3. IDENTIDADE E DISCURSO

Neste tópico, apresentaremos a noção de identidade que estamos utilizando neste trabalho. Essa noção, como veremos, é fundamentada em perspectivas teóricas construcionistas e pós-estruturalistas, na psicologia social e fora dela, que compreendem a identidade como um fenômeno produzido continuamente por práticas discursivas de diferentes tipos.

#### 3.1 *Identidade: sentidos, debates e controvérsias*

Wetherell (2010), seguindo o historiador norte americano Gleason (1983), assinala que a identidade é um dos conceitos mais estudados e importantes das ciências sociais desde a década de 50.

O termo é controverso e polêmico, principalmente porque, como ressaltam diversos autores (BRUBAKER; COOPER, 2000; BENWELL; STOKOE, 2005; CÔTÉ, 2006; WETHERELL, 2010), ele é frequentemente mal definido e há uma grande quantidade de sentidos para o termo sendo usados nas ciências sociais e humanas. Além disso, aumentando a confusão, muitos termos são usados como sinônimos do termo “identidade”. Benwell e Stokoe (*ibid.*) citam os seguintes: *self*, pessoa, identidade social, *ethos*, persona, identidade cultural, posicionamento, papel, sentimento de identidade, subjetividade, dentre outros.

Bruebaker e Cooper (2000) consideram que há duas concepções de identidade uma “forte” e outra “suave”. A concepção “forte” pressupõe a existência de uma essência que se mantém através do tempo. Essa concepção se ampara nos seguintes pressupostos: a identidade é uma descoberta e é ‘algo’ que todos têm e, portanto, indivíduos e grupos a possuem; é algo intrínseco, porém procurar e encontrar isso que é próprio do indivíduo ou grupo pode não ser uma tarefa fácil; o processo pelo qual se descobre o que se é de fato implica numa diferenciação clara do outro e numa homogeneidade no interior do grupo ou categoria.

É essa concepção “forte” da identidade, na qual se destacam os estudos sobre raça, gênero, nacionalidade, religião e classes, que é alvo de críticas nas últimas décadas em diferentes correntes teóricas nas ciências sociais. Wetherell (2010) nos alerta que, embora as pesquisas sobre identidade tenham emergido nas ciências sociais através desses estudos, e embora esses estudos tenham contribuído para o próprio progresso dos estudos sobre identidade, alguns deles permaneceram presos à ideia de identidade como uma entidade relativamente estabilizada.

A autora supracitada ainda nos lembra que, em meados dos anos 80, novas posições políticas, econômicas e sociais fizeram emergir novos debates nos estudos sobre a identidade. Pesquisadores começaram a questionar sobre a essencialidade proposta pela identidade de classe ou gênero, por exemplo. Uma das perguntas que se faziam era a seguinte: será que todos os membros de uma categoria compartilham os mesmos atributos considerados normativos para o grupo identitário? Questionamentos desse tipo surgiram no interior do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e na perspectiva performática da linguagem. Identidades passaram a ser entendidas como produtos de dispositivos discursivos, e isso possibilitou a realização de análises mais sofisticadas desse processo e da forma como os sujeitos descrevem e constroem seu(s) mundo(s). Os estudiosos desta perspectiva questionam a mesmidade da identidade postulada pelo posicionamento “forte”, uma vez que a identidade para eles não é estática e nem um processo de conquista realizado solitariamente pelo sujeito.

Na psicologia social, diferentes autores (POTTER; WETHERELL, 1987; GERGEN, 1991; WETHERELL; POTTER, 1992; BURR, 2006) ecoam essa compreensão pós-estruturalista da identidade. Todos eles enfatizam a fluidez e a fragmentação das identidades e as mudanças que nelas ocorrem em decorrência das mudanças nos contextos. Para Gergen (1991, pp. 145-146), por exemplo, se as pessoas são susceptíveis de serem descritas por outros em uma variedade de contextos específicos, a pessoa pode, realmente, vir a ter identidades diferentes em cada uma dessas configurações. Gergen rejeita, categoricamente, a própria noção de uma natureza humana inerente e existente em todas as pessoas. Cada um de nós tem uma multiplicidade de identidades que são negociadas e definidas dentro dos relacionamentos interpessoais e contextos culturais mais amplos.

### 3.2 A construção discursiva da identidade

Estudiosos da filosofia, da linguística, e da sociologia (LACLAU; MOUFE, 1985; MOITA LOPES, 2003; SILVA, 2011; HALL, 2011) reconhecem o discurso como um fator central na construção de identidades. Todos eles compartilham da ideia de que os relatos que mobilizamos para descrever certas características identitárias constituem o que supostamente estão descrevendo.

Para a Análise de Conversação, corrente da microsociologia inspirada na etnometodologia, a identidade não é algo que uma pessoa ou um grupo tem e da qual podemos derivar sentimentos, motivações, comportamentos, etc., mas algo que as pessoas constroem cotidianamente e continuamente por meio de descrições e narrativas (ANTAKI; WIDDICOMBE, 2008).

Também para a psicologia social discursiva (POTTER; WETHERELL, 1987; WETHERELL; POTTER, 1992), perspectiva teórico-metodológica que orienta a análise do material discursivo analisado para este trabalho, as identidades são produtos de práticas discursivas. A psicologia social discursiva, como mostraremos de maneira mais aprofundada no capítulo metodológico, ao descrevermos o método de análise de discurso desenvolvido por essa corrente teórico-metodológica, enfatiza a ação do discurso na construção dos objetos sociais e o modo como esse processo de construção discursiva é marcado por contradições e conflitos. Essa mesma compreensão orienta os estudos desses autores sobre a construção discursiva desses objetos sociais que ocupam um lugar central na nossa vida social, as identidades.

Nesse processo de construção discursiva das identidades, a reiteração de determinados conteúdos discursivos é uma das estratégias mais comuns. Um exemplo pode ser observado no trecho abaixo produzido por uma ONG que trabalha em prol da adoção ao falar sobre os procedimentos necessários para os candidatos a pais adotivos.

**“Saiba como adotar uma criança abandonada.** Os casos de abandono de bebês que ocorreram nos últimos dias em Belo Horizonte remetem a um assunto: a adoção de crianças. Na manhã do último sábado, um bebê recém-nascido foi encontrado enrolado em um saco plástico, boiando na lagoa da Pampulha, após ser

abandonado pela mãe, Simone da Silva, 29 anos. Outro caso aconteceu ontem: uma menina de menos de uma semana de vida foi abandonada na porta de uma casa (...).<sup>12</sup> (negrito do autor e sublinhado nosso).

Como se pode observar, os termos “abandono”, “abandonado”, “abandonada” são reiteradamente usados nesse pequeno fragmento de texto. Lendo relatos desse tipo, muitos leitores certamente são levados a acreditar que o abandono (ou o sentimento de abandono) é um atributo próprio desse grupo, um atributo que faz parte da essência das crianças que foram adotadas.

Com o objetivo de questionar essa reiteração que sustenta identidades hegemônicas é que a filósofa norte-americana Judith Butler (1999 *apud* SILVA, 2011) justifica a necessidade de “quebra” desta posição para que possam emergir novas e renovadas identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes.

Pensando a construção da identidade numa perspectiva discursiva, o filósofo e psicólogo Rom Harré usa o conceito de posicionamento para referir-se ao modo como as pessoas localizam a si mesmas e os outros nas interações discursivas do cotidiano (DAVIES; HARRÉ, 1990; HARRÉ; LANGENHOVE, 1991; LANGENHOVE; HARRÉ, 1994).

O posicionamento é uma estratégia discursiva, é um processo no qual nos posicionamos (posicionamento reflexivo) e posicionamos os outros (posicionamento interativo), cabendo a nós aceitarmos ou resistirmos aos posicionamentos que nos oferecem (BURR, 2003; LANGENHOVE; HARRÉ, 1994) num processo contínuo de negociação (DAVIES; HARRÉ, 1990). Esta dinâmica permite que as pessoas construam seu “*sensu de self*” ao ir posicionando-se nas práticas discursivas das quais participam (RASERA, GUANAES; JAPUR, 2004).

O posicionamento discursivo é um ato (ou conjunto de atos) que ocorre tanto nas interações entre indivíduos quanto nas relações entre grandes categorias sociais. Durante séculos nos Estados Unidos, só para citar um exemplo, os negros

---

<sup>12</sup> Informações retiradas do site do Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo (GAASP). [http://www.gaasp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=168%3Aaiba-como-adotar-uma-crianca-abandonada&catid=44%3Anoticias-antiores&Itemid=80](http://www.gaasp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168%3Aaiba-como-adotar-uma-crianca-abandonada&catid=44%3Anoticias-antiores&Itemid=80)>. Acesso em: 24 de junho de 2015.

foram posicionados pelos brancos como um grupo de pessoas desprovidas de qualidades como beleza, inteligência e coragem. Os negros nunca aceitaram de maneira passiva esses conteúdos identitários que lhes eram atribuídos. Um ato coletivo marcante nessa história ocorre nos 60 do século passado quando os negros recusam abertamente essa posição identitária. A frase *Black is Beautiful* é a expressão dessa recusa coletiva.

As pessoas adotadas são também insistentemente associadas a atributos identitários que os estigmatizam. Os fragmentos de texto a seguir ilustram bem esse processo.

“Mensagem para Angelina Jolie e Brad Pitt: a próxima década pode revelar-se uma tarefa **difícil**. Como pais adotivos mais famosos do mundo, os atores podem ficar surpresos em saber que um novo estudo mostra que ser um adolescente adotado dobra as chances de ser **diagnosticado com um comportamento ou problema emocional**. Além disso, os resultados abrem a questão do que está por trás daquele risco aumentado - pais adotivos ou genética?<sup>13</sup>” (Kathleen Kingsbury, Revista Time, 05.05.2008, grifo nosso).

“Como lidar com uma criança adotada que é problemática. A criança adotada, principalmente as mais velhas, será, sim, uma criança problemática. Mas a intensidade dos problemas dependerá do tempo e do amor dedicado ao relacionamento.<sup>14</sup>”. (Beth Proença Bonilha, [ ]).

Nesses relatos, crianças e adolescentes, filhos adotivos, são retratados como pessoas predispostas ao desenvolvimento de processos psicopatológicos. Os termos utilizados, “problema emocional”, “criança problemática”, mostram que se trata da reprodução de um discurso muito semelhante ao discurso psicológico visto no capítulo anterior, quando abordamos o modo como estudos de várias áreas da

---

<sup>13</sup> Tradução livre de: “Memo to Angelina Jolie and Brad Pitt: the next decade may prove to be a difficult one. As the world's most famous adoptive parents, the actors may be alarmed to hear that a new study shows being adopted approximately doubles the odds of an adolescent being diagnosed with a behavior or emotional problem. Furthermore, the findings open up the question of what's behind that increased risk — adoptive parents or genetics?”. <<http://content.time.com/time/health/article/0,8599,1737667,00.html>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

<sup>14</sup> Trecho retirado do site Família.com.br em: <<http://familia.com.br/como-lidar-com-uma-crianca-adotada-que-e-problematica>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

psicologia construíram os filhos adotivos.

Como veremos posteriormente neste trabalho, quando nos debruçarmos sobre os relatos de militantes da causa da adoção, posições identitárias como as construídas acima são, assim como ocorreu com o movimento negro norte-americano, frequentemente contestadas.

### *3.3 Categorização e identidade*

Segundo Benwell e Stokoe (2006, p. 6), identidade é “quem as pessoas são umas para as outras”. É assim que entenderemos esse conceito neste trabalho.

Na psicologia e na própria psicologia social se privilegia, no estudo da identidade, aquilo que o sujeito, seja ele individual ou coletivo, diz sobre si mesmo, o modo como ele representa a si mesmo (OLIVEIRA FILHO, 2015). Nesta produção não trabalhamos com uma compreensão tão restritiva do fenômeno identitário. Antaki e Widdicombe (2008, *apud* OLIVEIRA FILHO, 2015) argumentam, na perspectiva da análise de conversação, que ter uma identidade é ser inserido numa categoria com um conjunto de atributos, não importa se a pessoa assim inserida é a pessoa que fala, a pessoa para quem se fala ou a pessoa sobre quem se fala. Trabalhamos com essa compreensão mais ampla do fenômeno identitário.

Jenkins (2008) tem uma posição muito parecida quando apresenta o processo de identificação como algo que é realizado a partir da exterioridade, o sujeito, individual ou coletivo, sendo identificado por outros sujeitos, e da interioridade, o sujeito, individual ou coletivo, identificando a si próprio. Um não exclui o outro, pelo contrário. Ambos estão interligados, e, portanto, fundamentam a construção identitária.

Olhando para o nosso objeto com essa compreensão de identidade, diríamos que para uma categoria de pessoas ter uma identidade é falar de si próprio ou representar a si próprio de determinadas maneiras, mas é também ser nomeado de certas formas por outras pessoas ou grupos (“filhos adotivos”, “brasileiros”, “professores”, etc.) e ter um conjunto de características associadas reiteradamente a esses nomes. Uma pessoa (ou um grupo de pessoas) pode se relacionar de várias

maneiras com a identidade que constroem para ela. Pode se rebelar, negociar mudanças no conteúdo dessa identidade, assumi-la de maneira entusiástica, etc. Mas se essa identidade é construída por um número significativo de pessoas numa dada sociedade é impossível que o grupo (ou indivíduo) para o qual essa identidade é construída fique indiferente.

Dissemos anteriormente que na psicologia e na própria psicologia social se privilegia no estudo da identidade aquilo que o sujeito, seja ele individual ou coletivo, diz sobre si mesmo. Uma das mais importantes teorias sobre a identidade na psicologia social, a Teoria da Identidade Social, compreende a identidade dessa maneira. O principal teórico dessa teoria define “identidade social” como “aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo...” (TAJFEL, 1983, p. 290).

Nos deteremos um pouco nessa teoria porque ela mostra, numa perspectiva cognitiva, a importância da relação entre categorização e identidade, relação que é central em nosso trabalho, numa perspectiva discursiva.

Tajfel desenvolveu a teoria da identidade social procurando estabelecer a relação entre o comportamento individual e a dimensão grupal. Em outras palavras, ele procurou analisar quais os processos que as pessoas usam para se definirem como pertencentes a um grupo social e não a outros, sugerindo que nesse processo é central aquilo que conhecemos como categorização (TORRES; CAMINO, 2011).

Segundo Ferreira (2010) há três postulados básicos interligados entre si na teoria da identidade social de Tajfel. O primeiro é o de que o autoconceito é decorrente da identificação com um grupo, de perceber-se a si mesmo como pertencendo a um grupo. Esse processo de identificação tem três componentes. O primeiro deles é cognitivo (o sentido racional de pertencimento), o segundo componente é o avaliativo (o sentido de positividade ou negatividade do pertencimento grupal) e o terceiro é o emocional (emoções que acompanham o conhecimento de uma determinada pertença grupal).

O cerne do primeiro componente dos três supracitados, o componente cognitivo, é o processo de categorização. Para Tajfel a categorização, uma capacidade humana básica, é a capacidade de ordenar e estruturar o mundo dentro de categorias de acordo com as múltiplas dicotomias existentes na cultura como, por exemplo, homem-mulher, eu-eles, rural-urbano, dentre outras. Assim, somos

capazes de nos localizarmos e localizarmos outras pessoas no interior de determinadas categorias e não de outras. Para Tajfel, as pessoas teriam uma predisposição para acentuar as semelhanças entre os membros de um mesmo grupo ou categoria, bem como acentuar as diferenças entre as categorias (BURR, 2002; 2006).

Teóricos da psicologia social discursiva que estudam a categorização numa perspectiva discursiva (BILLIG, 1985; POTTER; WETHERELL, 1987; WETHERELL; POTTER, 1992; ANTAKI, CONDOR; LEVINE, 1996; POTTER, 2007) levantam críticas a teoria da identidade social desenvolvida por Tajfel. Para eles, a fragilidade teórica está na ausência de uma leitura que compreenda o processo de categorização como um processo discursivo.

No que concerne à categorização, Potter e Wetherell (1987, p. 120) assinalam a existência de três pressupostos problemáticos nas teorias cognitivistas, são eles: o pressuposto de uma tendenciosa “inevitabilidade da categorização”; o pressuposto de que as “categorias tem uma estrutura fixa”; e o pressuposto de que as “categorias são pré-formadas e duradouras”<sup>15</sup>. Potter (2007, p. 21) destaca mais dois problemas presentes no modo de entender a categorização nas teorias cognitivistas e mesmo na teoria sócio-cognitivista de Tajfel. Para Potter as categorias devem ser estudadas como palavras, práticas discursivas, e não como entidades mentais (para os cognitivistas “as categorias são tratadas como conceitos que agrupam estímulos<sup>16</sup>”). E essas práticas discursivas devem ser entendidas como práticas localizadas em contextos específicos de argumentação e não como um processamento mental.

Os argumentos de Potter são fortemente influenciados pelo artigo de Billig (1985), “*Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a rhetorical approach*”, artigo no qual ele defende uma abordagem retórica para o estudo da categorização e de outros processos tradicionalmente estudados pelos teóricos cognitivos.

Também Edwards (1991) afirma que a categorização é algo que nós fazemos com relatos e descrições que realizam diferentes ações sociais (persuadir, refutar,

---

<sup>15</sup> Tradução livre de: “inevitability of biased categorization”, “categories have to fixed structure” e “categories are preformed and enduring”.

<sup>16</sup> Tradução livre de: “(...) categories are treated as concepts which group together stimuli.”.

acusar, etc.). Em outras palavras, para ele, as categorias sociais são atos de fala de natureza retórica, atos que ocorrem no espaço público, e é assim que devem ser estudados pelos psicólogos sociais.

A categorização é fundamental no processo de produção de identidades para grupos e indivíduos porque categorizar é identificar, como já dissemos anteriormente neste trabalho. De fato, é impensável o processo de produção de identidades sem que pessoas e grupos sejam capazes de pensar e dizer coisas como: “eu sou nordestino”, “eles são nordestinos”, “os nordestinos são trabalhadores”, “os nordestinos são brasileiros”, etc. No processo de categorização sempre colocamos um elemento particular numa categoria ou colocamos uma categoria em outra categoria (quando afirmamos que “João é nordestino” estamos inserindo o João na categoria “nordestinos”. Se eu falo que os “nordestinos são calorosos” estou colocando a categoria de pessoas denominadas de nordestinas na categoria de pessoas denominadas de calorosas. Levando esse exemplo para o contexto da adoção de crianças e adolescentes, se eu digo “João é adotado” eu estou colocando João na categoria “pessoas adotadas”, se eu digo que “as pessoas adotadas são problemáticas” eu estou colocando a categoria “pessoas adotadas” no interior da categoria “pessoas problemáticas”).

Categorizar ou identificar é um processo baseado no estabelecimento de diferenças e semelhanças. Quando digo que eu, Amanda, sou brasileira me diferencio das inglesas, argentinas, espanholas e etc., e me assemelho a brasileiros (nosso idioma é o português, gostamos de feijoada, de MPB, etc.). Mas dentro da categoria de brasileiros nada é homogêneo. Eu sou brasileira nordestina, e os nordestinos são diferentes dos sulistas. Eu sou diferente dos sulistas e sou igual aos nordestinos. Mas dentro dessa categoria nada é tranquilo ou não conflitante. Eu sou nordestina do litoral e “me sinto igual” aos nordestinos do litoral, e diferente dos nordestinos do agreste e do sertão e de nordestinos de outros estados nordestinos.

### *3.4 Discursos e identidade*

No item 3.2. tratamos das relações entre identidade e discurso compreendendo discurso como linguagem em ação, como verbo. Como o simples ato de colocar a linguagem para funcionar, para realizar ações. Neste item, vamos ver essa relação compreendendo o discurso como substantivo (ver POTTER et al, 1990 para uma discussão sobre essa distinção).

Um argumento central neste trabalho é o de que, se entendermos discurso como um modo particular de falar sobre ou compreender o mundo ou um aspecto particular do mundo (JORGENSEN; PHILIPS, 2002), as identidades são artefatos formados por diferentes discursos. Dito de outra forma, diferentes discursos constituem (fazem parte) de qualquer identidade.

Mas os discursos não estão lá fazendo parte das identidades de maneira pacífica. Segundo Laclau e Mouffe (1985), diferentes discursos travam batalhas discursivas para definir a natureza de diferentes objetos da realidade social. Trazendo esse raciocínio para a questão da identidade, podemos afirmar que diferentes discursos travam uma batalha discursiva para definir a natureza desses objetos da realidade social que são as identidades.

O relato abaixo de um dos participantes dessa pesquisa tornará mais tangível o nosso raciocínio.

Gabriel – “(...) por exemplo, você tem na adoção toda a síntese de todas as configurações familiares. Por exemplo, a família homoafetiva. É claro que uma família homoafetiva pode ter filhos, porque ter filhos tem a ver com adoção e não com gestação. Ah! Eu não preciso gestar. Uma mulher chega perto de mim e diz assim: eu não posso ser mãe. Aí eu digo: você talvez não possa engravidar. Você pode ser mãe. Ah! Aí a pessoa para pra pensar assim. Como é libertador a você entender que você pode ser mãe independente de você poder engravidar, que você pode ser pai independente de você poder fecundar. As duas coisas não são dependentes uma da outra. Então, veja que conceito poderoso. A adoção é um conceito que, que legitima todas as configurações familiares. Famílias monoparentais, mães que são ‘pães’, pais que são ‘mais’, porque exercem a função paterna e materna. Avôs e tios, famílias ampliadas, famílias recassadas. Famílias

recassadas! Onde padrastos viram pais de verdade. Onde madrastas viram mães de verdade.”.

Nesse pequeno trecho várias categorias sociais são mencionadas. Pais, mães, padrastos. Vamos nos deter sobre a identidade dessa categoria de pessoas que chamamos de mães. Para um certo discurso social, antigo, arcaico, mas não desaparecido, uma “verdadeira mãe” tem que engravidar e parir o seu filho. Por vezes a maternidade é entendida como algo contido no interior do corpo das mulheres, ou seja, de que toda mulher nasce com o dom de ser mãe. Neste sentido, a identidade da mulher está associada a uma natureza “feminina” de instintos maternais e, isto se dá em paralelo à circulação de termos tais como bondade, entrega e renúncia que representam a figura da mulher. No relato do entrevistado, esse discurso está sendo questionado em sua pretensão de definir a natureza de uma verdadeira mãe por outro discurso que entende que ser uma verdadeira mãe independe dos laços de sangue. Sendo questionado por um discurso que não entende a maternidade como um evento de natureza biológica.

No caso da identidade do filho adotivo não é diferente. Vimos no primeiro capítulo deste trabalho como diferentes discursos lutam no espaço acadêmico e no espaço social para definir a identidade do filho adotivo. Um dos interesses centrais deste trabalho é mostrar essa batalha discursiva para definir a identidade dos filhos adotivos no material discursivo produzido pela Folha de S. Paulo e pelos militantes da causa da adoção.

## 4. MÉTODO

Neste capítulo descrevemos os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento desta pesquisa. Apresentamos o campo da pesquisa, descrevendo as organizações que trabalham a favor da adoção e o Jornal Folha de S. Paulo. Também apresentamos os dados gerados para a pesquisa, os instrumentos de geração de dados e o método que guiou a análise dos dados.

### ***4.1. O campo da pesquisa: as organizações que trabalham a favor da adoção***

As discussões sobre adoção no Brasil foram ganhando corpo a partir dos esforços do psicólogo Fernando Freire no ano de 1988 (CHAVES, 1991). Nesse período ele representava a organização suíça *Terre des Hommes* e percebeu a necessidade de sedimentar ações de cunho político, cultural e pedagógico voltadas para a prática da adoção, especificamente no que concerne às adoções de crianças maiores, às adoções inter-raciais e às chamadas adoções necessárias (SCHREINER, 2004; WEBER, 2011), ou seja, àquelas adoções de crianças que possuem alguma doença crônica, problema físico ou neurológico.

Com esse objetivo, segundo Schreiner (*ibid.*), o psicólogo Fernando Freire escreveu o primeiro boletim informativo intitulado “*Adoção em Terre des Hommes*” tornando-se um clássico para o movimento da adoção no Brasil. A autora ainda afirma que uma das propostas do boletim era a criação de grupos de discussão no Brasil através dos moldes já consolidados na Europa, porém adaptando-os à realidade social brasileira. Além disso, o alvo era a troca de experiência entre as famílias adotivas, o apoio aos pais que pretendiam adotar, a desmistificação dos medos e mitos relacionados à adoção e a entrada da temática da adoção de forma mais profunda e sistemática na comunidade científica.

Fernando Freire, portanto, levantou a bandeira para uma “nova cultura da adoção”, visando, sobretudo, a adoção de crianças maiores, crianças com necessidades especiais e adoções inter-raciais. Foi com a disseminação desse discurso mobilizado por ele e do advento do Estatuto da Criança em Adolescente (ECA) em 1990 que passa a surgir uma proliferação de grupos não somente mobilizados para apoiar os familiares, mas em estudar a adoção em instituições universitárias por todo o país.

Weber (2011) relata que, no centésimo Boletim Informativo, Fernando Freire descreve as suas impressões dos primeiros passos dados e quais as sedimentações de suas primeiras ações junto a organizações da sociedade civil voltadas às causas da adoção. Neste informativo intitulado de “A adoção, em *Terre des Hommes*” (apud WEBER, 2011, p. 82) ele escreve:

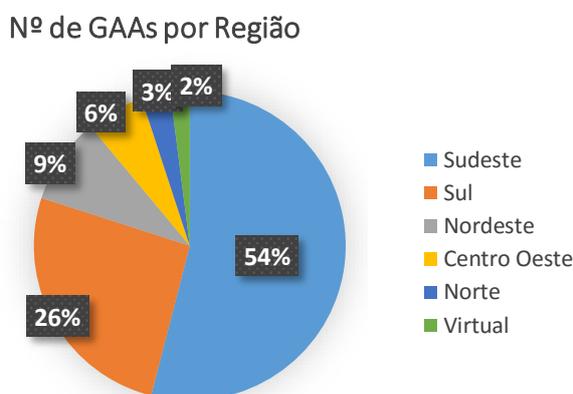
“(…) Observamos a proposta de formação de Associações e Grupos de Apoio à Adoção tornar-se realidade, em iniciativas corajosas da sociedade civil organizada. (...). Vivemos hoje um momento particularmente positivo nas expressões da adoção no Brasil. As universidades realizam estudos e pesquisas, promovem eventos, as editoras percebem o potencial do tema e o interesse dos leitores, os meios de comunicação superam a busca de sensacionalismos e divulgam mensagens pedagógicas com uma capacidade de mobilização, as associações e grupos de apoio estabelecem uma colaboração efetiva com os serviços de adoção oficiais e ambos procuram construir em suas comunidades o direito à convivência familiar e comunitária das crianças institucionalizadas. Crescem em número e qualidade, as adoções tardias e inter-raciais, numa demonstração do quanto é indispensável o trabalho de preparação de pais para a adoção, e do rico potencial de coragem e solidariedade do adotante brasileiro.”.

E finaliza ressaltando que:

“A mística da adoção deve nos unir, mas não podemos esquecer a violência de toda a situação de abandono em que vivem aqueles que entregam seus filhos ou os deixam em instituições. A ética da adoção está na defesa do direito da criança a ter uma família. Do Abandono à Adoção, precisamos integrar esses dois mundos, tornando próximo o que é distante, familiar o que é estranho. A adoção realiza esse sonho, no micro-universo familiar daqueles que transformaram crianças em filhos”.

Para Luchi (2003, p. [ ] ) os Grupos de Apoio à Adoção (GAA's<sup>17</sup>) “têm sua origem na iniciativa de inovadores e empreendedores pais que se associaram com o objetivo de apoio mútuo e troca de experiências em um espaço ainda tão desconhecido como a experiência da adoção”. Em seguida a autora afirma que o GAA “se constrói a partir de emoções, motivações e experiências profundamente pessoais relacionadas à experiência da adoção”.

Existem atualmente no território nacional 113<sup>18</sup> ONGs registradas na Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD<sup>19</sup>), a qual é a representante nacional de todos os grupos. Esses grupos estão distribuídos no Brasil da seguinte forma, de acordo com a região<sup>20</sup>:



A ANGAAD surgiu há 17 anos, no dia 20 de maio de 1999 durante o ENAPA (Encontro Nacional de Apoio à Adoção) realizado no Rio Grande do Norte (SANTOS, 2013; ANGAAD, 2009; 2012). Esses grupos são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, formados por pais adotivos ou por pessoas interessadas no assunto (voluntários, políticos, pesquisadores, psicólogos, assistentes sociais, advogados, dentre outros) que trabalham na promoção do direito das crianças e adolescentes de viverem em famílias. São grupos heterogêneos, trabalham em diversos

<sup>17</sup> Algumas ONGs escrevem GAAs outras escrevem GAAD's. Optamos por ambas as formas nesta produção.

<sup>18</sup> Até a presente data, 14 de setembro de 2014, constam 113 organizações no site da ANGAAD.

<sup>19</sup> Informações retiradas do *site* da ANGAAD. Disponível em: <<http://www.angaad.org.br/Gaa.html>>. Acesso em: 14 de setembro de 2014.

<sup>20</sup> Informações retiradas do *site* da ANGAAD. Disponível em: <<http://www.angaad.org.br/index.html>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.

segmentos da adoção. (LUCHI, 2003; SCHREINER, 2004; BITTENCOURT, 2013; SILVA, 2014).

Para Luchi (*ibid.*), os GAAs têm dois fins: o primeiro deles refere-se à educação, isto é, a uma orientação pedagógica voltada à informação sobre a prática da adoção e ao apoio das demandas emocionais das famílias adotivas e dos candidatos a pais adotivos, e o segundo refere-se à implementação de ações que visem a efetivação da adoção.

Neste trabalho, analisamos documentos produzidos pela ANGAAD e entrevistamos oito militantes de dois grupos de apoio à adoção cadastrados na ANGAAD. A decisão de analisar o material da ANGAAD, e não dos dois grupos, foi motivada pela precariedade dos sites das duas organizações escolhidas e de todas as outras pesquisadas. Os sites, quando existem, ou estão desatualizados ou não apresentam material que justifique uma análise. Observamos que essas organizações migraram para o *Facebook* e por isso esses sites estão abandonados ou parcialmente abandonados. O único em boas condições e com documentos que ressaltavam valores e objetivos do movimento e colocavam em discussão com algum aprofundamento a representação da adoção e do filho adotivo em nossa sociedade era o site da ANGAAD. Analisamos todo o material textual disponível no *site* da ANGAAD, boletins, regimentos e estatutos que norteiam as suas práticas.

Dois critérios foram usados para escolher os dois grupos de apoio à adoção: um deles é que estivessem cadastrados no *site* da ANGAAD, como já mencionamos. Outro é que fossem organizações conhecidas previamente por nós porque isso facilitaria o contato com os seus membros. Escolhemos, assim, duas ONGs, uma localizada na região Nordeste e outra Centro-Oeste do país, ambas grandes representantes e disseminadoras da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Ambas apresentam missões e objetivos semelhantes, qual seja, a luta pela convivência familiar e comunitária das crianças, mas suas ações apresentam diferenças, como veremos a seguir. Essa semelhança nos objetivos e diferença na forma de atuar já era esperada. Como afirma Silva (2014, p. 71), “todos os grupos têm os mesmos objetivos, ainda que tenham peculiaridades específicas na forma de atuar”.

Antes de descrevermos os dois grupos, é importante deixar claro que a escolha de mais de um grupo não é motivada pela intenção de fazer análise

comparativa entre as duas ONGs. A escolha de mais de um grupo tem, na medida em que os grupos diferem entre si, por objetivo obter uma amostra que seja mais representativa da diversidade presente no universo das ONGs de apoio à adoção.

As ONGs escolhidas são: “Trabalho Carinhoso” e “Vivo pela Adoção”.

A ONG “Trabalho Carinhoso” atua há 17 anos com a temática. É bastante conhecida nacionalmente por seus projetos em prol da convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Um dado significativo que chama atenção é que parte dos profissionais da organização não são pais adotivos. São profissionais cujo interesse está no bem-estar das crianças e adolescentes institucionalizados e na convivência familiar. Sua fundação não foi diferente da maioria dos grupos que trabalham em prol da adoção. Nasceu dos pais adotivos e com o passar do tempo sua atuação foi se ampliando para novos campos de atuação não compreendendo apenas a adoção, mas o apadrinhamento afetivo, por exemplo.

A ONG “Vivo pela Adoção” trabalha há 19 anos com pais adotivos, ou candidatos a pais adotivos, abordando mitos, medos expectativas em relação à adoção, e usando como instrumento a troca de experiências entre pais adotivos e profissionais da área. Desenvolve interessantes projetos com as escolas do Estado divulgando a cultura da adoção, desmistificando os significados circulantes sobre o tema, e participando ativamente em programas de divulgação da mídia local e na produção de textos e livros sobre adoção. Uma das características distintivas desse grupo é o incentivo à produção científica, devido à formação de vários de seus líderes que são pesquisadores e professores universitários.

Quatro militantes de cada uma dessas ONGs foram entrevistados para essa pesquisa. A tabela 1, a seguir, apresenta o perfil desses militantes<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Os nomes institucionais das ONGs e dos nossos colaboradores da pesquisa são fictícios. Tivemos o Carta de Anuência dos grupos, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO B). Por conseguinte, a pesquisa atendeu aos requisitos necessários estabelecidos na Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e, posteriormente, aprovada para o desenvolvimento da mesma (ANEXO C).

**Tabela 1** – Perfil dos participantes da pesquisa

TRABALHO CARINHOSO				VIVO PELA ADOÇÃO			
NOME	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	PROFISSÃO	NOME	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	PROFISSÃO
Carolina	39	± 8 anos	Psicóloga	Emanuele	NI	± 20 anos	Prof. Univ. (Psi)
Patrícia	59	± 16 anos	Psicóloga	Leonardo	79	± 42 anos	Prof. Univ. (Psi)
Silvia	55	± 20 anos	Psicóloga	Sabrina	61	± 16 anos	Prof. Univ. (Psi)
Sandra	33	±5anos	Ass. Social	Gabriel	43	±10anos	Prof. Univ. (Economista)

NI – Não informou.

Para a realização das entrevistas com os militantes, fizemos uso de um roteiro de *entrevista semiestruturada* (ver ANEXO A) com questões que abordam de diversas perspectivas os filhos adotivos e a adoção. Potter e Wetherell (1987), dois autores centrais da psicologia social discursiva, perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho, lembram que o roteiro de entrevista semiestruturada tem a função de garantir que as mesmas questões sejam feitas a todos os entrevistados, ao mesmo tempo em que concede liberdade ao pesquisador para a realização de novas perguntas objetivando o detalhamento discursivo e permitindo que durante a interação social o pesquisador registre outras informações que possam surgir durante a entrevista e que possam servir como material para a análise. O pesquisador, nessa ótica, é ativo e intervencionista.

Na perspectiva teórico-metodológica supracitada, essas entrevistas, mais do que instrumentos para acessar fatos, atitudes ou crenças sociais, são instrumentos para explorar as práticas discursivas de pessoas e grupos, para identificar ações discursivas e os objetos e sujeitos produzidos por elas (POTTER; HEPBURN, 2008).

#### 4.2. O campo da pesquisa: O Jornal Folha de S. Paulo

O Jornal Folha de S. Paulo é um dos veículos de mídia impressa mais importantes do Brasil. Em uma pesquisa realizada em 2011<sup>22</sup>, com mais de 7.000 sujeitos, o Folha de S. Paulo visou traçar o perfil dos seus leitores e saber “como eles se informam”. De acordo com seus dados, os leitores que acessam as informações digitais e impressas estão “no topo da pirâmide social” (SÃO PAULO, 2011). Trata-se, portanto, de um jornal que circula entre os cidadãos brasileiros escolarizados, das classes médias e altas, e seus conteúdos têm certamente influência no modo como elas representam a realidade e os seus diferentes objetos, dentre eles essa categoria de pessoas denominada de “filhos adotivos”.

Para realizar a nossa coleta na versão digital do Jornal utilizamos os seguintes descritores: adoção, adotado e criança/filho adotivo, no período que vai de 01 de janeiro de 2009 (ano em que foi promulgada a alteração no ECA [Estatuto da Criança e Adolescente], tornando-se conhecida como a Nova Lei da Adoção, Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009), até 31 de dezembro de 2014.

Identificamos 504 notícias que citavam pelo menos um desses termos (ver Tabela 2 abaixo). Logo percebemos que a maioria das reportagens não tinha a adoção ou os filhos adotivos como temas principais ou pelo menos como temas relevantes.

**Tabela 2** – Nº de Reportagens por ano e por seções

SEÇÕES	Nº DE REPORTAGENS POR ANO						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Ilustrada	31	16	13	4	5	12	81
Celebridade			3	4	6	2	15
Colunistas				2	5	3	10
Cotidiano	2	49	43	13	11	22	140
Mundo	14	75	6	13	22	8	138
Opinião		1		1		3	5
Fale Comigo					3		3
Painel do leitor		1	2			1	4
Equilíbrio e Saúde		1	1	2	9		13

<sup>22</sup> Leitor da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

BBC-Brasil	3	10	9	6	1	1	30
Mercado			1			4	5
Blog					1		1
Empreendedor Social			3				3
Video&Podcasts	3	4	2				9
Poder	2	10	1	1	4	3	21
Esporte				1	1		2
Data Folha		1					1
Livraria Folha			3	1			4
Humanos			2		2		4
Guia(Cinema+Teatro	1	4	2		3	3	13
TEC			2				2
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>171</b>	<b>93</b>	<b>48</b>	<b>70</b>	<b>62</b>	<b>504</b>

Fonte: Folha de S. Paulo

No ano de 2010, por exemplo, 25 matérias faziam referência ao casamento gay e aos direitos dos gays enquanto casais, e isso resultou em frases como como “direito a adoção de crianças” para o casal homoafetivo. Esse assunto apareceu recorrentemente até o ano de 2013. Esse e outros assuntos apareceram em várias matérias como o assunto central e o tema da adoção aparecia rapidamente e de maneira marginal. Decidimos selecionar apenas as matérias em que a adoção e os filhos adotivos fossem objetos centrais ou relevantes.

Assim, após a leitura atenta das 504 reportagens selecionamos 58 (ver abaixo a Tabela 3) para posterior análise.

**Tabela 3 – Reportagens por ano e por seções**

SEÇÕES	Nº DE REPORTAGENS POR ANO						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Celebridade			1			1	2
Colunistas					1		1
Cotidiano		4	5	4	6	7	26
Mundo		2			1		3
Opinião				1		1	2
Painel do leitor		1		1		1	3
Fale Comigo					2		2
Equilíbrio e Saúde				2	7		9
BBC-Brasil				1			1
Mercado						1	1
Blog					1		1

Empreendedor Social			2				2
Poder		1					1
Esporte				1			1
Livraria Folha			2				2
Guia(Cinema+Teatro	1						1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>58</b>

Fonte: Folha de S. Paulo

## 4.2 Codificação e Análise

Na análise do material discursivo, seguimos a orientação do método de análise de discurso desenvolvido pelos teóricos da psicologia social discursiva (BILLIG, 1987, 1991; POTTER; WETHEREL, 1987; WETHERELL; POTTER, 1992, POTTER, 1998; ANTAKI; WIDDICOMBE, 2008; EDWARDS, 2008).

Quando analisa material discursivo, essa perspectiva teórico-metodológica confere uma atenção especial a quatro tópicos: função, construção, retórica e variabilidade.

A função diz respeito à ação do discurso e aos efeitos dessas ações. Ao invés de inferir processos psicológicos a partir do discurso, essa perspectiva olha para aquilo que o discurso faz. Um autor dessa perspectiva (POTTER, 1998) distingue dois tipos de ação no discurso. A ação propriamente dita de construir diferentes objetos (o filho adotivo com seus diferentes atributos, por exemplo, o homem branco, o homem negro, o brasileiro, homossexual, a doença, a loucura, o TDAH, etc.) e a ação epistemológica que seria o grau de veracidade com o qual o discurso se apresenta.

Dito de outra maneira, a ação epistemológica é aquilo que o discurso diz sobre si mesmo no momento em que diz algo sobre o mundo ou sobre os objetos do mundo. Nas frases “os mulçumanos têm uma predisposição para o fanatismo” e “estudos científicos mostram que os mulçumanos têm uma predisposição para o fanatismo” nós temos afirmações de tipo factual, embora a última se apresente com um grau de veracidade bem maior. Nessas frases, se faz uma acusação e se constrói uma identidade em que o fanatismo aparece como um traço essencial dos mulçumanos e o discurso afirma sobre si mesmo que o que ele enuncia sobre os

mulçumanos é um fato. Já nas frases “eu acho que os mulçumanos têm uma predisposição para o fanatismo” e “é provável que os mulçumanos tenham uma predisposição para o fanatismo” nós temos enunciados fracos em factualidade. No primeiro, a expressão “eu acho” apresenta o que está sendo dito a partir de uma perspectiva subjetiva, o que enfraquece as pretensões de objetividade do enunciado. Na segunda, o tom é claramente hipotético. Neles se diz tudo o que se diz dos mulçumanos nas frases anteriores, mas sem o mesmo tom factual.

Construção, nessa perspectiva, tem dois sentidos: refere-se à construção dos nossos relatos sobre o mundo e ao caráter construído da própria realidade. Qualquer relato sobre o mundo tem que ser montado, o mundo não nos diz como devemos descrevê-lo. Por outro lado, o nosso acesso ao mundo social se dá por meio de construções discursivas (POTTER *et al*, 1990). Tais construções discursivas produzem e reproduzem grupos sociais e identidades. A ênfase na retórica é uma ênfase no caráter conflituoso e argumentativo da vida social (BILLIG, 1987, 1991). Por isso, nessa perspectiva observa-se atentamente a organização retórica do discurso e as estratégias argumentativas mobilizadas para defender determinadas posições e atacar outras.

O conceito de variabilidade, por fim, diz respeito às contradições nas práticas discursivas: contradições no discurso social sobre um mesmo tema, no interior dos grupos e em um mesmo indivíduo. A variabilidade na argumentação de um mesmo indivíduo existe porque ele realiza diferentes tipos de ações produzirão e essas diferentes ações produzirão variabilidades discursivas, contradições e inconsistências (POTTER *et al.*, 1990). Mas a contradição também existe porque as contradições na sociedade se atualizam nas subjetividades individuais (POTTER *et al.*, 1990).

Antes de abordar o processo de codificação, faz-se necessário dizer algumas palavras sobre a transcrição das entrevistas. Essa atividade foi realizada pela própria pesquisadora e isso permitiu uma mais-rápida familiarização com o material discursivo por parte da pesquisadora. Gill (2011) e Potter e Hepburn (2012) alertam que nessa tarefa de transcrever a fala dos participantes não deve ser sintetizada, corrigida ou “limpada”. Devemos “registrar a fala literalmente, com todas as características possíveis de fala” (GILL, *ibid.* p. 251). Potter e Hepburn (*ibid.*) assinalam que, muitas vezes, alguns pesquisadores “limpam” os discursos, bem como excluem dos fragmentos discursivos a participação do pesquisador, cuja

participação é ativa na pesquisa. Esse tipo de postura termina por excluir todo o processo interacional presente na entrevista.

Essa etapa, portanto, não pode ser entendida como algo trivial ou simples. A realização de uma boa entrevista é importante para a construção do *corpus*, mas não menos importante é o processo de transcrição.

A aproximação da pesquisadora com o material discursivo se iniciou, no caso das entrevistas, no processo de transcrição. Nesse processo já iniciamos a codificar o material.

A codificação, tanto no caso das entrevistas quanto no caso dos documentos e dos textos da Folha de S. Paulo, foi guiada por nossas questões de pesquisa. Nesse sentido, todas as passagens em que os filhos adotivos eram representados, diretamente ou indiretamente, foram separados e colocadas em categorias. Wetherell e Potter (1992) e Gill (*ibid.*) alertam que a codificação não pode ser confundida com a análise propriamente dita.

Ela é uma estratégia que visa organizar o material discursivo permitindo a sua análise mais detalhada e minuciosa. A análise propriamente dita implica numa busca por padrões discursivos e pelas diferentes ações realizadas com o uso da linguagem, e coloca em destaque o modo como o discurso é organizado para realizar essas ações (POTTER; WETHERELL, 1987; WETHERELL; POTTER, 1992).

## 5. DESCRREVENDO OS FILHOS ADOTIVOS

Partindo do objetivo desta tese, identificar e analisar os conteúdos e a organização retórica mobilizados, em relatos da mídia e de militantes da causa da adoção, na construção discursiva da identidade de filhos adotivos, organizamos a apresentação dos resultados em torno cinco blocos temáticos que nada mais são do que diferentes conteúdos mobilizados nos relatos analisados para dizer quem são os filhos adotivos.

### 5.1 A construção da relação entre adoção e periculosidade na mídia

No jornal Folha de S. Paulo observou-se a presença de reportagens em que, de diferentes maneiras, filhos adotivos foram, sutilmente, apresentados como perigosos ou potencialmente perigosos para suas famílias.

“Uma mãe americana enviou o filho adotivo, um menino russo de 8 anos, de volta a seu país por estar arrependida da adoção. O garoto, Artyom Savelyev, desembarcou em Moscou nesta quinta-feira em um voo da companhia United Airlines, desacompanhado e com um bilhete. Segundo autoridades russas, o menino -- cujo nome após a adoção era Justin Hansen -- levava uma carta da mãe, Torry Hansen, de Shelbyville (Tennessee), no qual ela dizia que estava devolvendo o garoto a seu país porque ele apresentava ‘graves problemas psicológicos’. ‘Essa criança tem problemas mentais. Ele é violento e tem sintomas de psicopatia’, dizia a carta enviada pela mãe, segundo informações dadas por autoridades à Associated Press. O embaixador americano na Rússia, John Beyrle, disse ter ficado ‘chocado’ com o caso, e ‘muito desapontado’ com a família, devido à postura adotada em relação à criança. O garoto foi encaminhado a um hospital de Moscou para passar por um check-up, segundo Anna Orlova, porta-voz do Comissariado de Direitos das Crianças do Kremlin. Segundo ela, o garoto disse que sua mãe ‘era má’, ‘não o amava’ e costumava ‘puxar seus cabelos’. (...)” (Folha de S. Paulo, Mundo, 09.04.2010).

“Artyom foi adotado de um orfanato de Partizansk, no extremo leste da Rússia, em setembro de 2009 por uma família do Tennessee. Após seis meses, sua avó adotiva comprou uma passagem só de ida e mandou-o de volta à Rússia. ‘A criança é mentalmente instável. Ele é violento, e tem sérios problemas psicossomáticos. Fui enganada pelo orfanato russo’, dizia a nota, mostrada na TV russa. ‘Pela segurança da minha família, amigos e a minha mesma, não quero mais manter essa criança.’ ‘Ele desenhava nossa casa pegando fogo e diz a todos que vai por fogo na casa conosco dentro dela’, disse a avó adotiva, Nancy Hansen, à agência de notícias Associated Press, por telefone. ‘Foi aí que passamos a temer por nossa segurança.’ Ela disse que uma assistente social avaliou o menino em janeiro deste ano e informou a autoridades russas que não havia nenhum problema. Mas após isso, a avó disse que os incidentes de bater, chutar e cuspir começaram a aumentar, junto com ameaças. A avó viajou com o menino até Washington, onde o colocou sozinho no voo para Moscou. Ele foi recebido no aeroporto por um guia turístico, que recebeu US\$ 200 (R\$ 355) da mãe adotiva para ‘entregá-lo ao Ministério da Educação como um pacote’, disse Pavel Astakhov, responsável por direitos das crianças do Kremlin.” (sic.) (Folha de S. Paulo, Mundo, 15.04.2010).

“O bispo da Igreja Anglicana de Recife Edward Robinson de Barros Cavalcanti, 68, e a mulher dele, Miriam Nunes Machado Cotias Cavalcanti, 64, foram assassinados na noite de domingo (26), a facadas, na casa deles, em Olinda (PE). De acordo com a família e vizinhos, o filho adotivo do religioso, Eduardo Olímpio Cotias Cavalcanti, 29, é o autor do crime. (...) Policiais que estiveram na casa do bispo disseram que o jovem morava na Flórida (EUA) e havia chegado a Olinda na última sexta-feira. Vizinhos disseram que o rapaz já havia tido problemas com drogas nos Estados Unidos, mas a polícia não confirmou a informação. “A autoria do crime já está esclarecida. O ato dele é injustificável sob qualquer ótica. Foi premeditado. Já sabemos que ele tem um temperamento difícil e o ponto de vista psicológico é algo que será levado em consideração”, afirmou o coordenador do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), João Brito Alves. (...)”. (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 27.02.2012).

Antes de nos determos no conteúdo e na forma de organização desses textos, é importante que se destaque uma característica desse gênero do discurso que chamamos de reportagem. Uma reportagem não é um retrato neutro de um

determinado evento, um retrato do mundo como ele é. Nos eventos descritos acima há vários atores, todos escolhidos pelos autores das reportagens. Outros atores que poderiam fazer parte do relato não são mencionados. As falas apresentadas não são necessariamente todas aquelas que foram coletadas, os autores podem dar mais ênfase a determinados aspectos das entrevistas e obliterar outros. Enfim, a reportagem é algo construído pelos autores (autores situados em determinada cultura e em interação com o mundo), não é um reflexo do mundo.

Nas duas primeiras reportagens, que contam a mesma história, a devolução de um menino russo ao seu país de origem por sua mãe adotiva, o “filho adotivo” é descrito com um conjunto de termos e expressões que denotam, de maneira implícita ou explícita, periculosidade: “*graves problemas psicológicos*”, “*problemas mentais*”, “*sintomas de psicopatia*”, “*mentalmente instável*” e “*violento*” foram alguns dos termos usados para descrevê-la. Esses termos mostram de maneira inequívoca o uso nessas reportagens do discurso médico-psiquiátrico para construir a identidade da criança em questão. Chama a atenção no texto o termo “*sintomas de psicopatia*”. Os psicopatas no discurso médico-psiquiátrico são aqueles que apresentam uma personalidade ou padrão comportamental antissocial, tem algum transtorno de conduta, e possuem baixa capacidade de sentir remorso e empatia. Esse tipo de representação localiza a identidade desse filho adotivo em uma interseção entre o crime e a patologia.

Além desses termos que descrevem uma personalidade emocionalmente instável, com sintomas de psicopatia ou simplesmente violenta, os dois textos apresentam pequenas histórias contadas pela mãe adotiva. Numa dessas histórias a criança desenhava a casa em que moravam pegando fogo e ameaçava “*pôr fogo*” na casa com a família dentro dela. Em outra, ela batia, chutava e ameaçava. Teóricos da Psicologia Social Discursiva (POTTER, 1998) e teóricos da Análise Crítica do Discurso como Van Dijk (1987) têm demonstrado como descrições de ações, estórias, têm um papel fundamental na construção de argumentos. No caso sob análise aqui, as estórias contadas pela mãe adotiva, e reproduzidas pelos autores da reportagem, comprovariam o argumento dela de que o filho adotivo em questão representava um perigo para a família.

As duas reportagens abrem espaço para outras versões que contestam a versão da família adotiva. Há a versão da própria criança, que não contesta a versão

segundo a qual seria violento, mas, ao afirmar que “...que sua mãe ‘era má’, ‘não o amava’ e costumava ‘puxar seus cabelos’ justifica a violência que lhe era atribuída. Há também a versão da assistente social segundo a qual não haveria problema com a criança.

Essas reportagens abrem inequivocamente espaço para vozes que contestam a versão dos atores que qualificam o filho adotivo em questão como perigoso. Em nenhum momento, nenhum dos atores representados generaliza a periculosidade para todos os filhos adotivos. No entanto, a reiteração de casos desse tipo na mídia, casos em que uma criança adotiva aparece como representando perigo para os pais, inserem continuamente o conteúdo periculosidade na identidade dos filhos adotivos. Eles tendem a produzir um raciocínio indutivo que leva a afirmações generalizantes. “Eis um caso de filho adotivo que agrediu os pais; eis um caso de um filho adotivo que assassinou os pais: filhos adotivos representam um perigo para as suas famílias”.

A terceira reportagem tem um tom bem mais ominoso. Trata-se da história de um filho que matou os pais em Olinda, Pernambuco. O crime, que foi amplamente divulgado na imprensa local, como se vê, repercutiu também na imprensa do Sudeste. Nesse relato não se ouve a voz do jovem. Familiares, vizinhos e policiais falam sobre ele. Vizinhos e policiais são mais informativos sobre o jovem do que os familiares. Por meio dos vizinhos ficamos sabendo que o rapaz “*já havia tido problemas com drogas*”. Por meio de um policial ficamos sabendo “*que ele tem um temperamento difícil*”.

Essa seria somente mais uma banal história de parricídio se a reportagem não usasse a categoria “filho adotivo” para identificar o autor do crime. O uso dessa categoria nesse contexto produz uma variante do processo que Billig (1987) denomina de particularização. A particularização para esse autor é o processo discursivo por meio do qual criamos subcategorias dentro de uma categoria mais abrangente. Polemizando com os teóricos cognitivos que diziam que o processo de categorização estaria na base da intolerância e do preconceito, esse autor afirma que, se frequentemente as pessoas fazem afirmações generalizantes (“os ciganos são desonestos”, “todos os ciganos são desonestos”), também produzem afirmações particularizantes (“alguns ciganos não são desonestos”; “muitos ciganos não são desonestos”).

Billig, no entanto, não estava afirmando ingenuamente que a particularização não pode ser usada para estigmatizar determinados grupos sociais. O exemplo acima, dependendo do contexto, pode ter essa função, afinal a expressão “alguns ciganos não são desonestos” pode ser entendida como um reforço à ideia de que eles são essencialmente desonestos. Esses que não são desonestos são a exceção que confirma a regra. No caso da categoria “filho adotivo”, tal como usada na reportagem acima, temos também um caso implícito de particularização porque a categoria “filho adotivo” cria um caso especial no interior da categoria mais ampla “filho”. Por meio dessa particularização ficamos sabendo que o assassino não é simplesmente um filho, ficamos sabendo que ele é um “filho adotivo”.

A reiteração de reportagens desse tipo indicaria uma assimetria no tratamento dispensado aos dois tipos de filhos na mídia. Ou seja, quando se trata de um filho que assassinou ou maltratou os pais, que é filho biológico, não haveria particularização (se usaria simplesmente “filho”, e não “filho biológico”); e quando se trata de um filho que assassinou ou maltratou os pais, que é filho adotivo, haveria particularização (se usaria “filho adotivo” e não simplesmente “filho”).

Essa assimetria, notadamente quando se trata de notícias em que um filho adotivo assassinou ou representou algum tipo de perigo para os pais, é denunciada por alguns dos militantes da causa da adoção entrevistados para esta pesquisa. Vejamos algumas intervenções nesse sentido.

Amanda – “De que forma você vê o papel da mídia nessas questões da adoção. Como é que a mídia representa a adoção, como é que a mídia representa a criança que é adotada, as famílias adotivas?”.

Sabrina – “Nem sempre é muito adequado, né? Infelizmente a gente tem que olhar que é muito... A mídia. Quem é a mídia? A mídia são as pessoas, né? Então, assim, como em todas as categorias, né? Nós vamos ter pessoas que não conhecem determinadas coisas, né? Assim que eu defino o preconceito. O que é o preconceito? Preconceito é quando eu não sei do que eu tô falando. Aí eu faço um julgamento. Isso é preconceito. Então quando as pessoas não conhecem sobre adoção adequadamente ou o quê que a adoção representa falam coisas indevidas. (...) Então muitas vezes a mídia ela nos prejudica por que ela reiteradas vezes acentua. Digamos assim: há um problema em uma família isso aqui aconteceu

muito nítido naquele caso do assassinato daquele Bispo Robson, lembra?”.

Amanda – “Humrum.”.

Sabrina – “Onde eu tive que fazer uma intervenção aí, né? Que aquilo aconteceu num sei em que horário, duas horas depois todo mundo, filho adotivo mata pais, mata pais. Mas aí você diz: pera um pouquinho. Se fosse filho biológico, se colocaria filho biológico mata pais? Por que é que tem que colocar o adotivo? É o estigma que vai criando, né? Então tudo que vem de uma criança adotiva, né, parece que é olhado sobre outro viés. O olhar do preconceito. (...) Então a mídia ela pode nos ajudar muito e elas podem também nos prejudicar muito, né?”.

Leonardo – “(...) as vezes, surge através da mídia, geralmente, referências de adoção que são desabonadoras, que são... inverídicas, que são socialmente ruins.... Por exemplo, vinculando a adoção a determinadas ações ou situações negativas, como se a adoção fosse responsável por aquele problema. De quando em quando a gente tem no jornal, né? Uma notícia, filho adotivo mata o pai e num sei o que, sim! Quantos filhos matam os pais e ninguém diz nada? Mas quando é adotivo se especifica que é adotivo como se tivesse embutido a ideia que foi por conta da adoção que aquele filho matou o pai [...] uma coisa complicada, e não é verdade. Então quando acontece uma coisa desse tipo os grupos de apoio a adoção se mobilizam de imediato. E hoje com a mídia e com as redes sociais a gente mobiliza rapidinho todo mundo, e existe providência que resultam em modificação de alguns comportamentos na própria mídia (...)”.

Gabriel – (...) Já tivemos também situação de dar capacitação pra jornalista pra quebrar um pouco determinado jargões, determinado vieses. Mas, eventualmente vem a coisa. Por exemplo, alguns anos houve aquele evento lá da escola do Realengo no Rio em que o rapaz entrou na escola e matou num sei quantas crianças, né? Foi uma coisa terrível, trágica. Mas, a mídia colocava a seguinte questão. Fulano que era filho adotivo matou num sei o quê, num sei o quê lá. Então o componente biográfico dele ser adotivo era colocado no texto informativo e isso gerava imediatamente uma associação de causalidade, absolutamente injusta. Por que o que causou aquele problema não foi o fato dele ser adotivo. É mais fácil ter sido fato dele não ter tido adoção na vida dele. Foi o fato dele ser uma pessoa que tem transtornos de natureza psicológica. Então na hora que aquilo que era dito fulano que era filho adotivo... Por que você dizer isso?”.

Silvia – “Então, a gente precisa trabalhar um pouco mais a mídia, né? A mídia tem muito a coisa do sensacionalismo. É... é... é... Quando aquela Suzana blá, blá, blá, lá [referindo-se ao caso de Suzana Richthofen] matou pai e mãe, na hora eu falei: cara, ainda bem que ela não é adotada, sabe?! Ela é loirinha de uma família rica. Fala alemão, fala inglês, fala francês, fala num sei o quê, sabe assim? E aí fez esse... e fez, assim, essa barbaridade, né? É... é... é porque se, se ela fosse adotada tava no sal, né? Virou um inferno aquilo. Então assim, as pessoas sempre acham né, é... é... é que ela, que assim... Acontece as coisas porque foi adotada e ao contrário. Acontece as coisas porque não foi adotada, né? Por que se esses pais tivessem adotado essa Suzana afetivamente, tendo uma atitude adotiva ela não teria feito isso, né? Então não existiu adoção nessa família, né? Então, a mídia precisa ter essa visão. A mídia precisa deixar isso, né? Por que qualquer coisa é assim: é... é filho adotivo... mãe, sabe. Num sei o quê e seus filhos adotivos. Ah, você escreve seus filhos biológicos, né? Não! Então porque você põe filhos adotivos?”.

No terceiro capítulo desta tese, afirmamos que, segundo Segundo Laclau e Mouffe (1985), diferentes discursos lutam para definir a verdadeira natureza de diferentes objetos da realidade social, e que entre esses objetos poderíamos incluir a identidade de diferentes grupos sociais. Os relatos desses militantes ilustram bem uma luta para definir a identidade dos filhos adotivos, luta entre o discurso sobre filhos adotivos veiculado na mídia e o discurso construído sobre filhos adotivos por organizações que lutam em favor da adoção.

Para Sabrina, a mídia reproduz conhecimento preconceituoso e incorreto sobre a adoção e os filhos adotivos. Sabrina combate veementemente a inclusão da expressão “*filho adotivo*” em reportagens sobre assassinatos de pais por filhos. Cita o caso do assassinato do bispo relatado na reportagem da Folha de S. Paulo e identifica, embora sem nomeá-la, a assimetria no tratamento dispensado na mídia aos filhos biológicos e aos filhos adotivos, destacada por nós acima: “*Se fosse filho biológico, se colocaria filho biológico mata pais? Por que é que tem que colocar o adotivo?*”. Os efeitos dessa assimetria também são denunciados por ela. A assimetria estigmatizaria os filhos adotivos, apresentando-os como pessoas que representam um perigo potencial para os pais. Mas a mídia em seu relato não é somente negativa no que diz respeito ao modo como descreve os filhos adotivos. Ela também pode

produzir efeitos positivos para a causa da adoção: *“Então a mídia ela pode nos ajudar muito e elas podem também nos prejudicar muito, né?”*.

Sem citar diretamente nenhum caso específico, Leonardo também denuncia a assimetria da mídia quando noticia ocorrências negativas relacionadas a filhos adotivos: *“De quando em quando a gente tem no jornal, né? Uma notícia, filho adotivo mata o pai e num sei o que, sim! Quantos filhos matam os pais e ninguém diz nada?”*. Para ele, parece que as matérias que citam o termo “filho adotivo” nessas situações de crimes terminam por ligar dois elementos que deveriam ser vistos como separados: a adoção e os problemas de conduta.

Os relatos de Gabriel e Silvia, também denunciam a assimetria no tratamento dispensado aos filhos adotivos e biológicos pela mídia. No entanto, desenvolvem uma linha argumentativa ausente nos relatos dos dois primeiros. Rebatendo a associação implícita nos relatos da mídia entre adoção e periculosidade, argumentam que os crimes narrados pela mídia, tanto de filhos adotivos quanto de filhos biológicos, só acontecem porque nenhum deles foi de fato adotado. No entanto, deve-se ressaltar o conceito de adoção que está sendo mobilizado pelos dois. Não se trata do simples processo de tomar legalmente como filho alguém que não é filho biológico. A noção de adoção que está sendo definida por eles, implicitamente, é semelhante àquela já apresentada na introdução a este trabalho e que é defendida por um conjunto de autores (HAMAD, 2002; QUEIROZ, 2004; DOLTO; HAMAD, 2006; QUEIROZ; PASSO, 2012): trata-se da noção segundo a qual todos os filhos adotivos ou biológicos passam pela via da adoção e que desta forma se inserem na linhagem familiar. Duas passagens nos relatos de Gabriel e Silvia não deixam dúvidas: *“Por que o que causou aquele problema não foi o fato dele ser adotivo. É mais fácil ter sido fato dele não ter tido adoção na vida dele”; “Acontece as coisas porque não foi adotada, né? Por que se esses pais tivessem adotado essa Suzana afetivamente, tendo uma atitude adotiva ela não teria feito isso, né?”*.

Em resumo, Silvia e Gabriel, os autores supracitados e a autora deste estudo defendem um conceito de adoção que está relacionado à necessidade de que aqueles que permanecem em seus lares de origem precisam ser adotados por seus genitores, da mesma forma como aqueles que são colocados aos cuidados de outra família. Nessa perspectiva, a adoção é uma via de mão dupla, na qual não somente os pais, sejam eles biológicos ou adotivos, precisam adotar seus filhos, mas os filhos

precisam adotar seus pais. Essa argumentação sai de uma lógica das relações parentais ligadas pela consanguinidade, para a lógica do vínculo construído pelo afeto.

Olhando para esse modo de compreender a adoção com o uso do conceito de categorização discutido acima (BILLIG, 1987), pode-se dizer que ele coloca duas categorias dicotômicas (“filhos adotivos” e “filhos biológicos”) numa mesma categoria: “os filhos que passam pela via da adoção”, filhos adotados de fato pelos pais, filhos que têm com os pais uma relação marcada pelo afeto.

Tal maneira de argumentar tem um efeito retórico muito claro. Ressalta a igualdade, o que todos os filhos têm em comum, e apaga as diferenças. Embora o apagamento das diferenças possa ter, em alguns contextos, um efeito opressivo, nesse contexto, o apagamento das diferenças é usado para desenvolver uma linha argumentativa de combate a práticas discursivas discriminatórias que produzem uma identidade negativa para os filhos adotivos. Como afirmam Wetherell e Potter (1992), mais do que olhar para determinados conteúdos e classifica-los de maneira abstrata (“esse conteúdo emancipatório, esse outro é opressivo”) é mais importante olhar para a linha argumentativa em que os conteúdos em questão estão sendo mobilizados (WETHERELL; POTTER, 1992).

Há uma outra afirmação tácita nos relatos de Gabriel e Silvia que deve ser comentado. Quando comentam e combatem a associação entre adoção e periculosidade, sugerem que os crimes tanto dos “filhos biológicos” quanto dos “filhos adotivos” podem ter relação com o fato de não terem sido adotados de fato. Como afirmou Silvia: *“Por que se esses pais tivessem adotado essa Suzana afetivamente, tendo uma atitude adotiva ela não teria feito isso, né?”*. A autêntica adoção emerge em seus relatos, inegavelmente, envolta numa aura de redenção.

Focando nossas atenções nos efeitos sociais dessa associação entre adoção e periculosidade, combatida pelos militantes da causa da adoção, não podemos subestimar o impacto dessa associação produzida pela mídia na sociedade mais ampla. Um dia, em 2013, saindo do curso de inglês, uma amiga comenta que “já pensou em adotar” e conta-me como esse desejo foi abandonado. Ela narrou que falou do seu desejo para a mãe e que essa, por não apresentar uma opinião formada sobre esse assunto, buscou a opinião da nora. A nora, no outro dia, teria ligado para

a minha amiga e disse: “Você não pode adotar! Você precisa assistir ao filme *A Órfã*<sup>23</sup> e você verá que poderá correr riscos. Vendo esse filme, você nunca adotará!” (*sic.*). Ela informa que o comentário da cunhada foi uma grande bobagem, e que não faria sentido desistir de um projeto de adoção baseada em um filme de terror. Em seguida, perguntou se eu já tinha assistido ao filme.

Não vi o filme, apenas o trailer, e no espaço de dois minutos e 27 segundos, pude ver mensagens tais como: “adotar uma criança mais velha não é uma decisão fácil”; “há algo errado com Esther [a ‘criança’ adotada]”; “onde ela está sempre há encrenca”; “eu acho que a mãe não gosta muito de mim”; “deve ser difícil amar um filho adotivo tanto quanto um biológico<sup>24</sup>”. Resolvi investigar na internet informações a respeito, e observei que esse filme causou grande repercussão nos grupos de apoio à adoção nos Estados Unidos. Pais adotivos, pesquisadores e militantes do *Evan B. Donaldson Institute* alertaram a *Warner Bros. Entertainment* que o filme reproduzia imagens estereotipadas dos filhos adotivos, construído uma identidade para eles em que a periculosidade aparece como um traço essencial e dificultando ainda mais a colocação de crianças com mais idade em famílias<sup>25</sup>.

O posicionamento do grupo americano é bastante similar aos dos grupos brasileiros. Os grupos de apoio à adoção não entram em cena apenas para discutir ações assistenciais, mas sobretudo, para combater determinados discursos sobre os filhos adotivos veiculados pela mídia, em especial por meio de filmes e telenovelas.

A Folha de S. Paulo, apresenta uma reportagem em que relata o protesto desses movimentos contra um filme que apresenta de maneira direta a periculosidade como um atributo da identidade dos filhos adotivos. E, mais adiante, trazemos outra intervenção dos militantes no mesmo sentido.

“A cena: Thor, o herói loirão, tenta defender o vilão Loki, dizendo que ele é seu irmão. Viúva Negra, ex-vilã, informa-o que Loki matou 80 pessoas em dois dias. ‘Ele é adotado’,

<sup>23</sup> A *órfã* é um filme de terror que conta a história de uma família que perde seu bebê no parto. Para suportar a dor do luto o casal é aconselhado a adotar.

<sup>24</sup> Trailer do filme *A órfã*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cB5zcyckRzc>>. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

<sup>25</sup> Susan Donaldson James. Adoptive Parents Say 'Orphan' Exploits Fears. Disponível em: <<http://abcnews.go.com/Entertainment/story?id=7702341&page=1>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.

responde Thor. A passagem acima, do filme ‘Os Vingadores’ (maior bilheteria da história no Brasil), já foi vista por mais de 8 milhões de pessoas desde sua estreia aqui, em 27/4. É menos de um minuto nas duas horas e meia em que os heróis vindos dos quadrinhos da Marvel exibem seus superpoderes. (...) Mas o comentário de Thor ganhou destaque quando a americana Jamie Berke lançou uma petição on-line para que a Marvel (empresa do grupo Disney, produtor do filme) apresente desculpas formais por ter insultado os filhos adotivos e seus pais. O argumento, ecoado por ONGs pró-adoção, é que a cena dissemina preconceito, fazendo uma associação imediata entre ter sido adotado e ser ‘do mal’. E num filme para crianças e adolescentes. Para piorar, a plateia ri na cena. Quem tem uma história pessoal com adoção, é claro, não acha graça. ‘Todo mundo riu, mas para mim o filme acabou ali’, diz Maria Bárbara Toledo, presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção. (...) A associação presidida por Toledo já fez uma representação contra a TV Globo no Ministério Público por causa da personagem Tereza Cristina, vivida por Christiane Torloni na novela ‘Fina Estampa’, que terminou em março. ‘Na novela, a vilã matava para não descobrirem que ela tinha sido adotada. Ter sido adotada e filha [biológica] de uma mulher que foi louca justificavam sua maldade. É o preconceito atrelado à ideia de descendência genética.’ O resultado da ação foi uma campanha pró-adoção veiculada pela Globo e estrelada por Torloni.” (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 29.05.2012).

“(...) a ANGAAD tem sido o receptivo de todas as angústias que famílias, pretendentes, profissionais e simpatizantes da adoção tem manifestado com relação às cenas da novela ‘Fina Estampa’ que, em pleno horário nobre da TV, desde 28 de janeiro último, tratou do grande ‘segredo’ da personagem Teresa Cristina. Seu grande segredo, revelado com estardalhaço pela mídia – de forma fantasiosa – refere-se ao fato de ser filha biológica de uma empregada que morreu louca em um sanatório psiquiátrico e ter sido adotada legalmente por uma família milionária. A revelação de tal segredo parece justificar a personalidade de Tereza Cristina demonstrada ao longo da novela: uma pessoa psicótica, maquiavélica, má, péssima mãe, mesquinha, vingativa, , que para garantir a não revelação do mesmo tornou-se uma homicida reincidente. A partir da revelação do segredo o descompasso aumenta ainda mais. Criam-se questionamentos sobre o real sobrenome de Tereza Cristina, se teria ou não direito à herança dos pais (adotantes) falecidos, se seu irmão (Paulo) deveria ou não fazer exame de DNA para ‘desmascará-la’. Essas são apenas algumas das situações que fazem transbordar todo preconceito com

relação a adoção como se fosse uma filiação de segunda classe.”. (sic.) (Material da ANGAAD).

No fragmento acima, o jornal dá espaço a pessoas que militam em favor da adoção e eles argumentam que a cena do filme em questão “*dissemina preconceito, fazendo uma associação imediata entre ter sido adotado e ‘ser do mal’*”. Ao dar visibilidade à voz desses militantes, o jornal assume implicitamente, nessa reportagem, uma posição crítica em relação ao modo como a mídia constrói a identidade dos filhos adotivos. Esse exemplo mostra que o modo como esses veículos de comunicação constroem a identidade de determinados grupos sociais é marcado pela ambiguidade, contradição, inconsistência.

A seguir, no texto da ANGAAD, ao combater a associação entre adoção e comportamentos desviantes de conduta (“*pessoa psicótica, maquiavélica, má, péssima mãe, mesquinha, vingativa*”), os grupos de apoio à adoção lutam para que a identidade do filho adotivo não esteja associada a situações de perigo ou risco para outras pessoas. Eles assinalam que a adoção não pode ser percebida como um “segredo” ou algo vergonhoso, tal como, proposto pela novela ao criar a personagem pela ótica de uma “*homicida reincidente*” para não revelar a sua condição de ser filha adotiva, e de ter uma origem biológica humilde.

## 5.2 Adoção e abandono

No material midiático analisado, o abandono aparece como um traço central da identidade dos filhos adotivos. Essa temática aparece nos relatos sobre filhos adotivos ora de forma velada ora explicitamente. Uma indicação da centralidade da questão do abandono na identidade dos filhos adotivos construída pela mídia é o fato de que, das 58 matérias selecionadas, 45,8% delas relacionavam, de alguma forma, adoção e abandono. O uso desse atributo identitário para falar dos filhos adotivos também foi recorrente nos relatos dos militantes entrevistados e no *site* da ANGAAD. No entanto, nos relatos de alguns desses militantes há uma resistência evidente ao uso do termo para falar do filho adotivo e de sua trajetória, resistência que se manifesta por meio de diferentes estratégias discursivas.

Uma explicação para essa centralidade é a de que a mídia e os militantes, simplesmente, reproduzem a associação muito forte entre adoção e abandono na literatura sobre adoção e filhos adotivos. De fato, essa associação é recorrente nessa literatura.

A psicóloga Vargas (2013), a historiadora Rizzini (*apud* WEBER, 1999) e os pesquisadores Fernandes e colaboradores (2010), por exemplo, afirmam que há necessidade de se discutir a temática do abandono. Para Vargas, “falar de adoção requer antes que se fale de abandono” (p. 19), a segunda assinala que “antes da história da adoção existe uma história do abandono” (p. 15) e os outros pesquisadores reforçam a ideia de que “toda adoção reflete um abandono” (p. 4034).

Segundo Motta (2014), não é fácil desfazer a ligação entre abandono e adoção numa cultura como a nossa em que valores socialmente estabelecidos colocam certos comportamentos como inerentes à condição humana, tal como, por exemplo, a maternidade. Para os autores supracitados, bem como para Camargo (2005, p. 40), o abandono e a adoção de crianças são práticas que se sustentam mutuamente, uma vez que, o abandono de crianças refere-se ao fato do Estado não dar conta do seu exercício do “gerenciamento de corpos e, para suprir tal demanda, é que surge a prática da adoção”. Assim, “somente foi ou é possível a prática da adoção porque existiu e existe uma demanda de crianças em situação de abandono e, ao mesmo tempo, uma deficiência do estatuto de gerenciamento do Estado”.

Alguns autores criticam essa reiteração do tema do abandono quando se fala de crianças adotivas ou que estão à espera da adoção. Rodrigues e Hennigen (2012), mostram como o discurso televisivo retrata o tema, posicionando esses sujeitos, e descrevendo-os como aqueles que estão ‘sem famílias’, sem nada, e, portanto, abandonados. A urgência por uma família é o discurso preponderante em todas as vozes que circulam sobre essas crianças – juízes, assistentes sociais, psicólogos e militantes da cultura da adoção. Outros, psicólogos, historiadores, antropólogos e sociólogos denunciam a falha de políticas públicas que garantam o bem-estar para o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, adolescentes e famílias.

Vejamos, primeiramente, cinco intervenções discursivas em que esse atributo aparece associado aos filhos adotivos.

“Quando se decide adotar uma criança no Brasil, já se imagina os pais adotantes como exemplos entusiasmantes de amor ao próximo, de dedicação sem igual ao outro. Agora, o que pensar daquele que leva para casa uma criança/adolescente com algum tipo de deficiência? Faltam adjetivos que dê conta... Fato é que ações que abrigam, dão casa, arroz com feijão e futuro para pequenos abandonados são fundamentais para a construção de um país menos deficiente socialmente. E quando essa atitude é tomada diante de um ‘malacabquinho’, seguramente está se impedindo que um ‘serumano’ fique abandonado a sua própria sorte e sua condição física ou sensorial desigual. Pensar no fato, é angustiante (...)”. (*sic.*) (Folha de S. Paulo, Blog, 25.11.13).

“**A Aventura da Adoção**’, de Paula Abreu, é um relato profundo e sincero que aborda o tema não apenas pelo seu ponto de vista atual, mas por todos que ela desenvolveu e formou desde pequena, em diferentes contextos e em diálogos com diversas pessoas. O cuidado e o interesse pela relação com os menos afortunados motivou e encantou a autora desde criança (...)”. (Folha de S. Paulo, Livraria da Folha, 27.05.2011, grifo do autor).

“**Da origem genética** – A vergonha de Tereza Cristina por ser filha de uma empregada doméstica é preconceituosa e absurda. A grande maioria das crianças e adolescentes disponibilizadas a adoção tem origem na pobreza, no abandono, na mendicância. Nenhuma dessas crianças e adolescentes deverá ter vergonha de sua origem. Tal colocação fere a dignidade da pessoa humana.”. (Material da ANGAAD).

**CRIANÇAS ADOTIVAS: INFORMAÇÕES QUE OS PEDIATRAS PRECISAM CONHECER** Normalmente o consultório do Pediatra é o local onde os pais despejam todas as suas inseguranças e dúvidas acerca da saúde e do comportamento de seus filhos. Por isso, a importância de se desvendar questões que envolvem a adoção de crianças. (...) É importante ressaltar que por trás da adoção existe sempre uma história de dor, ocasionada pelo abandono, negligência, rejeição e ou maus tratos físicos e psicológicos. Nenhuma criança ingressa no cadastro da adoção se não tiver em situação de vulnerabilidade social ou risco pessoal. (...) Ao chegar a uma família, essa criança requer toda atenção e compreensão, pois precisa aprender a ser filho e mais do que isso, necessita de um tempo para assimilar as novas regras familiares. Diante de todos estes aspectos que envolvem a adoção, pais adotivos costumam ter dificuldades em por

limites em seus filhos. Na expectativa de poupá-los de mais sofrimento, ou no entendimento equivocado de que o não possa ser traduzido como desamor, pais adotivos optam, muitas vezes inconscientemente, por uma educação permissiva, que gera insegurança e infantilização da criança. Tendo consciência de que os filhos, antes da adoção, passaram por experiências de sofrimento, muitos pais adotivos tentam compensar essas privações com ofertas materiais excessivas e desnecessárias, levando a criança de um extremo ao outro, expondo-a situações de conflito. É importante pontuar que os adotantes assumem um compromisso com o passado, o presente e o futuro do filho. Passado este, que muitas vezes é uma breve, ausente e geralmente trágica história, mas que precisa ser respeitada e acolhida como a história do filho (...). (Material da ANGAAD).

“E aí, por mais que você explique que [a adoção] não é um gesto nobre, que é a espera por um filho, ninguém compreende. As pessoas passam a te olhar com um olhar que vai da admiração à pena e você vê nos olhares reticentes o pensamento de ‘coitada, não pode ter filhos’. (...) Isso aconteceu comigo! Não tive paparicos, não tive chá de bebê organizado pelas cunhadas – que organizavam chás para todas as crianças prestes a chegar na família -, mas tudo bem. o filho que eu esperava era meu, não dos outros! (...) Quando o filho chega, todo mundo vem, olha com cara de pena para o seu filho e diz: ‘coitadinho, né?!? Como a mãe teve coragem de largar um bebê tão lindo?!?’. Mas, espera aí. Quem é a MÃE? Você está diante de uma mãe que acaba de ganhar um filho e diz uma frase destas? Meu coração se partia a cada comentário ‘sem maldade’, advindo da total falta de senso, caridade e amor, referidos à minha filha. Eu era A MÃE! Ela teve uma progenitora e uma mãe em duas pessoas diferentes. A mãe sou eu! (...) Isso tudo para dizer que mãe é tudo igual, que mãe é mãe, não importa de que forma ela se torna mãe. Se você teve a paciência de ler tudo isso, vou me atrever a deixar algumas dicas se, por acaso, você for pego de surpresa com a notícia de que alguém próximo vai adotar: - Não olhe com compaixão, nem pena. Adotar não é uma sentença, é uma escolha! - Não exalte o ato de adotar como algo sublime, não coloque a pessoa em questão nos pés de uma santa, porque isso magoa e ofende. - Trate seu parente ou amigo que vai adotar tal e qual trataria se ele estivesse esperando um filho biológico. Nós, mães adotivas, também gostamos de ganhar mimos para nossos filhos. - Quando visitar a família na

chegada da criança, jamais olhe com pena nem diga “coitadinha, né?!”. Nenhuma mãe gosta de ouvir que seu filho é coitadinho! Se, por um lado, ele foi abandonado, por outro foi muito esperado e amado antes mesmo de nascer, então não existe nenhum coitadinho.”. (Material da ANGAAD).

O primeiro trecho, da F. de São Paulo, adota um tom benevolente e edificante para falar das relações entre “pais adotantes” e filhos adotivos. Os pais que decidem adotar não são pais que querem ter filhos, são “exemplos entusiasmantes de amor ao próximo, de dedicação sem igual ao outro”. E quando decidem levar para casa uma criança/adolescente com algum tipo de deficiência, “abandonado a própria sorte”, faltam adjetivos para descrever tamanha bondade. Os filhos que eles adotam, “*pequenos abandonados*”, “*malacabinhos*”, precisam de abrigo, arroz, casa e futuro. Trata-se de um relato que reproduz o velho discurso assistencialista e caritativo tradicionalmente usado por nossas elites para falar das nossas crianças pobres, aí incluídas as adotadas. Trata-se de um discurso salvacionista que apresenta os pais que adotam como heróis que salvaram crianças abandonadas.

Há uma ideia implícita nesse relato, que acompanha frequentemente o discurso assistencialista e caritativo. Trata-se da noção de “abandono moral” segundo a qual essas crianças foram entregues à própria sorte ou por suas famílias, pobres, ou por um Estado pervertido (AYRES, 2005; WEBER, 2011).

Essa ideia de abandono moral também aparece tacitamente nas outras duas intervenções. A categoria “*menos afortunados*” é, no texto da Folha de S. Paulo, um eufemismo para “pobres”, “miseráveis”. Os filhos adotivos, antes de serem adotados, seriam crianças sem sorte, não abençoadas, infelizes, por terem nascido em uma classe social onde o abandono de crianças é frequente. O material da ANGAAD, que recrimina a descrição de uma personagem de televisão, Tereza Cristina, por apresentar suas condutas como uma decorrência do fato de ela ser uma filha adotiva, que teria vergonha de ter como mãe biológica uma empregada doméstica, termina afirmando que “*a grande maioria das crianças disponibilizadas a adoção tem origem na pobreza, no abandono, na mendicância*” e que isso não seria motivo para vergonha.

Esse mesmo argumento é apresentado no quarto texto. O relato de uma médica e militante da adoção afirma que na história biográfica do filho adotivo

*“existe sempre uma história de dor, ocasionada pelo abandono, negligência, rejeição e ou maus tratos físicos e psicológicos”*. Os filhos adotivos, nesse fragmento, precisam aprender a ser filho, e cabe aos pais adotivos lidar com o passado da criança, pois antes de se tornarem filho por adoção, eles *“passaram por experiências de sofrimento”*. O quinto texto também reitera que o filho adotivo vem do abandono, mas ressalta que isso não é motivo para descrever a criança como *“coitadinha”*, nem para pressupor que o filho adotivo apresenta o sentimento de abandono, pois, o filho adotivo *“foi esperado e amado antes de nascer”*.

Essas cinco intervenções têm em comum, o fato de não apresentarem qualquer problematização em relação à representação do abandono como um atributo central, definidor, dos filhos adotivos. Outras intervenções, no entanto, problematizam essa representação de diferentes maneiras.

Amanda – “Tá, então como é que você definiria as pessoas adotadas?”

Emanuele – “As pessoas adotadas. Eu acho que é... é até difícil. Deixa eu tentar me colocar no lugar, sabe, eu acho que vou colocar assim, pelas minhas filhas. (...) né? Lógico, eu só tenho a experiência. É... é... é... elas adoram ser adotadas. Eu não tô dizendo isso por que você tá fazendo essa pesquisa, e tô sendo gravada, não! Por que elas já falaram, entendeu? Várias vezes. Elas... elas gostam de ser adotadas, né? E, assim, uma coisa que já me falaram foi: “poxa vida, se eu não fosse adotada o que é que seria de mim?” Elas já falaram isso, né? “Se eu não fosse adotada, como é que eu viveria?”. Então isso... No começo é quando eu passava nas ruas eu, eu olhava aquelas meninas que estavam nas ruas. Depois não, né? Depois... Mas, eu pensava: “poxa, vida! Minha filha poderia ser uma dessas.”. É o abandono, entendeu? Mas... é... é depois isso, né, foi trabalhado. Mas, elas já colocaram isso pra mim, né. “Que seria de mim se eu não fosse adotada? Que tipo de família eu teria, né?”.

Carolina – “Penso eu que a, a adoção é uma nova configuração familiar que você tem que trabalhar algumas, algumas formas de compreender o núcleo. Essa é uma nova cultura, né. Eu acho que não uma nova cultura da adoção, mas uma nova configuração familiar. E a adoção a gente sabe que ela, ela vem de um lugar é... historicamente do abandono, né? Que começou como? Com a... a Roda dos Expostos. Então que lugar é esse que eu vejo o adotado? É o filho de criação é o abandonado, né? Então assim é... o que ninguém quer. Então,

assim, é o órfão. E...e de alguma maneira o que é que tá enraizado nisso, né? É... é um pouco disso que... que a gente faz, que vem trabalhando.”.

Amanda – “O que é essa adoção de antes pra de hoje?”.

Carolina – “Eu acho que a adoção ela tava nesse sentido, realmente, do filho rejeitado, do filho abandonado, né? Do, do renegado, né? Num era uma opção eu ter filho por adoção, né? Era muitas vezes imposta isso. E nesse momento, não. Eu posso ter um filho por adoção.”.

As intervenções supracitadas são falas de militantes das ONGs a favor da adoção entrevistados para essa pesquisa. Todas elas parecem reconhecer que historicamente e na sociedade mais ampla nos dias atuais há um certo modo de compreender o filho adotivo em que o abandono aparece como um traço essencial dessas pessoas.

Pode-se dizer de todas elas que ilustram a batalha de diferentes discursos, nos termos de Laclau e Mouffe (1985), para definir a identidade dos filhos adotivos. No entanto, aqui, diferentemente do tópico anterior, a batalha se atualiza de maneira mais evidente nos sujeitos, na medida em que, embora resistam à associação entre abandono e adoção, a endossam em vários momentos.

No relato de Emanuele, há uma tentativa de evitar a associação entre adoção e abandono, mas ela termina emergindo no discurso. É uma associação que surge espontaneamente no seu relato, quando a pesquisadora lhe solicita que defina as pessoas adotadas. Ou seja, é sobre a identidade dos filhos adotivos que ela é instada a falar. Ela inicia sua resposta afirmando que é difícil responder a essa questão e então diz que vai se colocar no lugar de suas filhas adotivas. E elas, as filhas, “*adoram ser adotadas*”. Com essa afirmação ela posiciona as filhas como pessoas não afetadas subjetivamente pela condição de filhos adotivos. Ser filho adotivo seria motivo de alegria, não causaria sofrimento. Para dar veracidade à essa afirmação ela usa o recurso do discurso direto (“*Se eu não fosse adotada, como é que eu viveria?*”; “*Que seria de mim se eu não fosse adotada? Que tipo de família eu teria, né?*”). Tal recurso apresenta aquele que usa os enunciados como alguém que teria estado na cena (POTTER, 1998). Ela mesma teria dito para si mesma, ao ver meninas na rua: “*poxa vida! Minha filha poderia ser uma dessas*”. Em seguida diz: “*é o abandono*”. Com tal

termo procura nomear a natureza da questão que parecia incomodá-la à época. Mas isso não parece incomodá-la mais, depois teria sido “trabalhado”.

Nas duas falas que se seguem à de Emanuelle, as duas de Carolina, o abandono é mencionado, mas é apresentado como uma característica de um tipo de adoção que pertence ao passado ou que deve pertencer ao passado. Para Carolina, a adoção vem “*historicamente do abandono*”, da “*roda dos expostos*”. Mas em seu relato o “adotado” ainda não parece ter saído desse lugar: “*Então que lugar é esse que eu vejo o adotado? É o filho de criação é o abandonado, né?*”. Antes de mencionar esse lugar em que o filho adotivo seria colocado pela sociedade mais ampla, Carolina menciona um dos fatores históricos que ajudaram a construir essa representação do filho adotivo como um enjeitado, o fenômeno histórico da Roda dos Expostos ou dos Enjeitados. O trabalho dela na ONG seria mudar essa representação do adotado na sociedade. No segundo relato é mais enfática na rejeição à ideia de que o abandono defina bem a identidade da pessoa adotada, ressalta que “*nesse momento*” (referindo-se ao presente) o filho adotivo não precisa ser visto como o “*renegado*”, o “*rejeitado*”; pode ser melhor definido como alguém que foi escolhido: “*Eu posso ter um filho por adoção*”.

Nas intervenções discursivas analisadas anteriormente, não se diz explicitamente que o filho adotivo tem um sentimento de abandono. Não se diz explicitamente que ele vê a si mesmo como um enjeitado, como um abandonado. Que o abandono seria um traço essencial da identidade do filho adotivo para ele mesmo. O abandono é representado principalmente como um fato objetivo na vida dos filhos adotivos. As intervenções discursivas a seguir, ao contrário, constroem os filhos adotivos como pessoas com um sentimento de abandono. Os autores dessas intervenções posicionam-se de diferentes maneiras em relação a essa construção identitária: Ora ela é endossada, ora é relativizada, problematizada e até mesmo combatida.

Amanda – “O senhor falou dos aspectos psicológicos da adoção, que aspectos psicológicos são esses?”.

Leonardo – “Olha isso é uma coisa que é complexa, complexa não quer dizer complicada, quer dizer rica, né? Veja só... A pessoa que é adotada ela não apaga a sua história anterior, ninguém apaga a sua história anterior, ninguém elimina experiências anteriores, porque as experiências humanas são

cumulativas, né? Por exemplo, o filho adotivo, ele precisa resolver uma questão. Ele fazer a relação entre a sua história anterior e a sua história atual em relação a sua origem... de qualquer forma... eu vou dizer de uma forma contundente... O filho adotivo, ele, de certa forma, vive dentro de um contexto de rejeição e é uma tríplice rejeição, ele foi rejeitado pela mãe biológica, independentemente do que tenha acontecido com ela. Por exemplo, Maurício, o nascimento dele foi tão complicado que a mãe dele morreu no parto dele. Mas, não porque ele nasceu com essas sequelas todas. Mas para ele, se ele não tivesse as dificuldades que tem, talvez até tendo, a gente não sabe, ele foi rejeitado pela mãe. A mãe o rejeitou? Não. Mas, a interpretação da criança é que a mãe o rejeitou. Se a mãe não quis ficar com ele, porque não podia criá-lo e preferiu que outra pessoa criasse, que iria criar melhor do que ela.... É na realidade supõe que ela não rejeitou o filho, embora esse filho foi rejeitado, tá? Então essa é uma das formas de rejeição. Então a outra é quando ele é adotado, né? Ele inicialmente, com certeza, levanta uma interrogação se ele está sendo, de fato, aceito por aquelas pessoas que estão o acolhendo, ou se ele vai ser rejeitado de novo... E tem o outro aspecto da rejeição é que os pais adotivos pelo menos de início, consciente ou inconscientemente, tem uma interrogação que eu acho que se resolve logo. Mas, eu acho que ela existe: será que eu como pai, eu como mãe adotiva vou ser aceito por esse filho? Ou vou ser rejeitado? Então é uma espécie de tríplice rejeição e isso está dentro do contexto psicológico. E quando se constrói uma relação, um vínculo afetivo bom, então esse aspecto da rejeição se dilui, perde a significação ao longo do tempo. Então vai ser um aspecto psicológico da acomodação da mudança histórica, com relação à origem, né?”.

Patrícia – “Existe as pessoas que acham que a adoção está no lugar do abandono, né? Na perspectiva de que o adotado é porque perdeu. Então ele tá no lugar da perda, porque ele perdeu uma família, né? Ele perdeu a mãe, ele perdeu os vínculos, ele perdeu as questões biológicas, né? Ela perdeu os laços de sangue, né? E aí ela entra no lugar da falta. É uma perspectiva. Eu trabalho na perspectiva que ela tá ganhando também, que ainda ela tenha perdas, eu não vou dizer que... Com os meus pacientes... quando eu trabalho adoção... Existe uma insistência, da maioria das pessoas, em entender porque sua mãe não pode cuidar, né? Não pode cuidar dela. E eu trabalho na insistência de que ela deve é... é... é... de olhar que força é essa que ela tem para ela ter vingado. Como você pôde vingar, né? Nascer... como você pôde ter se transformado no que você se transformou. Geralmente são pessoas muito fortes, pessoas que são, que vivem, que superam. Agora tem

muitos preconceitos, né? Tem uma cultura, A cultura do abandono, a cultura de que... adoção são pessoas que foram abandonadinhas, são pessoas que passaram por dificuldades é... com suas famílias biológicas.”.

“Luciana: Mito ou verdade que a criança adotada é muito mais provocativa e mais mal comportada que o filho biológico?

Gina: Mito. Tanto crianças biológicas quanto adotadas podem ser provocativas e mal comportadas. Isso vai depender das condições em que elas foram criadas. Além disso, o sentimento de orfandade não depende apenas de uma vinculação genética. Há filhos que vivem com os pais biológicos e se sentem mais abandonados do que outros que foram adotados e estão tendo suas necessidades básicas atendidas de forma satisfatória.”. (Folha de S. Paulo, Fale Comigo, 25.02.2013).

Gabriel – “(...) é verdade que muitas crianças são gestadas, mas não são transformadas em filhos. Às vezes elas são destinadas a outras pessoas que serão suas mães ou pais. E, às vezes, elas vivem uma vida inteira de abandono dentro da própria casa, dentro da própria família. Não tendo, efetivamente, um espaço de filho ou filha. Foi gestada e não foi adotada e daí muitos conflitos, né.”.

O militante Leonardo mobiliza uma argumentação toda constituída pelo discurso psicológico. A repetição incessante da palavra abandono e de sinônimos desta palavra fixa uma identidade para essas pessoas em que o sentimento de abandono aparece como um traço central. Segundo ele, o sentimento de rejeição é indelével nos filhos adotivos: *“A pessoa que é adotada ela não apaga a sua história anterior”*.

Na fala da militante Patrícia, por outro lado, o sentimento de abandono deixa de ter um lugar central na identidade dos filhos adotivos. Ela combate veementemente a visão cultural de que os filhos adotivos estão *“no lugar do abandono”*, da *“falta”*, da *“perda”*. Ela trabalharia em uma outra perspectiva. Argumenta que é possível construir uma identidade mais complexa para os filhos adotivos. São pessoas que não somente perderam, são pessoas que também ganharam. Quando aborda a identidade que os filhos adotivos constroem para si próprios, ela reconhece que *“existe uma insistência, da maioria das pessoas, em entender porque sua mãe não pôde cuidar. Não pôde cuidar dela”*. Mas ela tenta fazer

em sua clínica com que esses sujeitos construam novas narrativas sobre si mesmos. Narrativas em que eles não estejam na condição de coitadinhos (pessoas “*abandonadinhas*”), mas na condição de pessoas que tiveram muita força, que vingaram, que fizeram a si próprios.

No relato de Patrícia, sugere-se sutilmente que a repetição discursiva na sociedade mais ampla da ideia de que o filho adotivo é um enjeitado pode se atualizar no modo como esses sujeitos se definem. Por isso, a insistência da maioria dos filhos adotivos em sua clínica nessa questão do abandono. A nossa cultura os enreda nesse lugar e eles acabam se posicionado, descrevendo a si mesmos dessa forma, como abandonados.

Há uma diferença estratégica notável entre o modo como Patrícia problematiza a importância do abandono na vida dos filhos adotivos e o modo como isso é problematizado nas outras duas intervenções discursivas. No relato de Patrícia somos instados a compreender que um filho adotivo não é somente um sujeito a quem falta algo. Um sujeito no “*lugar da falta*”, em suas próprias palavras. Somos instados a compreender que ele é também um sujeito que ganhou algo.

No texto da Folha de S. Paulo e na fala do militante Gabriel, a estratégia é outra. Neles somos instados a compreender que a falta não é uma propriedade exclusiva dos filhos adotivos. Que os outros, os filhos biológicos, também podem ter o abandono como um atributo de suas identidades. No texto da Folha de S. Paulo se diz que “*Há filhos que vivem com os pais biológicos e se sentem mais abandonados do que outros que foram adotados*”. O “*sentimento de orfandade*”, portanto, não seria próprio deles. Na fala do militante Gabriel, por outro lado, se afirma que “*muitas crianças são gestadas mas não são transformadas em filhos*”; “*e vivem uma vida inteira de abandono dentro da própria casa*”.

Se retomarmos a discussão sobre as relações entre categorização e particularização realizada por Billig (1987), e já comentada neste trabalho, podemos dizer que as duas últimas intervenções inserem os filhos biológicos no interior da categoria de pessoas que podem vivenciar a experiência de abandono. Como o processo de categorização é um processo por meio do qual destacamos as semelhanças e ignoramos as diferenças, o uso desse processo nas intervenções supracitadas procura afirmar as similaridades entre filhos adotivos e filhos

biológicos, negando uma diferença entendida como estigmatizante para os filhos adotivos no que concerne a categoria de abandonados.

Pode-se afirmar que as três intervenções supracitadas estão debatendo com toda uma literatura para a qual um sentimento de abandono se apresenta como um atributo psicológico mais presente nos filhos adotivos do que nos filhos biológicos ou mesmo como um atributo psicológico essencial dos filhos adotivos.

Weber (2004, p. 134), por exemplo, ao comparar posicionamentos de pais, filhos biológicos e filhos adotivos sobre o abandono, revela que os filhos adotivos são os mais pessimistas em relação às possibilidades de esquecê-lo. Para alguns o sentimento de abandono seria representado como uma marca indelével: *“É difícil psicologicamente esquecer o abandono”; “penso que depende da criança e do casal, mas nosso cérebro guarda tudo o que passou e é difícil apagar a cicatriz” (...)* ‘a rejeição e o abandono nunca serão apagados’.

Camargo (2010), por sua vez, ao entrevistar filhos adotivos adultos observou que eles descrevem-se ressaltando o sentimento de abandono ou o fato de terem sido abandonados, e, por isso, o autor assinala que essa é uma experiência que “marca profundamente a subjetividade da pessoa humana e produz ressonâncias perceptíveis em vários aspectos do seu existir” (p. 97).

Alguns autores, no entanto, problematizam essa insistência no tópico do abandono. Weber (2011; 2014) assinalou que uma grande parte das pesquisas na área psicológica quando estudam a adoção de crianças dão um tom catastrófico à situação de abandono. Para ela, a ênfase sobre os “traumas insuperáveis” decorrentes da situação impossibilita a compreensão desses sujeitos como pessoas que estão em constante transformação e que podem ressignificar quaisquer experiências.

Em outro estudo Weber (2014, p. 37) afirma que quando dizemos que é “necessário elaborar o luto do abandono e da rejeição”, geralmente esquecemos que no caso de um filho adotivo que foi colocado assim que nasceu em família adotiva ela não poderia ter se ligado afetivamente aos pais biológicos.

O que Webber está afirmando é que o suposto sentimento de abandono jamais poderia ser algo que emerge naturalmente da experiência de ser filho adotivo. Há uma pesquisa bastante interessante desenvolvida por Singer,

Brodznisky e Braff (1982) que pode lançar luzes sobre essa questão. Os autores entrevistaram crianças adotivas e não adotivas (n=160), entre 6 e 13 anos de idade, investigando as crenças sobre adoção. Observaram que as crenças variam conforme a idade da criança e grupo, ou seja, as crianças pequenas e não adotadas veem negativamente a adoção, enquanto que as crianças adotadas da mesma faixa etária percebiam a adoção positivamente. Contudo, no final da infância até o início da adolescência as crenças mudam. Os filhos adotivos passam a perceber negativamente a adoção, enquanto os não adotivos veem positivamente.

Não é descabido hipotetizar que o contato com determinados discursos, dentre eles o psicológico, que reiteraram obsessivamente os efeitos negativos e até psicopatológicos do abandono e institucionalização, pode construir nos filhos adotivos uma subjetividade enredada de diferentes maneiras no vocabulário e enunciados desses discursos. O que não é certamente o mesmo que afirmar que eles tenham como um traço essencial um “sentimento de abandono”.

Leon (2002) apresenta um argumento interessante para entender essa insistência em nossa cultura na ideia de que o sentimento de abandono é um traço essencial do filho adotivo. Segundo ele, a adoção “viola” as expectativas para a formação de uma família tida como natural. Assim, ele levanta a hipótese de que a insistência na “perda”, no abandono ou na rejeição reforçaria o mito da família ‘normal’, ‘perfeita’. Para esse discurso, independentemente das circunstâncias que levam as crianças a serem entregues para outros cuidadores, elas serão descritas como crianças abandonadas, rejeitadas e negligenciadas por sua família de origem.

No material analisado para este estudo, o sentimento de abandono não é somente um mal em si mesmo. Ele foi, nos textos da Folha de S. Paulo, insistentemente apresentado como causa de outras características psicológicas tidas como disfuncionais.

“Se uma criança foi adotada tardiamente, por exemplo, e veio com uma história importante de abandono e de maus-tratos é muito provável que vá apresentar inicialmente dificuldades de concentração e de adaptação na escola.” (Folha de S. Paulo, Fale Comigo, 25.02.2013).

“Existem crianças que lidam muito bem com o fato de serem adotadas, principalmente se foram criadas na base da

verdade desde sempre. Mas existem crianças que têm problemas, por 'n' razões. Não é simples entender que você foi abandonado.” (Folha de S. Paulo, 29.05.2012, Equilíbrio e Saúde).

“Gina: Não se pode fazer uma regra geral sobre os sentimentos da criança adotada, afinal ela é uma criança como todas as outras. Por outro lado encontramos casos de crianças que apresentam intensos sentimentos de rejeição, que são devidos não só à sua história de abandono ou separação dos pais biológicos, como também ao seu relacionamento com os pais adotivos. Estes últimos podem rejeitar a criança, sem perceber conscientemente que o fazem, pelas diferenças que ela apresenta a eles ou pela frustração de não ter podido procriar um filho. Para lidar com o sentimento de rejeição a criança pode desenvolver comportamentos diversos, dependendo do grau de estabilidade de seu mundo psíquico. Ela pode, por exemplo, recorrer a comportamentos provocativos, antissociais, ou pode reprimir sua espontaneidade tentando ser uma ‘criança boazinha’ para agradar ao ambiente e garantir sua adoção.”. (sic.) (Folha de S. Paulo, Fale comigo, 25.02.2013).

“Mario, 21, nasceu em Palermo, no sul da Itália, e quase morreu quando bebê por problema de intestino. Seus pais, imigrantes ganenses, dividiam uma casa com 20 pessoas. Com dificuldades financeiras, entregaram o filho de dois anos para a adoção provisória. Quando tentaram recuperar a guarda, o filho não queria mais deixar os Balotelli. Na Justiça, os pais biológicos conseguiram obrigá-lo a visitá-los. E aumentaram a antipatia que o garoto ainda nutre pela família. Na escola, era o único negro. Alvo de bullying, enfrentou ofensas racistas, comuns também na Euro. ‘As dificuldades por que ele passou por causa do abandono sempre vêm à tona quando ele fica mais nervoso. O Mario é um adolescente. Faz coisas boas às vezes e, noutras horas, toma atitudes estúpidas’, diz irmã Cláudia, que já visitou a casa dos pais adotivos dele.”. (Folha de S. Paulo, Esporte, 01.07.2012).

Ao apresentar o sentimento de abandono como um fator importante para o aparecimento de condutas desviantes e sentimentos de inadequação, os quatro textos se utilizam de estratégias retóricas com objetivos bem definidos. O primeiro texto procura vacinar-se (POTTER, 1998) contra a acusação de que estaria adotando um tom generalizante e determinista. O uso das expressões “*muito provável*” e “*inicialmente*” cumpre bem essa função. Com a primeira se diz que nem todos

apresentarão essas condutas e com a segunda que essas condutas não são insuperáveis. O segundo texto também evita o tom generalizante ao introduzir uma subcategoria no interior da categoria “crianças adotadas”. A subcategoria “*crianças adotadas que lidam muito bem com o abandono*” funciona nesse texto como uma fuga à generalização que poderia resultar na acusação de preconceito e discriminação.

O terceiro texto, com um vocabulário marcadamente psicologizante (“*estabilidade de seu mundo psíquico*”; “*sentimento de rejeição*”; “*frustração*”), também evita a generalização logo de início: “*Não se pode fazer uma regra geral sobre os sentimentos da criança adotada, afinal ela é uma criança como todas as outras*”. Feita essa ressalva, logo em seguida, afirma: “*Por outro lado encontramos casos de crianças que apresentam intensos sentimentos de rejeição, que são devidos não só à sua história de abandono ou separação dos pais biológicos, como também ao seu relacionamento com os pais adotivos.*”. A forma deste argumento, também uma vacina, uma proteção prévia, contra quaisquer acusações de que estaria emitindo um juízo baseado no preconceito, lembra muito o seguinte dispositivo retórico, muito usado para emitir posicionamentos preconceituosos contra grupos minoritários em vários países do ocidente, que tem a seguinte forma (WETHERELL; POTTER, 1992): “eu não sou racista, mas...”; “eu não sou preconceituoso, mas...”. Trazendo o argumento da parte inicial do texto para esse formato, ele poderia ser formulado assim: “eu não quero estigmatizar, mas eles têm um sentimento de abandono que é próprio deles”. No prosseguimento do texto, o suposto sentimento de abandono próprio dos filhos adotivos é usado para explicar seus “comportamentos provocativos, antissociais” ou o modo como reprimem a “espontaneidade”.

No quarto texto, o abandono é construído como um fator importante na explicação de condutas disfuncionais, mas sua importância é relativizada pela menção a outros fatores. Seu objeto é o jogador de futebol italiano Mário Balotelli, que foi entregue pelos pais para a adoção quando ele tinha dois anos de idade. O texto usa o recurso da narrativa que, como vimos no tópico anterior, é apontado por diversos teóricos (VAN DIJK, 1987; POTTER, 1998) é muito eficaz para dar veracidade a argumentos. Na primeira parte da narrativa a relação entre o abandono e as condutas do jogador é enfraquecida porque os pais, de fato, não o abandonaram. Eles “*entregaram*” o filho para uma “*adoção provisória*” em razão das “*dificuldades*

*financeiras*". Eles, além disso, lutaram para "*recuperar a guarda do filho*", o que, nesse contexto, indicaria que os pais nunca o abandonaram subjetivamente. Por fim, a narrativa fala de outro fator que, além do abandono, poderia estar associado ao comportamento do jogador, o racismo.

O abandono só é citado no final do texto, quando o autor insere a fala de uma religiosa para a qual "*as dificuldades por que ele passou por causa do abandono sempre vêm à tona quando ele fica mais nervoso*". Mas, logo em seguida, a mesma religiosa afirma que "*Mario é um adolescente*", associando implicitamente a adolescência a "*atitudes estúpidas*", e reproduzindo o velho discurso essencialista sobre a adolescência.

### **5.3 Combatendo a patologização dos filhos adotivos**

O relato de uma adulta adotada (SOUZA, 2014) ilustra de maneira admirável o enredamento de um filho adotivo numa teia discursiva que sempre lhe lembra que a condição de ser filho adotivo deve estar associada a sofrimento, à inquietação, a sentimento de perda.

"Não tem como você achar que o fato de você ser um filho adotivo isso é uma página virada e acabou, com certeza não tem, e outra coisa também, não tem como você esquecer disso não, não tem não tem! Porque vira e mexe você se pega perguntando. Não tem aqueles programas de Eliane, de Gugu? Menina eu choro que é uma beleza, ai fico pra baixo e depois passa! (...) poderia ser comigo, eu poderia estar encontrando a minha família biológica'. Eu acho que é por isso que eu vivo procurando o que fazer (...), eu não paro! Se você me ver parada eu estou doente, (...) eu estou em busca de fazer alguma coisa (...). Vocês que são psicólogos são quem dizem..." (sic.) (SOUZA, 2014, p. 57).

No final de sua fala, ela posiciona os psicólogos como uma categoria de pessoas que compreendem o que ela sente, que tornaram compreensível para ela o

que ela sente, que permitiram que ela soubesse quem ela é: “você que são psicólogos quem dizem”.

De fato, não devemos subestimar o poder da psicologia e das disciplinas psi. Nesse processo de dar sentido às inquietações dos filhos adotivos. Frequentemente vemos esses profissionais da área da psicológica mostrando o seu saber sobre o processo de adoção em programas de televisão ou em jornais impressos. Nesses programas, apontam algumas peculiaridades dos filhos adotivos, procuram desmistificar mitos e abrandar medos presentes nos pais adotivos. Além disso, esses profissionais, munidos do conhecimento teórico-empírico da psicologia, falam sobre família, vínculos afetivos, funções parentais e representações que circulam no cotidiano sobre os filhos adotivos e suas famílias.

Relatando o impacto que a sua pesquisa causou ao apresentar dados que sugeriam que as famílias adotivas são muito parecidas com as outras famílias, Weber (2011, p. 22) nos alerta para o lugar de autoridade em que a mídia coloca os pesquisadores.

Tendo em vista o poder dos profissionais e acadêmicos das disciplinas psi para disseminar versões da realidade tidas como objetivas e factuais, e a presença constante desses profissionais e acadêmicos nos veículos midiáticos e em outros dispositivos de disseminação de saberes, é extremamente preocupante observar os conteúdos sobre a adoção disseminados por muitos profissionais da psicologia e das disciplinas psi.

Di Loreto (1997, *apud* Weber, 2014), afirma que para alguns colegas da área da psicologia, a adoção tem o significado de sintoma e até mesmo de doença. Citando exemplos observados em situações de consultório psicológico, o autor observa que a adoção é frequentemente apresentada como uma doença que determina problemas comportamentais. Segundo ele, quando, alguns psicólogos comentam que estão atendendo uma criança adotiva ou quando questionam se o colega de profissão tem horário disponível para atender uma criança adotiva esses enunciados teriam o mesmo sentido se dissessem, por exemplo, que estão atendendo uma criança com algum distúrbio psicológico ou se questionassem alguém sobre a possibilidade de atender a uma criança com distúrbio psicológico. Essas práticas discursivas dos psicólogos profissionais ecoam determinadas teorias psicológicas produzidas na academia que, como nos lembram autores como Herman

(2002b, 2003) e Brodzinisk (1993), construíram uma identidade com evidentes traços patológicos para os filhos adotivos.

Para Vargas (2013), Camargo (2005) e Weber (2011; 2014) essa representação segundo a qual os filhos adotivos são mais propensos a apresentarem problemas é apontada como um dos mitos mais corriqueiros sobre os filhos adotivos pelos pesquisadores da área e, por isso, os militantes dos grupos de apoio à adoção problematizam obstinadamente essa representação durante as reuniões desses grupos com candidatos a pais por adoção ou com pais que já realizaram a adoção (LEVY; DIUANA; PINHO, 2009; COSTA; SASSON; BRONISLAWSKI; TIBOLA; KEMMELMEIER, 2011).

Como os militantes de apoio à adoção são muito sensíveis ao caráter estigmatizante dessa representação, nas entrevistas realizadas com eles, ela não foi reproduzida acriticamente. Ao contrário, eles a combateram como seria de se esperar. Mas, além dessa disposição crítica, seus relatos indicam que, cotidianamente, eles estão opressivamente enredados nesse discurso que insiste em categorizar os filhos adotivos como pessoas predispostas a apresentarem distúrbios psicológicos ou condutas desajustadas. Um enredamento que parece produzir um profundo mal-estar, como se pode ver nas falas abaixo.

Sabrina – “ ‘Oh, Sabrina tu podes vir aqui na escola porque o menino é adotivo. Sim, eu sei que ele é adotivo’. O adotivo é primeiro, né? Então, como é adotivo parece que tem que ter problema. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, tá certo! Filhos adotivos podem ter problemas como os filhos biológicos, né, tanto quanto, né? São filhos! Mas, se eles foram criados adequadamente, né, dentro da...da... de uma normalidade então não tem problema nenhum.”.

Carolina – “Você desconstruir, você construir. Você trabalhar aí os mitos, os preconceitos, as expectativas, justamente pra proteger a criança de um novo abandono. E pra isso, você precisa ter técnicos, você precisa ter conhecimento, principalmente na área da psicologia, né? Saber com que, né? O grupo em si, a sociedade e esses postulantes, e a própria criança...é...é... você tenha embasamento técnico e teórico pra justificar o porquê que você tá fazendo esse trabalho, a importância desse trabalho. Único e exclusivamente é a questão da devolução, né? E das rotulações que existem.”.

Amanda – “Quais rotulações?”.

Carolina – “Oi?”.

Amanda – “*Quais rotulações?*”.

Carolina – “ ‘O adotado, né?! Essa criança tá dando trabalho porque é adotado. Tá vendo num te falei que num ia dar certo, né? Num te falei que esse menino num ia dar certo, né? Tá vendo o...o gene dele. A mãe dele num tá presa? Como é que você acha que ele num deve [palavra incompreensível] isso?’. Então tem toda uma é...é...né, várias abordagens pra dizer que, a gente sabe que existe, é... é... é para uma criança, né, que tem essa questão aí, que... que é adotado, que tem uma questão da... da filiação por forma da adoção.”.

Carolina – “Eles [a sociedade e a Lei] estão começando a entender como que... que...que é essa...essa adoção. Agora, tem muito equívoco, né? Principalmente nas telenovelas aí. Então, ainda tem muito que...que ser trabalhado com a própria mídia, né? Por que assim, *pra* compreender realmente o quê que é adoção. Então, eu acho que tem num...num... num não acho que eles estão no caminho certo, assim. Tão tentando. Então, de alguma forma, tem algo muito enraizado aí, sabe? De, dessa cultura do filho problemático, do filho difícil, então de forma assim equivocada, fantasioso. Uma não realidade atual, assim. Tem muita coisa que precisa construir. Mas isso tem sido construída ao pouquinho, né. Se a gente pegar uma reportagem de adoção de 2006, 2008 e colocar uma reportagem hoje a gente vai ver que muita coisa já mudou, né? Mas, ainda tem muita coisa com equívocos aí sobre o que é adoção.”.

Gabriel – “Todos esses grupos [de apoio à adoção] eles compõem uma grande rede de, de organizações não governamentais que atuam em várias frentes para disseminar a cultura de adoção. Então, por exemplo, junto a pretendentes, a pais e mães adotivos a gente é...é...é...realiza trabalho de conscientização, de... Sobretudo de troca de experiências e de conhecimentos para desmistificar essas questões que são comuns para os pretendentes. Aqueles que, também, já são pais adotivos e que chegam com algumas dúvidas diante das especificidades do que vivem, e às vezes não é tão específico. Às vezes é natural de qualquer condição de filiação, mas, às vezes, a pessoa acha que aquilo é por conta da adoção. E, na maioria das vezes não é. E aí as reuniões que o ‘Vivo pela adoção’ promove como os outros grupos de apoio à adoção são reuniões que são experiências de muito aprendizado (...)”.

“Emanuele – Preconceitos de que acha que é... filhos adotivos eles são... tem menos valia. Que filhos adotivos vão causar problema. Que filhos adotivos carregaram... carregam o... é... vamos dizer, assim, temperamento ruim das famílias biológicas, né? Coisas desses sentidos. Algumas pessoas, infelizmente, ainda têm... Então, o ‘Vivo pela Adoção’ tá lá, os grupos tão lá, pra poder trabalhar isso. Até... É, pelo fato, das pessoas de estarem vendo, né, como a gente lida com as, com as nossas filhas, com os nossos filhos. E como elas são, como nossos filhos são...são filhos como outro qualquer, né? Tem coisas boas, dão trabalho, também, né? Como qualquer outro filho, certo.

Silvia – “Eu acho que é... quebrar uma... é... um preconceito, né? É.. mostrar, né, que... que a... a adoção a gente convive no dia a dia. É tirar essa ideia, né, de que filho sofre por adoção e que dá trabalho. Que num é... num tem nada a ver! E é mostrar que a gente pode sim, né, criar um amor é... Investir nesse amor e nessa relação de com uma pessoa que não foi gerada, né, por você, tá. Então, eu acho que a importância é mostrar... Primeiro, direito de toda criança ter uma família, de ser chamado de filho e filha, né? E quebrar essa... essa história do... da consanguinidade. Eu acho que é...você tá desvendando, né? Um preconceito, uma crença, uma coisa lá de trás e mostrando que as coisas acontecem, que os vínculos acontecem e que eles não são baseados no DNA, né? Então, eu acho que isso é importante, né?”.

Na fala de Sabrina, que é psicóloga, há uma menção explícita ao modo como profissionais e instituições tendem a categorizar a adoção como um sintoma ou doença: “ ‘Oh, Sabrina tu podes vir aqui na escola porque o menino é adotivo. Sim, eu sei que ele é adotivo’. O adotivo é primeiro, né? Então, como é adotivo parece que tem que ter problema”. Ela está dizendo deles, aquilo que Di Loreto (1997, *apud* WEBER, 2014), citado anteriormente, afirma de alguns psicólogos, ou seja, que a adoção tem o significado de sintoma e até mesmo de doença para eles.

Pode-se afirmar que esses profissionais mencionados por Sabrina reiteram de maneira não reflexiva um discurso que, em parte, foi construído e colocado nessas instituições pela psicologia e pelas outras disciplinas psi. O trecho da fala de Sabrina supracitado ilustra bem um processo citado por Nikolas Rose (ROSE, 2011) que diz respeito ao uso de conceitos e teorias da psicologia por profissionais de outras áreas (pedagogos, médicos, assistentes sociais, administradores, etc.) para dar sentido aos fenômenos com os quais têm que lidar no seu cotidiano de trabalho.

Praticamente todas essas falas apresentam uma estratégia comum para combater os discursos que procuram atribuir aos filhos adotivos uma predisposição especial para “ter problema”. Trata-se da eliminação das diferenças no interior da categoria “filho”, uma estratégia já observada em alguns dos textos do tópico anterior que tratou da questão do abandono. Quando Sabrina afirma que “*filhos adotivos podem ter problemas como os filhos biológicos*”; quando Gabriel afirma que o que se pensa que é específico “*não é tão específico*”; quando Emanuele afirma que os filhos por adoção são “*filhos como outro qualquer*”; eles estão se recusando a considerar a categoria “filhos adotivos” como um caso especial (BILLIG, 1987) no interior da categoria “filhos” porque isso lhes parece discriminatório e estigmatizante.

Como em algumas intervenções no primeiro tópico deste capítulo, em algumas falas supracitadas o que pode diferenciar as pessoas que fazem parte da categoria “filhos” não é o fato de uns serem filhos biológicos e outros serem adotados formalmente. O que pode diferenciá-los é a existência da adoção de fato (aquela que insere o sujeito na linhagem familiar) para uns e não para outros. Como afirma Sabrina, “*(...) se eles foram criados adequadamente, né, dentro da...da... de uma normalidade então não tem problema nenhum*”. No mesmo sentido, Silvia afirma que se deve “*quebrar essa... essa história do... da consanguinidade*”.

Praticamente todos eles afirmam haver um preconceito social contra os filhos adotivos e as famílias adotivas. Termos como “mitos”, “preconceitos”, “crenças”, “expectativas” são usados em vários momentos para nomear esse modo de representar as famílias e os filhos adotivos. As organizações de apoio à adoção teriam, então, a tarefa de “desconstruir” esses mitos, “desmistificar essas questões” construídas a partir da noção de “consanguinidade”, a partir da noção de que o DNA é que determina o vínculo. Mostrar que os filhos adotivos não “tem menos valia”; que eles não vão causar problemas, que eles não têm o “temperamento ruim das famílias biológicas”, etc. Nas falas de Sabrina e Carolina observa-se o uso do discurso direto para apresentar como um fato a afirmação de que há um preconceito social contra os adotivos: “*Oh, Sabrina tu podes vir aqui na escola porque o menino é adotivo*”; “*essa criança tá dando trabalho porque é adotado*”.

No material coletado da Folha de S. Paulo também não encontramos exemplos de inserção dos filhos adotivos na categoria de pessoas que teriam

predisposição para o desenvolvimento de sintomas psicológicos e problemas comportamentais. Esse suposto traço psicológico dos filhos adotivos só foi mencionado quando, implicitamente ou explicitamente, os autores queriam desacreditá-lo.

“Há mais espaço hoje para crianças negras, mas ainda há pouco interesse na adoção de maiores de 5 anos. ‘As pessoas têm a ilusão que podem controlar o desenvolvimento e o crescimento da criança se acompanhá-la desde bebê. Mas a gente não tem essa certeza com filho biológico. Ninguém garante que um filho acompanhado desde o início não terá dificuldades lá na frente, não vai desenvolver uma patologia’, aponta Soraya.”. (Folha de S. Paulo, Prêmio Empreendedor Social, 25.05.2011).

“Como toda criança, aquela que foi adotada vai encontrar dificuldades na vida. ‘Existe esse mito de que ela dá mais trabalho, tem muitos problemas. Como se a adoção explicasse todas as dificuldades’, diz Levinzon. Segundo a psicóloga, as pesquisas não mostram que filhos adotivos são mais problemáticos que os biológicos. ‘Claro, algumas crianças podem ter passado por traumas, principalmente se foram adotadas mais velhas. Mas, se os pais estiverem preparados, bem orientados, tudo isso pode ser superado.’”. (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 29.05.2012).

“Luciana: Frequentemente, quando um problema ocorre com uma criança adotada há uma resposta pronta: é porque ele é adotado. Como é que a adoção se torna uma zona de preconceito?

Gina: Encontramos com frequência o preconceito de que a criança adotiva ‘sempre dará problemas’. O fato de ela não ter sido criada pelos seus pais biológicos faz com que ela seja vista como alguém ‘especial’, ‘diferente’. Há uma crença social de que o elo de sangue é preponderante na formação uma família. Ele faz com que as pessoas se sintam parecidas, provenientes da mesma origem. O ‘diferente’ muitas vezes é visto como ruim, ameaçador, estranho. Ao mesmo tempo, existe uma percepção de que as quebras na continuidade do ambiente familiar de uma criança podem estar associadas a traumas e deixam sequelas que resultam em distúrbios e dificuldades de adaptação. Não há estudos conclusivos que mostrem que crianças adotivas apresentam mais distúrbios psicológicos do que as crianças que foram criadas pelos seus pais biológicos.”. (Folha de S. Paulo, Fale Comigo, 25.05.2013).

“Quando a apresentadora Astrid Fontenelle, 51, adotou seu filho Gabriel, em 2008, preencheu uma ficha em que respondia, entre outras coisas, se aceitaria crianças com distúrbios mentais leves. ‘Marquei não. Depois, o juiz me disse: ‘Você acredita que exista alguém que não tenha nenhum problema mental?’. Aí caiu a ficha.’ Para Astrid, há crianças que lidam muito bem com o fato de terem sido adotadas e outras que têm problemas. Por isso, ela não desculpa a piadinha de ‘Os Vingadores’. ‘Meu medo é isso reverberar em um menino de 6, 7 anos. No filme, pode parecer uma piada boba, mas o reflexo pode ser bem ruim.’”  
(Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 29.05.2012).

Nesses textos, como nas falas dos militantes, observa-se a crítica à noção de consanguinidade, à noção de que o “*o elo de sangue*” é o fator preponderante para a formação dos vínculos familiares.

Aqui, como nas falas dos militantes, observa-se também a presença da estratégia que consiste em eliminar as diferenças no interior da categoria. No primeiro texto isso é feito de maneira muito sutil. Os supostos problemas dos filhos adotivos nem sequer são mencionados. O texto opta por desqualificar a ideia de que ser filho biológico é garantia de ausência de distúrbios psicológicos: “*As pessoas têm a ilusão que podem controlar o desenvolvimento e o crescimento da criança se acompanhá-la desde bebê. Mas a gente não tem essa certeza com filho biológico*”. Para o autor do texto, qualquer filho, “lá na frente”, pode “desenvolver uma patologia”.

O segundo texto menciona explicitamente os filhos adotivos. Nele se reproduz a fala de uma psicóloga que diz: “*Como toda criança, aquela que foi adotada vai encontrar dificuldades na vida. Existe esse mito de que ela dá mais trabalho, tem muitos problemas*”. Nesse texto, os filhos adotivos são, de maneira explícita, apresentados como equivalentes aos outros filhos no que diz respeito à capacidade de se adaptar às exigências da vida: eles são iguais aos outros filhos, “*como toda criança, aquela que foi adotada vai encontrar dificuldades na vida*”.

No terceiro texto, sugere-se que os filhos, os filhos adotivos são equivalentes aos filhos biológicos por meio da negação de que eles sejam diferentes: “*não há estudos conclusivos que mostrem que crianças adotivas apresentam mais distúrbios psicológicos do que as crianças que foram criadas pelos seus pais biológicos*”.

No quarto texto a estratégia de equivalência também está presente por meio da pergunta retórica que teria sido feita por um juiz a apresentadora Astrid Fontenelle: *“Você acredita que exista alguém que não tenha nenhum problema mental?”*. Todos, portanto, filhos biológicos ou adotivos correm o risco de apresentar ou desenvolver algum *“problema mental”*. A apresentadora, cuja fala é reproduzida pelo jornal, combate a ideia de que a adoção produzirá inexoravelmente problemas psicológicos, dividindo a categoria *“filhos adotivos”* em duas subcategorias, no que diz respeito aos problemas psicológicos decorrentes da adoção: *“crianças que lidam muito bem com o fato de terem sido adotadas e outras que têm problemas”*.

Os textos acima procuram inequivocamente se apresentar como relatos de tipo factual, embora nem todos sejam muito eficazes nesse propósito. No primeiro, no terceiro e no quarto textos observa-se a presença de expressões, embora em pequeno número, que indicam que aquilo que é afirmado parte de uma certa perspectiva subjetiva. A ausência completa desse tipo de expressão, que produz impessoalidade (POTTER, 1998), cobriria com um manto de objetividade as afirmações presentes no texto. No primeiro texto, a total objetividade do texto é prejudicada quando se diz *“a gente não tem essa certeza com filho biológico”*. No terceiro quando se diz que *“encontramos com frequência o preconceito de que a criança adotiva ‘sempre dará problemas’”*. No quarto quando o jornal reproduz a suposta frase da apresentadora: *“meu medo é isso reverberar em um menino de 6, 7 anos”*. Os sujeitos das expressões no primeiro e no terceiro textos, *“a gente”* e *“nós”* (o primeiro equivalente a *“nós”* na linguagem coloquial do Brasil e o segundo sujeito oculto de *“encontramos”*), dão um tom subjetivo às afirmações. A expressão *“meu medo é isso reverberar”* é equivalente à expressão: *“minha expectativa é isso reverberar...”*. Trata-se de uma expressão que dão um tom subjetivo e até hipotético à afirmação.

O autor do texto três, depois de usar o tom pessoal presente no sujeito oculto *“nós”*, passa, no entanto, a apresentar aquilo que afirma com um tom bem mais factual ao apresentar como sujeito da afirmação não ele próprio, mas um sujeito extremamente potente no denominado discurso empirista (POTER, 1998) quando se trata de produzir impessoalidade e, portanto, factualidade: *“estudos”* científicos (*“não há estudos conclusivos que mostrem que crianças adotivas apresentam mais distúrbios psicológicos do que as crianças que foram criadas pelos seus pais*

*biológicos*”). No caso em questão poderíamos dizer “*não há dados conclusivos*”, as “investigações não são conclusivas” e obteríamos o mesmo efeito.

Há que se mencionar ainda outro recurso presente nos textos para produzir facticidade. Trata-se do uso da categoria de crédito (POTTER, 1998), recurso já mencionado neste trabalho. A psicóloga Levinzon no segundo texto e o juiz e Astrid Fontenelle no quarto texto são categorias de crédito. Categorias de crédito são determinadas categorias de pessoas que não necessariamente são especialistas em qualquer coisa, mas, por sua experiência no assunto em questão, são mobilizadas no discurso para dar credibilidade a um determinado argumento. No quarto texto, o jornal traz Astrid Fontenelle como uma categoria de crédito e ela, por sua vez, mobiliza em sua suposta fala mobiliza outra categoria de crédito.

#### **5.4 Determinados, desejados e amados**

Nos tópicos anteriores, observamos diferentes atributos negativos sobre os filhos adotivos sendo afirmados, de diferentes maneiras, e também combatidos. Quando combatiam os discursos que apresentavam esses atributos como próprios dos filhos adotivos, os autores dos textos, militantes ou não, definiam os filhos adotivos principalmente por meio de uma negação: “*eles não são perigosos*”, “*eles não são problemáticos*”, etc. Ou então afirmando que essas características não estariam presentes nos filhos adotivos de maneira mais acentuada do que nos outros filhos. Nas falas abaixo, remetendo-se diretamente às suas experiências como pais e mães de filhos adotivos, os militantes da causa da adoção não estão elogiando os filhos adotivos por meio de negações, eles afirmam características dos filhos adotivos que são avaliadas positivamente em nossa sociedade.

Amanda – “Então como você definiria uma pessoa adotada?”

Patrícia – Uma pessoa adotada... O que é uma pessoa adotada? Uma pessoa adotada, é uma pessoa é... que nasceu, que teve a força de nascer, que teve o desejo de nascer... e que precisa de cuidados. E a partir desses cuidados ela continuou tendo muita força e ela pôde encontrar uma família pra dar esse

cuidado. Um cuidado onde uma família biológica não pode lhe dar. Então ela... Eu penso que uma criança adotada, é uma criança que pôde ser amada duas vezes. Uma pela via biológica porque essa mãe teve, mesmo que não tivesse cuidados com ela depois do nascimento, ela nasceu, ela teve um momento... De cuidados, porque ela pôde nascer. Ela foi amada aí, ela teve o lugar dela, ela teve essa possibilidade. Ela foi amada, porque ela não morreu. Se ela não morreu é porque ela teve uma mãe que a sustentou os nove meses. A mãe e o desejo dela que é grande de nascer. A partir daquele lugar ela encontra outra pessoa para cuidar dela. Então para mim é uma pessoa que foi... que pode ser amada duas vezes. Apesar de estar atravessada pelo abandono, uma pessoa adotada é... uma pessoa muito querida... muito amada. Nessa perspectiva de ter estabelecido uma força dentro dela de sobrevivência, aliás de vivência, não de sobrevivência.

Patrícia – Existe uma outra coisa que não é igual ao do nascimento biológico. Ela entra para essa família por uma via que não é a biológica, portanto, ela não vai ser idêntica a essa mãe nem esse pai. Então evitar falar disso, né? Eu acho que cria-se uma barreira nessa família. É cria uma barreira, faz um silêncio de uma situação que pode romper em algum outro lugar, que a gente não sabe. Como alguns pais, né? Que falam assim, aí pra mim não tem diferença... O filho adotivo... A adoção é igual. Não o filho adotivo! A adoção é igual é a ter filho biológico, não é. Se ele começa a falar isso ele está negando o próprio filho adotivo. Porque ele não entra na família por esse lugar do biológico. Agora, ele é verdadeiro, sim. Ele é filho, sim. Ele é amado, sim. Mas do jeito que ele nasce para essa família, o parto se chama adoção, não é bio... Não é parto fórceps, natural, cesariano, entendeu? Então eu acho que são coisas que eu trabalho muito no sentido de não negar, sabe? A adoção. Não negar as diferenças, que existem. Mas que [...] o porque [...] o mais importante não tem diferença que é o vínculo. Os vínculos deles não podem ser diferentes. Não tem barriga, não tem lugar, ou você vincula ou você não vincula.”.

Amanda – “E as pessoas que são adotadas, como você definiria essas pessoas?

Silvia – Como uma pessoa que faz parte de uma família, de um, de um, um, um duo, né? De é... de uma construção. Então eu vejo... eu vejo a pessoa adotada como uma pessoa que diz sim pra uma relação. Uma vinculação. Eu vejo uma coisa diferente. Nunca... É a primeira vez que uma pessoa me faz uma pergunta desse tipo. É... assim... num sei. Eu vejo como uma pessoa que foi acolhida, que foi uma pessoa que, que disse sim pra ser acolhida, pra se sentir pertencendo. E esse

sim teve um outro lado, uma ressonância de um sim, também. (...) O sim da família, o sim do outro, do pai, da mãe, né? Eu vejo dessa maneira. (...) Normalmente as pessoas perguntam se, se filho por adoção é diferente do outro filho, se filho num sei o que tê, tê tê. E não assim: como se define uma pessoa? Então assim, essa visão de um sujeito que foi adotado. Eu não consigo imaginar uma pessoa vivendo sem ser adotada, entendeu? É... eu acho que pra que eu viva, eu adotei a vida e a vida me adotou, né? Se você me pergunta é... hum que característica ou que é que te chama atenção numa criança ou numa pessoa que foi adotada eu te diria que é a decisão de vida. Eu acho que uma pessoa que foi adotada em um determinado momento da vida dela, ela decidiu que ela ia viver. Então ela não foi abortada, ela não foi é... deixada de lado, né? E ela conseguiu o que ela decidiu em um determinado momento. Então eu acho, a, a pessoa que foi adotada ela tem uma força de vida, uma determinação de vida muito grande. E acho que ela muitas vezes não tem essa consciência, né, de, dessa decisão que ela tomou de viver. E, e eu reverencio muito. Por que eu acho que quando ela era uma célula lá atrás ela podia ter se perdido. Mas, lá atrás ela já teve essa determinação que iria vingar, né, como diz esse povo do Nordeste. Então, eu acho que é uma pessoa que assim teve uma determinação, né? E me emociona profundamente a adoção tardia. Por que eu acho que a adoção tardia por várias vezes essa pessoa, esse ser, esse sujeito é... confirmou a decisão de vida, sabe assim. Todos os dias é como se ele batendo o cartão. Todos os dias ele bate o cartão porque acredita na vida e acredito, sabe que vou ser adotado, né? Então assim eu acho que é uma determinação fantástica. É forte né?!".

Nas falas acima, Patrícia e Silvia, destacam, em diferentes momentos dos três textos, dois atributos para os filhos adotivos. Elas afirmam que eles são fortes e amados. A força dos filhos adotivos é nomeada de várias maneiras. Ele "*teve a força de nascer*", a "*decisão de vida*", "*tem uma força de vida, uma determinação de vida muito grande*". A força, a vontade de viver e a determinação dos filhos adotivos, nesses textos, mesmo quando isso não é dito explicitamente, é inferida das dificuldades, com um lugar de destaque para o abandono, que eles, os filhos adotivos, viveram e superaram.

Além de fortes, determinados, decididos, os filhos adotivos são amados e, por isso, cuidados, protegidos. "*Eu penso que uma criança adotada, é uma criança que pôde ser amada duas vezes*". "*Uma pessoa adotada é... uma pessoa muito querida...*

*muito amada*". "Agora, ele é verdadeiro, sim. Ele é filho, sim. Ele é amado, sim". "Eu vejo como uma pessoa que foi aconchegada, que foi uma pessoa que, que disse sim pra ser acolhida, pra se sentir pertencendo. E esse sim teve um outro lado, uma ressonância de um sim, também".

Billig (1987) afirma que a defesa de uma posição é sempre um combate a uma posição contrária, mesmo quando a posição contrária não é mencionada explicitamente. A apresentação reiterada dos filhos adotivos, nos três textos, como pessoas amadas, queridas e desejadas pelos pais é uma maneira de combater o argumento de que o abandono é uma característica definidora dos filhos adotivos. Quando o abandono é reconhecido, a afirmação de que os filhos adotivos são amados e queridos surge na narrativa como uma característica que tem a função de contrabalançar o peso do abandono na identidade dos filhos adotivos. "Apesar de estar atravessada pelo abandono, uma pessoa adotada é... uma pessoa muito querida... muito amada".

Nesses relatos, afirmar que os filhos adotivos são amados é uma outra maneira de afirmar que eles são filhos autênticos, verdadeiros. Isso se torna explícito na fala de Patrícia. "Ele é verdadeiro, sim. Ele é filho, sim. Ele é amado, sim".

Na Folha S. Paulo e no site da ANGAAD os filhos adotivos também foram apresentados reiteradamente como pessoas amadas e desejadas pelos pais.

"Não passo por outras situações de preconceito, pelo contrário, o fato de eu ter adotado uma criança parece que me transformou em uma pessoa melhor para as outras pessoas. Dizem: 'Ai, que linda sua atitude'. Eu não fiz benevolência nenhuma. Não sou melhor do que ninguém, não fiz caridade. Eu queria ter um filho, esse só foi o melhor método para mim (...)". (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 29.05.2012).

"A futura mãe não teve dúvida, aceitou de pronto, já que outros 13 candidatos anteriores haviam recusado a criança. Perguntei o motivo de ter aceitado uma criança com deficiência e ela foi categórica ao responder: 'Adotar não é fazer caridade. É um ato de amor e, acima de tudo, de instinto materno'". (Folha de S. Paulo, Opinião, 13.03.2014).

"A filiação adotiva deve ser considerada de igual valor que a biológica (até mesmo porque também os filhos biológicos

devem ser adotados, cuidados e amados para serem verdadeiramente filhos); a adoção não deve ser um ato de caridade, mas sim um ato de amor, uma "via de mão dupla" onde pais e filhos são ganhadores" (Material da ANGAAD).

Nos textos acima, não se fala diretamente dos filhos adotivos. Se fala da adoção. Ela é definida como um "*ato de amor*". Todos eles diferenciam um ato de amor de um "*ato de caridade*". Não se trata, portanto, de um ato de amor pelos mais necessitados que se aproximaria perigosamente da compaixão, ou da caridade. O "ato de amor" nesses textos é o desejo de ter um filho. A mãe cujo depoimento pode-se ler no primeiro texto afirma: "*Não sou melhor do que ninguém, não fiz caridade. Eu queria ter um filho, esse só foi o melhor método para mim.*". No segundo texto a adoção é uma questão de "*instinto materno*". Há na história uma mãe que deseja ter um filho. No terceiro texto, se diz que a adoção é uma via de "*mão dupla*" em que "*pais e filhos são ganhadores*". Em outras palavras, os pais desejam ter um filho e o filho deseja ter um pai.

Há um cuidado evidente nos textos supracitados no sentido de diferenciar a adoção como um "ato de amor" da adoção como um "ato de caridade". Em outros textos analisados para essa pesquisa a distinção não é tão clara.

"Após 9 anos, jovem se prepara para deixar abrigo de Ribeirão Preto Opções tão restritivas quanto a idade demonstram estar equivocado o foco da adoção, para o conselheiro Jefferson Kravchychyn. 'Quando a adoção é só um ato de amor, funciona muito bem, e a pessoa não se importa com a idade', diz.". (*sic.*) (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 20.01.2013).

"Houve uma maior conscientização do instituto da adoção. Se você vai adotar está exercendo um ato sublime de amor. Então por que adotar só uma criança branca?', diz o juiz Nicolau Neto, responsável pelo cadastro.". (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 08.08.2010).

Nesses textos não há qualquer menção ao desejo de ter um filho por parte dos pais adotivos. De uma mãe que desejou uma criança concreta como filho. O "amor sublime" que leva à adoção é ambíguo. É possível que essa ambiguidade da expressão em nossa sociedade produza estratégias de desambiguação como a presente na fala de Patrícia, abaixo.

Amanda – “Como você definiria adoção?”

Patrícia – Adoção (risos) Definir adoção... Adoção seria um ato, seria uma ação de um desejo que eu tenho de ter um filho. Eu tenho muita dificuldade de falar que é um ato de amor, né? Porque não é só amor que tá implicado, não. Adoção tá implicado o desejo de ter filho. Do ponto de vista da família, o desejo de ter filhos, né?”.

Para ela, adotar é um ato motivado pelo desejo de ter um filho, um desejo de ser mãe. Não é motivado por compaixão. O filho não se tornou filho dela por compaixão. Ela o quis como filho.

A inserção dos filhos adotivos na categoria de pessoas amadas, desejadas, queridas, foi algumas vezes realizada, na Folha de S. Paulo, por meio da expressão “filho do coração”.

“No meio daquele monte de berços, onde uma infinidade de crianças exercitava os pulmões, encontramos aquela que seria nossa segunda filhinha do coração, cujo nome já havia sido dado pelas funcionárias: Ana Paula. (...)”. (Folha de S. Paulo, Blog, 25.11.13).

“Quando a vi, pensei que iria desmaiar. Tão pequenina, magra, com olheiras. Minha filha! Peguei-a no colo, fiz força para não chorar. Quando nos deixaram sozinhas, ela segurou meus dedos com força. Ficou me olhando, como se dissesse ‘me leve’. Sussurrei: ‘Você é minha filhinha do coração, sou sua mãe’. Então eu soube: estávamos predestinadas.”. (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 07.05.2013).

“Na escola, tem ele e mais outro filho adotivo. Fizeram um trabalho sobre o histórico familiar, um dia. As mães mandaram fotos delas de barriga, abraçando o bebê. E a minha primeira foto com ele é muito parecida com essas, a diferença é que estou de pé, não deitada, e estou vestida e ele também. Mas a fisionomia, aquela cara de boba, é a mesma. As crianças não sentiram a mínima diferença. Cada mãe contou uma historinha e eu disse que ele nasceu do meu coração e tal. Ninguém perguntou nada, ele achou supernormal. É claro que a sociedade é muito maior que a sala de aula. Eu sei que ele pode sofrer preconceito. E não é só porque é adotado: é porque é negro, adotado, filho de mãe solteira e baiano. A

mim, cabe deixá-lo forte e seguro.”. (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 29.05.2012).

Nesses textos, as expressões “*filhinha do coração*” e nascida do “coração” são usadas para narrar histórias de amor entre pais e filhos. Os dois primeiros textos utilizam um tom emotivo para representar o encontro que marca a entrada de duas crianças nas famílias como filhas: “*No meio daquele monte de berços (...) encontramos aquela que seria nossa segunda filhinha do coração*”, “*Quando a vi, pensei que iria desmaiar (...) fiz força para não chorar*”.

As histórias acima mostram o *status* de tornar-se mãe ou pai pela via da adoção, e a expressão “filho do coração” sinaliza a condição de nascimento dessa nova identidade para as mães: “*sou sua mãe*”. O uso da metáfora “filho do coração”, segundo Costa (1998) serve para os pais adotivos como um recurso para que haja um “reconhecimento social de parentesco”, e para que a criança seja, por meio do ato de amor, do “coração”, inserida na família. Há, nesse sentido, um renascimento da criança. O uso da metáfora supracitada tenta conferir um novo nascimento ao filho adotivo, e configurar a adoção como um novo nascimento para a família.

O uso da expressão “filho do coração” não deixa de ser uma maneira dos pais assinalarem que o filho adotivo foi escolhido e que o ato de amor é quem configura e sustenta a relação entre eles. As crianças que foram adotadas, independentemente da modalidade da adoção, também fazem uso dessa metáfora para se reconhecerem enquanto filhos adotivos e descreverem a história de seu nascimento, a chegada na família adotiva (DUQUE, 2011).

Velho (1983 *apud* COSTA, 1998) levanta a hipótese de que o uso dessa expressão nasceu como uma necessidade de igualar as relações parentais, na tentativa de superar ou equiparar o peso simbólico do laço sanguíneo, por meio da “psicologização da relação”. Quando os pais adotivos tinham que revelar a condição de ‘filho adotivo’, visto até então como um segredo familiar, deveria tomar alguns cuidados e seguir recomendações de profissionais que lidam com as questões da adoção a fim de evitar ‘crise de identidade pessoal ou uma crise familiar’ (p. 206). Nesse sentido, a condição de filho adotivo passou a ser expressa como: “você não é filho da barriga da mamãe, mas você é filho do coração”.

Fazendo uma reflexão sobre o uso da expressão “filho do coração”, Costa (1988, p. 273) afirma que os pais adotivos propiciam um cuidado material – “a instrução, o nome, a posição social” –, e um cuidado “imaterial” quando dão afeto ao filho. Para ela, esse cuidado imaterial “pode também ser biologizado” quando os pais usam a expressão filho do coração ao justificarem que o filho não nasceu da barriga. A autora descreve, também, em sua análise que tanto as famílias que adotaram quando as mediadoras, ou seja, as mulheres que “ajudaram” na adoção, representam o filho adotivo como aqueles que “não são filhos da barriga, são filhos do coração!” (p. V), como aqueles que “não saem da gente”, mas que “entram na gente”. A adoção segundo uma das mães entrevistadas por essa autora, seria, segundo a autora, “um parto às avessas!” (p. 273).

O trabalho de Costa (*ibid.*) é um clássico na literatura da área, e como observamos os excertos discursivos por ela identificados e analisados, há mais de duas décadas, são expressões ainda recorrentes na mídia. No vocabulário dos participantes desta pesquisa, militantes da causa da adoção e, alguns deles pais adotivos, a expressão “filho do coração” é algumas vezes problematizada, mas outras descrições que biologizam a adoção são utilizadas.

Silvia – “As pessoas fazem: ah, seu filho do coração. Eu digo não! Né? Ele não ele é o meu filho do útero, mas ele é do corpo inteiro, né? Por que filho num sai da gente, filho entra, e entra cada dia um pouquinho. Ele vai assumindo, né, vai abduzindo. (risos)”.

Leonardo – “Então é preciso que a pessoa tenha o desejo de filhos, de ter filhos e incorpore essa criança como filho. É muito interessante isso, porque o filho que é gerado... pela pessoa que o adota como filho, esse filho sai do corpo, né, desses pais. E o filho que é adotado entra no corpo desses pais, é incorporado afetivamente.”.

Gabriel – “Então, por exemplo, eu, eu sou pai de quatro filhos, todos pela adoção e a minha mais velha está com onze anos e desde que ela tem dois anos de idade, três anos de idade a gente fala de adoção com ela. Desde sempre. Desde que a gente entende que ela consegue dialogar a gente fala. Então, por exemplo, é comum eu dizer pra eles quando o assunto é está em pauta algo como isso: Filha é... é... é... você nasceu de

uma barriga de uma mulher que não pôde ser sua mãe. Papai e mamãe foi no lugar que você estava, porque papai e mamãe queria ser seu pai e sua mãe. E aí, a gente se tornou seu pai e sua mãe. E isso é adoção. Então, isso faz com que a criança entenda o processo de maneira objetiva, sem metáforas fantasiosas como essa história do filho do coração que é uma coisa que não ajuda em nada. Até porque a criança até uma certa idade ela tem muita dificuldade de interpretar metáforas, de interpretar ironias, de interpretar determinados fenômenos semânticos. A criança tem dificuldade. E aí filho do coração é comum uma criança chegar pra mãe e dizer: Oh, mãe! Todo mundo nasce da barriga porque eu nasci do coração? E aí, como é que você vai explicar isso? É uma metáfora poética que pode servir pra um adulto, mas não ajuda nem um pouco a criança. Então é... é... é quando a gente coloca dessa forma a gente coloca a coisa de uma forma clara, sem tabus e acima de tudo a verdade.”.

Silvia não recusa a expressão “filho do coração” porque para ela o filho adotivo “*é do corpo inteiro*”. Para ela, “*filho num sai da gente, filho entra (...)*”. Leonardo, também, descreve de forma semelhante, para ele, os pais adotivos incorporam “*essa criança como filho*”, pois “*o filho que é adotado entra no corpo desses pais*”. Nesses dois relatos se fala, com outras palavras, de um “parto às avessas”, tal como na pesquisa de Costa (1988).

A posição de Gabriel é abertamente crítica em relação ao uso do termo. Posiciona-se como pai ao referir que os seus filhos foram por adoção, “*eu sou pai de quatro filhos. Todos por adoção*”. Ele expõe que a temática da adoção é um assunto recorrente e que as conversas não se esgotam em apenas um único dia. Ele argumenta que se deve dizer a verdade à criança sem utilizar-se de “*metáforas fantasiosas como essa história do filho do coração*”. Nessa perspectiva a adoção deveria ser tratada de forma clara e objetiva, sem tabus. A metáfora “filho do coração” não levaria em conta que “*a criança até uma certa idade ela tem muita dificuldade de interpretar metáforas, de interpretar ironias, de interpretar determinados fenômenos semânticos*”. Para Gabriel a criança só precisaria saber que foi um filho desejado. “*Papai e mamãe foi no lugar que você estava, porque papai e mamãe queria ser seu pai e sua mãe. E aí, a gente se tornou seu pai e sua mãe*”.

## 5.5 Identificando os candidatos a filhos adotivos

Em 2009 foi promulgada a mudança no Estatuto da Crianças e do Adolescentes (ECA), mais conhecida como a “nova” Lei da Adoção, a Lei 12.010/2009. Em seu artigo 50, § 5º, o Estatuto modificado informa que “serão criados e implementados cadastrados estaduais e nacionais de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e de pessoas ou casais habilitados à adoção” (2013, p.24). O mencionado artigo refere-se ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA<sup>26</sup>) implantado em 2008 sob responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e considerado uma ferramenta de ajuda aos profissionais (Juizes e técnicos das Varas da Infância e da Adolescência) no processo de adoção.

Desde 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ<sup>27</sup>) disponibiliza as estatísticas para consulta pública do perfil de crianças disponíveis para adoção. De acordo com esse Conselho<sup>28</sup>, no Brasil há 6.291 crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, dessas, 49,02% são pardas (3.084), 33,62% são brancas (2.115), 16,67% são negras (1.049), 0,4% são indígenas (25), e 0,29% são amarelas (18). Do total de crianças e adolescentes cadastrados, quase 70% delas são grupos de irmãos e 25,45% possuem algum problema de saúde ou físico. No que concerne a doenças e/ou deficiências, 94 são crianças portadoras de HIV, 240 são crianças com alguma deficiência física, 548 são crianças com problemas mentais e 719 são crianças com outro tipo de problema.

Os pretendentes a pais são 34.677 cadastrados no CNA. Ao nos depararmos com esse número, quase cinco vezes maior do que o número de crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, logo nos perguntamos sobre o porquê de

---

<sup>26</sup> Importante deixar claro que somente as crianças e adolescentes que foram destituídas do poder familiar deverão ser incluídas no CNA. A alimentação do sistema é de responsabilidade dos profissionais, seja para a inserção das crianças e adolescentes no prazo de 48h, logo após o trâmite do julgamento da sentença, seja no momento em que as crianças e adolescente que foram colocadas em famílias adotivas, elas devem ser retiradas do CNA.

<sup>27</sup> Informações retiradas do *site* do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61934-dados-estatisticos-do-cadastro-nacional-de-adocao-estao-disponiveis-para-consulta-na-internet>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

<sup>28</sup> Dados retirados do *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNA). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

ainda termos crianças e adolescentes institucionalizados. A resposta para esse questionamento é bastante conhecida na literatura sobre adoção no Brasil (PEREIRA, 2012; GUARESCHI; STRENZEL; BENNEMANN, 2007). As crianças cadastradas para adoção não têm o perfil desejado por esses candidatos a pais. O perfil étnico/racial mais desejado por eles é o branco: 92,19% do total da amostra adotariam crianças brancas, 74,4% aceitariam adotar crianças pardas, 48,27% aceitariam crianças amarelas, e 46,09% aceitariam crianças negras. Além disso, quase 70% dos candidatos não aceitariam crianças e/ou adolescentes com alguma doença e/ou deficiência.

O recurso da quantificação, um poderoso recurso na produção de factualidade, como ressaltam diversos autores (WETHERELL; POTTER, 1992; POTTER *et al.*, 1991; POTTER, 1998), foi usado exaustivamente pela Folha de S. Paulo quando falou dos candidatos à adoção. Isso não é surpreendente pois, como ressaltam Potter *et al.* (1991), a mídia usa recorrentemente esse recurso para construir versões da realidade.

Esses números e estatísticas não apenas descrevem o processo de adoção em si, mas mobilizam, como sugere Weber (1996), um esquema categorial composto pelas categorias crianças “adotáveis” e crianças “inadotáveis”, muitas vezes combatendo essa classificação e lutando pelos direitos dessas crianças em situação de institucionalização. Esses números e estatísticas constroem, como ressaltam Guareshi, Strenzel e Bennemann (2007), uma identidade para os candidatos a filhos por adoção em que se sobressaem características biológicas e corporais.

É a partir dessas características que eles serão classificados como “adotáveis” ou como “inadotáveis”. Um dessas características é a raça/cor dos candidatos à adoção, como se pode ver nos textos abaixo da Folha de São Paulo.

“Criado há cinco anos, o Cadastro Nacional de Adoção é administrado pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Segundo os dados fornecidos pelos juizados de Infância e Juventude, há, hoje, 5.487 crianças inscritas para serem adotadas e 29.886 famílias interessadas em adotar. Do total de interessados em adotar uma criança, 9.256 só aceitam crianças brancas; 24.124 não aceitam adotar irmãos e o número de interessados vai diminuindo conforme as crianças vão

ficando mais velhas.”. (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 13.09.2013).

“A exigência caiu quase pela metade em um ano e meio. Em 2008, na primeira análise dos dados do Cadastro Nacional de Adoção, 70% dos quase 13 mil pretendentes só aceitavam filho branco. Neste ano, entre os 28 mil que estão na fila, a percentagem é de 38% - 29,6% são indiferentes à cor e 1,93% aceitam apenas crianças negras. Os dados do Conselho Nacional de Justiça, responsável pelo cadastro, mostram uma aproximação da expectativa dos futuros pais com a realidade: 65% das crianças para adoção são negras, pardas, indígenas ou asiáticas.”. (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 08.08.2010).

“Os números deixam claro que a matemática da adoção no país está longe de um resultado satisfatório. Segundo o CNA (Cadastro Nacional da Adoção), a quantidade de famílias aptas a adotar no país supera em quase sete vezes o número de crianças e adolescentes prontos para terem um novo lar. Mas, apesar da enorme procura, 70% desses casais querem crianças de cor branca e 80%, crianças com até três anos de idade. Para Paulo Tamburini, conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e um dos responsáveis pela implantação do cadastro nacional, o problema hoje não está mais na falta de informação, mas na cultura do brasileiro. ‘Eu, se fosse fazer uma análise fria dos dados que nós recebemos, diria que a maioria dos pretendentes da adoção sofre de eugenia [termo relativo ao estudo da perfeição genética]. Querem crianças perfeitas e se pudessem fazê-las geneticamente seria ainda melhor’, disse Tamburini, em palestra que comemorou o Dia Nacional da Adoção no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Tamburini criticou a preferência por crianças de cor branca e menores. ‘Do jeito que está, a adoção parece um supermercado. Daqui a pouco, vão fazer a adoção pela internet, vem pelo Sedex a criança, com o desenho do modelo de criança que elas [as famílias] querem. Temos que enfrentar esse paradigma antes de estimular a adoção’, apontou. (...) Desde quando foi criado, em 2008, os números do CNA têm melhorado em termos proporcionais. No primeiro ano, eram 4.106 pretendentes para 469 crianças e adolescentes; em 2009, a proporção passou a 22.390 pretendentes para 3.277 possíveis filhos. Neste ano, são 26.694 pretendentes para 4.427 crianças. Ainda assim, Tamburini alerta para o fenômeno cultural que persiste. ‘A mentalidade do brasileiro não mudou. Quem diz que brasileiro é bonzinho, alegre e feliz, é mentira. Quando vejo que só querem uma criança pequena e branca, me parece que falta aquele espírito humano de solidariedade e amor que ocorre quando a mulher fica

grávida e sabe que vai amar qualquer um que nascer’.”. (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 25.05.2011).

“O que verificamos no dia a dia é que as famílias continuam apresentando enorme resistência [à adoção de crianças negras]. A questão da cor ainda continua sendo um obstáculo de difícil desconstrução’. (...) Segundo Gomes, o principal argumento das famílias para rejeitar a adoção de negros é a possibilidade de que eles venham a sofrer preconceito pela diferença da cor da pele. ‘Mas esse argumento é de natureza projetiva, ou seja, são famílias que já carregam o preconceito, e esse é um argumento que não se mantém diante de uma análise bem objetiva’, defende Gomes. O tempo de espera na fila da adoção por uma criança com o perfil ‘clássico’ é em média de oito anos. Se os pretendentes aceitaram crianças negras, com irmãos e mais velhas, o prazo pode cair para três meses, informa (...) Para Walter Gomes, é necessário um trabalho de sensibilização das famílias para que aumente o número de adoções inter-raciais. ‘O racismo, no nosso dia a dia, é verificado nos comportamentos, nas atitudes. No contexto da adoção não tem como você lutar para que esse preconceito seja dissolvido, se não for por meio da afirmatividade afetiva. No universo do amor, não existe diferença, não existe cor. O amor, quando existe de verdade nas relações, acaba por erradicar tudo que é contrário à cidadania’, disse.”. (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 19.11.2011).

Nesses textos são recorrentes, como se pode ver, o uso de números e estatísticas para cobrir com um manto de rigor e objetividade o argumento, segundo o qual, as crianças negras são discriminadas no falar da situação de discriminação das crianças negras no “*supermercado*” da adoção: “9.256 só aceitam crianças brancas”; “70% dos quase 13 mil pretendentes só aceitavam filho branco”. No terceiro texto, o sujeito da afirmação não são os pesquisadores, mas os próprios números: “os números deixam claro que a matemática da adoção no país está longe de um resultado satisfatório”.

Alguns desses textos constroem com argumentos uma realidade de mais valia das crianças brancas e de menos valia das crianças negras no “*supermercado*” da adoção. Alguns, no entanto, denunciam essa realidade de maneira mais incisiva. Em dois desses textos, a denúncia é feita de maneira muito eficaz quando os autores das reportagens visibilizam os depoimentos de duas categorias de crédito (POTTER, 1998), nesse caso especialistas: “eu, se fosse fazer uma análise fria dos dados que nós

*recebemos, diria que a maioria dos pretendentes da adoção sofre de eugenia”; “o racismo, no nosso dia a dia, é verificado nos comportamentos, nas atitudes. No contexto da adoção não tem como você lutar para que esse preconceito seja dissolvido”.*

Os textos e os especialistas convocados por eles falam de uma questão muito debatida pelos especialistas sobre adoção no Brasil. Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), por exemplo, entendem que a situação de menos valia das crianças negras na sociedade brasileira é um dos entraves à adoção no Brasil.

Outros trabalhos (COSTA, 1988; VIEIRA, 2004; AMIN; MENANDRO, 2007; WEBER, 2011) ressaltam as dificuldades no caminho das famílias e das crianças quando a adoção inter-racial é concretizada. Esses autores apontam o preconceito que será enfrentado pelas famílias quando os filhos adotivos apresentam cor/raça diferente da dos pais adotivos. Kallgren e Caudill (1993) assinalam, por outro lado, o modo como o filho adotivo e sua família abordam a questão da identidade racial do primeiro e os efeitos dessa abordagem na autoestima do filho adotivo. Segundo elas, a identidade racial do filho adotivo poderá ser “forte” se a família tiver uma “postura racial” saudável nas relações parentais. Por outro lado, segundo os mesmos autores, os efeitos na autoestima dos filhos adotivos serão negativos quando as famílias adotivas que se revelam ambivalentes em relação à questão racial.

As dificuldades no caminho das famílias que optam por adotar um filho de outra cor/raça também são abordadas pela Folha de S. Paulo.

“‘Tá estranhando? É minha mãe sim’, diz garota adotada. Mulher branca escolheu menina negra, mais velha e com dois irmãos, com os quais a criança mantém contato. ‘Não dá para dizer que não gerou insegurança, mas quando a conheci vi que não tinha razão’, afirma mãe adotiva. (...) Aurea e o marido, ainda casados na época, fizeram uma adoção tardia (quando a criança já não é mais bebê), inter-racial (a filha é negra; Aurea, branca) e compartilhada: Evelin tem dois irmãos, com os quais mantém contato frequente, adotados por dois casais. Mas nada com que a família não soubesse lidar. ‘Teve um dia no mercado em que um senhor ficou olhando para mim e minha mãe. Aí eu falei: Você tá estranhando, né? Ela é minha mãe, sim’, conta Evelin, rindo. A resposta foi um pedido de desculpas, seguido de um ‘É que

sou do interior'. Ao que a menina emendou, agora segundo a mãe: 'Eu também sou, de onde você é? No seu interior não tem adoção?'" (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 26.05.2014).

O jornal está abordando a questão da visibilidade da adoção no caso da adoção inter-racial. Nesse tipo de adoção, quando um casal ou pessoa da cor branca resolve adotar uma criança negra ou parda, torna-se insofismável que esse filho é adotivo e que essa é uma família adotiva. Mas, o caso acima tem um complicador a mais. O filho adotivo é de uma cor/raça diferente da dos pais. Para tornar tangível todas os embaraços cotidianos que seriam enfrentados por esses pais e por esses filhos adotivos (e o que poderiam esperar candidatos a filhos adotivos e pais adotivos numa mesma situação de adoção inter-racial), o texto, por meio do recurso ao discurso direto, apresenta o que seria o depoimento em forma de narrativa de uma filha adotiva de cor negra. "*Teve um dia no mercado em que um senhor ficou olhando para mim e minha mãe. Aí eu falei: Você tá estranhando, né? Ela é minha mãe, sim*". Essa história não só torna tangível, concreto, o que está sendo afirmado, ela também se apresenta como factual, por ser contada por uma categoria de crédito (nesse caso alguém que vivencia e vivenciou essas situações).

Outra característica, segundo a Folha de S, Paulo, que torna os candidatos à adoção "adotáveis" ou "inadotáveis" é a idade.

"Hoje, há 28.151 interessados em adotar, número cinco vezes maior que o de crianças disponíveis (5.281). A preferência dos pais em relação à idade das crianças é considerado o maior entrave no processo. Ao todo, 93% dos interessados, como S. e M., querem crianças com menos de cinco anos. Mas só 9% das crianças têm essa idade. 'Esse é o descompasso da fila. [A maioria] das crianças que está nos abrigos ninguém quer', diz o juiz Reinaldo Cintra, da coordenadoria de infância do TJ-SP." (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 29.10.2012).

"Idade é o gargalo. Nove em dez pessoas querem crianças de até cinco anos, faixa que corresponde a menos de 10% das cadastradas. Para 90% entre oito e 17 anos, o percentual de adultos dispostos a adotá-las é em torno de 2%. Bárbara Toledo afirma que os grupos de apoio fazem um trabalho de persuasão em favor das "adoções necessárias". Mas não dá para atribuir aos candidatos a pais adotivos toda a

responsabilidade para resolver a questão. "Falar que os pretendentes são preconceituosos por não quererem crianças mais velhas é covardia", diz ela. A solução, para Silvana Moreira, passa pela contratação de profissionais para tornar os processos rápidos, sem arranhar os direitos das famílias. "Hoje muitas crianças ficam no limbo jurídico e acabam sendo filhas do abrigo." (Folha de S. Paulo, Equilíbrio e Saúde, 07.05.2013).

Aqui, como na discussão da questão da raça/cor dos candidatos à adoção, o recurso à quantificação está presente: *"ao todo, 93% dos interessados, como S. e M., querem crianças com menos de cinco anos"*; para 90% entre oito e 17 anos, o percentual de adultos dispostos a adotá-las é em torno de 2%. Aqui, também, as categorias de crédito são convocadas para endossar a versão da realidade contada pelo jornal, no primeiro texto *"o juiz Reinaldo Cintra, da coordenação de infância do TJ-SP"*, no segundo texto uma representante dos grupos de apoio à adoção.

A idade, nos dois textos, não é um obstáculo como os outros no caminho da adoção. Ele é o mais importante: *"a preferência dos pais em relação à idade das crianças é considerado o maior entrave no processo"*; *"Idade é o gargalo"*. Crianças acima de cinco anos são colocadas nos dois textos na categoria de crianças "inadotáveis", na categoria de candidatos à adoção que "ninguém quer".

Os dois textos, quando dão a palavra aos especialistas, tornam explícito um debate entre técnicos, agentes do estado e militantes da adoção sobre a responsabilidade pelo desamparo dessas crianças que "ninguém quer". O juiz, agente do Estado brasileiro, responsabiliza os pais. É *"a preferência dos pais em relação à idade das crianças"* que impede o aumento no número de adoções. A representante dos grupos de apoio à adoção, por outro lado, afirma que a responsabilidade não é somente dos *"candidatos a pais adotivos"*. Segundo ela, *"falar que os pretendentes são preconceituosos por não quererem crianças mais velhas é covardia"*. A responsabilidade do Estado não pode ser obliterada, afinal: *"hoje muitas crianças ficam no limbo jurídico e acabam sendo filhas do abrigo"*. Nesse debate, o agente do Estado culpa as famílias pela existência das crianças "inadotáveis", e a representante dos grupos de apoio à adoção (grupos esses formados em parte por pais e mães adotivos) culpa o Estado.

No site da ANGAAD, essa polêmica também está presente e lá, como no texto acima que reproduz a fala da representante dos grupos de apoio à adoção, o Estado é responsabilizado pela existência de crianças “inadotáveis”.

“De fato o perfil dos habilitandos vem sendo alterado nos últimos anos em função da grande atuação dos Grupos de Apoio à Adoção. Os GAA são parte da sociedade civil organizada que trabalha em prol da nova cultura da adoção. (...) É uma troca constante de informações, experiências e vivências que auxiliam no pré, durante e período pós-adoção. Mensalmente são realizadas palestras com discussões sobre os mais variados temas, dentre eles, salientamos: adoção tardia; adoção múltipla; adoção positiva (HIV +); adoção especial; adoção necessária; adoção inter-racial; adoção consentida; aspectos envolvendo educação de filhos; problemas nos procedimentos de adoção e como enfrentá-los; debates sobre a legislação e suas alterações; debates sobre procedimentos de habilitação, guarda, adoção e destituição do poder familiar, dentre outros. Alguns GAAs têm Termo de Cooperação Técnica firmado com a Vara da Infância de sua competência territorial, outro não os tem por razões que desconhecemos, visto serem os GAAs indispensáveis ao preparo à habilitação vez que os assuntos tratados auxiliam os futuros habilitados em todas as etapas do procedimento – da parte anterior à habilitação até o desenvolvimento da adoção. Todas essas explicações servem para justificar que não cabe aos habilitados componentes do CNA a culpa pela falta de cruzamento dos números de habilitados (cerca de 26 mil) e de crianças disponibilizadas a adoção (cerca de 4 mil), pois, não compete aos habilitados fazer o cruzamento de dados do CNA e sim aos responsáveis pelas respectivas varas da infância. O CNA não funciona sozinho, precisa que alguém dê o ‘click’ e faça o cruzamento das informações. (...) Assim, antes de se culpar os habilitados deve-se fazer uma mea culpa por todos os erros cometidos ao longo de anos da ‘desimportância’ com a qual tratamos nossas crianças e adolescentes, os quais relegamos a titulação de filhos do Estado ou filhos de ninguém. (...) Precisamos rever os conceitos vigentes antes de, simplesmente, colocarmos a culpa de anos de ineficiência sob os ombros dos habilitados.”. (sic.) (Material da ANGAAD).

O texto fala do trabalho dos grupos de apoio à adoção na preparação dos candidatos a pais adotivos, tentando, entre outras coisas, informá-los sobre diferentes tipos de adoção (“*adoção tardia*”, “*adoção múltipla*”, “*adoção positiva*”).

(HIV+)", "adoção especial", etc.), que têm relação com diferentes categorias de crianças com menos valia social. Nele, o Estado é responsabilizado implicitamente pela existência de crianças "inadotáveis", "filhos do Estado ou filhos de ninguém". A culpa dos "anos de ineficiência" não deveria ser atribuída aos "habilitados".

Ter ou não ter deficiências ou doenças crônicas também pode, segundo a Folha de S. Paulo, colocar uma criança numa categoria de pessoas para as quais a adoção é uma realidade quase inatingível.

"Um importante passo em relação à adoção no Brasil foi dado em fevereiro último, com a sanção pela presidenta Dilma Rousseff de uma lei que dá prioridade de tramitação a processos que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou doença crônica. Embora a medida vise acelerar os trâmites burocráticos para adoção, uma situação que nos inquieta é como fazer com que essas crianças e adolescentes sejam escolhidos por futuros pais. Estamos falando de um grupo considerado como excluído entre os excluídos.". (Folha de S. Paulo, Opinião, 13.03.2014).

"De acordo com o relator do texto na comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS), o mérito da proposta é 'inquestionável'. O senador pondera que a prioridade não implica em 'descartar ou flexibilizar os procedimentos de salvaguardados interesses infante juvenis previstos em lei'. 'Trata-se, de fato, de medida necessária, urgente e oportuna levando-se em conta a realidade desalentadora vivida por esses jovens brasileiros', completa. Segundo Paim, crianças com deficiência ou doenças crônicas representam 10% das cerca de 80 mil que aguardam em abrigo pela adoção.". (Folha de S. Paulo, Cotidiano, 17.12.2013).

Segundo Weber (2011, p. 33) uma das consequências institucionalização de crianças é que eles terminam por se tornar "produtos sociais indesejáveis". Nos textos, o foco são as medidas governamentais que tornariam essas crianças desejáveis e, portanto, adotáveis. Essas crianças, deficientes, doentes e institucionalizadas, que constituem o grupo "*excluído entre os excluídos*", grupo esse que vive uma "*realidade desalentadora*", aguardam os "*futuros pais*", uma família.

Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007) questionam, com razão, as categorias mobilizadas nas políticas públicas para nomear as crianças e

adolescentes candidatos à adoção. Eles não questionam a necessidade de assegurar os direitos dessas crianças e adolescentes, mas criticam a ênfase em marcadores identitários como raça, idade e síndromes que transformam essas crianças nos “*excluídos dentre os excluídos*”, naqueles “que ninguém quer”, excluindo outras possibilidades de defini-los. Tais discursos podem construir como sugerem as autoras supracitadas, identidades essencializadas. O essencial dessas crianças, para os outros e para os candidatos a pais e mães, será a cor da pele, uma deficiência, etc., e outras possibilidades de defini-las se tornarão invisíveis.

Nos textos supracitados, faz-se um enorme esforço para dar visibilidade à condição dessas crianças, tornando-as desejáveis para os candidatos aos pais adotivos. Porém, para que esses discursos tenham o efeito desejado faz-se necessário construir e disseminar descrições alternativas e não essencialistas dessas crianças.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como foco identificar e analisar os conteúdos e a organização retórica mobilizados em relatos da mídia e de militantes da causa da adoção, na construção da identidade de filhos adotivos.

Trata-se de um estudo que coloca em destaque o modo como se fala dos filhos adotivos e os conteúdos mobilizados para falar sobre eles em setores específicos da sociedade brasileira atual. Como esses setores não vivem isolados da sociedade brasileira mais ampla, este estudo, de certa forma, aborda o modo como a adoção e os filhos adotivos estão sendo compreendidos na sociedade contemporânea e as implicações sociais desse modo de compreendê-los.

Ao olharmos para os relatos sobre os filhos adotivos mobilizados pela Folha de S. Paulo e pelos militantes da causa da adoção observamos a reprodução de atributos estigmatizantes tradicionalmente associados aos filhos adotivos, principalmente no Jornal Folha de S. Paulo.

Por outro lado, é visível nos relatos da militância da causa da adoção uma tentativa de reconfigurar o modo como a nossa sociedade define os filhos adotivos. Embora seus relatos apresentem em alguns momentos inconsistências e até reproduzam em alguns momentos as definições tradicionais, o tom geral é de contestação e de recusa de alguns conteúdos tradicionais atribuídos aos filhos adotivos. Isso é particularmente visível em relação aos conteúdos que apresentam os filhos adotivos como pessoas com uma predisposição diferenciada para o desenvolvimento de transtornos psicológicos (para ser problemático, desajustado, etc.). Essa representação foi a mais contestada no material como um todo. Até mesmo na Folha de S. Paulo essa tradicional representação foi contestada em vários momentos.

Outra representação dos filhos adotivos combatida pelos militantes da adoção é aquela em que eles aparecem como pessoas potencialmente perigosas para as suas famílias. Essa representação, presente de maneira muito sutil em umas poucas reportagens da Folha de S. Paulo em que se destacava a filiação adotiva de alguém que teria praticado um ato de violência contra os pais, foi denunciada em

vários momentos pelos militantes da adoção. Argumentam que quando se trata de filhos adotivos, a mídia destaca o tipo de filiação do praticante do ato violento (filiação adotiva, no caso), mas quando se trata de filhos biológicos eles são nomeados simplesmente como filhos.

A presença de relatos que contestam essas representações tradicionais até mesmo na Folha de S. Paulo tem, certamente, relação com a luta para redefinir a identidade dos filhos adotivos realizada pelos grupos de apoio à adoção. A luta desses grupos visa o fortalecimento de um novo modelo, de uma nova prática para a cultura da adoção, uma nova forma de olhar e descrever quem são os filhos adotivos e a família adotiva. A bandeira por eles levantada, articula-se com diversas entidades, organizações políticas e culturais, buscando construir uma nova identidade para os filhos adotivos. Essas instituições estão ancoradas em uma pluralidade de atuações, colocam em pauta temas que até então não faziam parte da realidade do grupo, dando visibilidade a temas marginais. Estão levando a temática para novos espaços sociais: para o ambiente escolar, universidades, etc. Buscam, portanto, uma nova configuração para o tema, um novo modo de abordá-lo.

No entanto, eles próprios ainda estão envolvidos pela teia argumentativa que concede um lugar especial ao abandono na configuração subjetiva dos filhos adotivos. O tema do abandono foi o mais reiterado, tanto na folha de São Paulo quanto entre os militantes da Adoção. Tanto como um fato objetivo na vida dessas pessoas quanto como um sentimento indelével, sentimento que os acompanhará por toda a vida. Esses relatos são, tais como, os relatos que endossam a ideia de que os filhos adotivos teriam uma predisposição para o desenvolvimento de distúrbios psicológicos, constituídos em parte por teorias psicológicas para as quais o abandono e a institucionalização deixarão marcas, cicatrizes, na subjetividade dos filhos adotivos.

Pode-se dizer que esse atributo é apresentado como um atributo central na identidade dos filhos adotivos, embora os militantes dos grupos de apoio à adoção se utilizem de várias estratégias para diminuir a sua importância, relativizando-o e apontando outros atributos que contrabalançariam o peso do abandono no mundo subjetivo dos filhos adotivos. Em alguns relatos se diz que o filho adotivo perdeu algo, ao ser abandonado, mas ao mesmo tempo ganhou uma nova família. Não seria somente o sujeito que está no lugar da falta, da perda.

Uns poucos militantes combatem explicitamente a ideia de que o sentimento de abandono seja algo essencial na subjetividade do filho adotivo, próprio dessas pessoas. Para eles seria um sentimento que poderia ser encontrado nos filhos biológicos abandonados em suas próprias casas.

Nos relatos dos militantes da causa da adoção um dos argumentos mais repetidos, de diferentes formas, é o de que o filho adotivo é um filho verdadeiro, autêntico. Eles enfatizam incansavelmente que tanto os filhos adotivos quanto os filhos biológicos devem passar pela via da adoção. Que um filho só se torna filho verdadeiro, autêntico, quando é adotado de fato, ou seja, quando é querido, quando é amado pelos pais. Em toda essa argumentação se procura diminuir a importância de uma diferença que produziria efeitos perversos ao construir a filiação adotiva como uma filiação de menos valia. A adoção, não no sentido burocrático, formal, mas a adoção no sentido psicológico, afetivo, é o que importa. Toda a retórica desses militantes objetiva fazer com que a sociedade mais ampla passe a compreender assim a adoção. Isso, por si só, implicaria numa mudança no modo de definir os filhos adotivos.

Tanto nos relatos da Folha de S. Paulo quanto nos dos militantes o vocabulário das disciplinas psicológicas é pervasivo. Isso só confirma o que já tínhamos observado na literatura sobre a adoção. O discurso psicológico é um dos mais importantes entre os discursos que constituem a identidade do filho adotivo em nossa sociedade. Ele fornece temas e teorias a partir dos quais definimos e avaliamos os filhos adotivos. Embora reconheçamos o valor dessas teorias e a importância dos estudos realizados há décadas por psicólogos, psicanalistas e psiquiatras sobre a adoção e os filhos adotivos, não resta dúvida, e isso é apontado por psicólogos que estudam esses temas, que algumas dessas teorias e alguns desses estudos, têm contribuído decisivamente para a essencializar algumas características psicológicas dos filhos adotivos.

Os limites do nosso estudo são muito claros para nós. Acreditamos que teremos uma compreensão mais complexa sobre o modo como a nossa sociedade constrói a identidade dos filhos adotivos ouvindo outros segmentos sociais não incluídos neste trabalho. Uma atenção especial deve ser dada aos relatos sobre si mesmos construídos pelos próprios filhos adotivos. Mas devemos adotar metodologias inovadoras que permitam a emergência, nos relatos dessas pessoas,

de novas maneiras de falar sobre si próprios. Devemos ter muito cuidado para evitar que as nossas interpretações sobre aquilo que eles falam sobre si próprios nos levem sempre, mesmo sem evidências textuais, para o mesmo lugar, nos contem sempre a mesma história sobre filhos adotivos que a nossa cultura gosta de contar.

Esperamos que o nosso estudo seja visto como um passo, ainda que modesto, na direção de uma nova maneira de investigar essa temática entre os psicólogos brasileiros. Esperamos ainda que os resultados encontrados aqui possam, de alguma forma, contribuir para a problematização (por parte de psicólogos, assistentes sociais, educadores, técnicos das Varas da Infância e da Juventude e grupos de apoio à adoção) das velhas maneiras de definir os filhos adotivos em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Domingos. **No bico da cegonha:** histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.
- ALBERGARIA, Jason. **Adoção plena:** segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- ANGAAD. **Estatuto da Associação Nacional dos grupos de apoio à adoção** – ANGAAD. 2009
- ANTAKI, Charles; WIDDICOMBE, Sue. Identity as an achievement and as a tool. In: \_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. (Eds.). **Identities in talk**. London: Sage, pp. 1-14, 2008.
- ARANTES, Esther M. Rostos de crianças no Brasil. In.: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, pp. 153-202, 2011.
- \_\_\_\_\_. De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância. Parte IV - Jogos de verdade e saberes psi. In.: JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fábio; RODRIGUES, Heliana de B. C. (Orgs.). **Clio-Psyché:** história da psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/decriancainfeliz.htm>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2013.
- AYRES, Lygia S. M. **De menor a criança, de criança a filho:** discursos de adoção. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BENWELL, Bethan; STOKOE, Elizabeth. **Discourse and identity**. Edinburgh: University Press, 2006.
- BECKETT, Celia; MAUGHAN, Barbara; RUTTER, Michael; CASTLE, Jenny; COLVERT, Emma; GROOTHUES, Christine; KREPPNER, Jana; STEVENS Suzzane; O’CONNOR, Thomas G.; SONUGA-BARKE, Edmund J. S. Do the effects of early

severe deprivation on cognition persist into early adolescence? Findings from the English and Romanian adoptees study. **Child Development**, 77(3), 696-711, 2006.

BILLIG, Michael. **Ideology and opinions**. London: Sage Publications, 1991.

\_\_\_\_\_. **Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BITTENCOURT, Sávio. O movimento nacional dos grupos de apoio à adoção. In: \_\_\_\_\_. **A nova Lei de Adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, pp. 17-30, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato20072010/2009/Lei/L12010.htm#art2>>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República de Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4655.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4655.htm)>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em dez 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, 1916. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L3071impressao.htm>>. Acesso em: dez 2012.

BRODZINSKY, David M. Long-term outcomes in adoption. **The Future of Children**, 3(1): 153-166, 1993.

\_\_\_\_\_. Adjustment to adoption: a psychosocial perspective. **Clinical Psychology Review**, 7, 25-47, 1987.

\_\_\_\_\_.; SMITH, Daniel W.; BRODZINSKY, Anne B. Adoptive family life cycle. In.: \_\_\_\_\_. **Children's adjustment to adoption: developmental and clinical issues.** (Developmental Clinical Psychology and Psychiatry, vol. 38). California: SAGE, pp.21-33, 1998.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "identity". **Theory and Society**, 29, 1-47, 2000.

BURR, Vivien. **An introduction to social Constructionism.** Routledge: London, 2006.

CAMARGO, Mário L. **Adoção: vivências de parentalidade de adultos adotados.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes.** In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000082005000200013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200013&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

COSTA, Luana T. M.; SASSON, Melissa D. H.; BRONISLAWSKI, Thais; TIBOLA, Vanessa B.; KEMMELMEIER, Verônica S. Grupo de apoio a pais na fila de espera da adoção. **Revista Conexão**, 7(2), 240-245, 2011.

CÔTÉ, James. Identity studies: how close are we to establishing a social of identity? An appraisal of the field. **Identity: an international journal of theory and research**, 6, 3-25, 2006.

CREEDY, Kathryn B. Media coverage still indicates much work ahead in "normalizing" adoption. **Adoption Quarterly**, 5(3), 73-80, 2002.

\_\_\_\_\_. & SAIDMAN, Susan. **Adoption Community Responds to Skewed Media Coverage.** **Adoption Quarterly**, 3(2), 103-107, 1999.

DAVIES, Bronwyn; HARRÉ, Rom. Positioning: the discursive production of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1997.

DIAS, Maria B. **Manual de direito das famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

\_\_\_\_\_. **O lar que não chegou**. Disponível em: <[http://mariaberenice.com.br/uploads/3\\_-\\_o\\_lar\\_que\\_n%E3o\\_chegou.pdf](http://mariaberenice.com.br/uploads/3_-_o_lar_que_n%E3o_chegou.pdf)>. Acesso em dezembro de 2014.

DINAMARCO, Patrícia P. Adoção: entendendo os contextos os contextos. **Contrapontos**, 6 (1), 163-168, 2006.

DOLTO, Françoise; HAMAD, Nazir. **Destinos de crianças: adoção, família de acolhimento e trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUCATTI, Maria. **Diálogos sobre adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DUQUE, Amanda M. **No faz de conta e na realidade: as narrativas de crianças sobre adoção**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil psicológico de pais adotivos que já possuem filhos biológicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação em Psicologia) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

EDWARDS, Derek. The relevant thing about her: social identity categories in use. In: Antaki, Charles; Widdicombe, Sue. (Eds.). **Identities in talk**. London: Sage, pp. 15-33, 2008.

FERNANDES, Rosangela T.; LAMY, Zeni C.; MORSH, Denise; FILHO, Fernando L.; COELHO, Laura F. Tecendo as teias do abandono: além das percepções das mães de bebês prematuros. **Ciência e Saúde coletiva**, 16 (1), 4033-4042, 2011.

FIGUEIREDO, Luis C. Convergências e divergências: a questão das correntes de pensamento em psicologia. In: FIGUEIREDO, Luis C. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 15-31, 2009.

- FILHO, Fernando S. T. Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. **Revista Estudos Feministas**, 18 (1), 241-262, 2010.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2002.
- FU I, Lee; MATARAZZO, Eneida B. Prevalência de adoção intra e extrafamiliar em amostras clínica e não-clínica de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 23(3), 149-155. 2001.
- GAGNO, Adriana P.; WEBER, Lidia N. D. A adoção na mídia: revisão da literatura nacional e internacional. **Paidéia**, 13(25), 111-118, 2003.
- GERGEN, Kenneth. **The saturated self**: dilemmas of identity in contemporary life.
- GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, pp. 244-270, 2011.
- GRANATO, Eunice F. R. **Adoção**: doutrina e prática. Curitiba: Juruá, 2009.
- GROTEVANT, Harold; DUNBAR, Nora; KOHLER, Julie K; ESAU, Amy L. Adoptive identity: how contexts within and beyond the family shape developmental pathways. **Family Relations**, 49, 379-387, 2000.
- GUARESCHI, Neusa M. F.; STRENZEL, Janaína C.; BENNEMANN, Thais. Quem está apto? A prática da adoção e marcadores identitários. **Aletheia**, 25, 163-176, 2007.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**: toward a radical democratic politics. London: Verso, 1985.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, pp.103-133, 2011.
- HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

- HARRÉ, Rom; LANGENHOVE, Luk V. Varieties of Positioning. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 21: 393–407, 1991.
- HENNIGEN, Inês. Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. **Psicologia & Sociedade**, 18(2), 47-53, 2006a.
- HERMAN, Ellen. **Shared fate**: a theory of adoption and mental health, 1964. 2003a. <<http://pages.uoregon.edu/adoption/topics/sharedfate.htm>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.
- \_\_\_\_\_. The adoption history project: a new on-line resource. **History of Psychology**, 6(4), 397–401, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Child adoption in a therapeutic culture. **Society**, 39, Issue 2, 11-18, 2002.
- JENKINS, Richard. **Social identity**. (Key ideas) Canada: Routledge, 2008.
- JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis**: as theory and method. London: Sage, 2002.
- LADVOCAT, Cynthia; DIUANA, Solange. **Guia de adoção**: no jurídico, no social, no psicológico e na família. São Paulo: Roca, 2014.
- LEON, Irving G. Adoption losses: naturally occurring or socially constructed? **Child Development**, 73 (2), 652–663, 2002.
- LEVE, Leslie D., HAROLD, Gordon T., CHAMBERLAIN, Patricia, LANDSVERK, John A., FISHER, Philip A.; VOSTANIS, Panos. Practitioner review: children in foster care – vulnerabilities and evidence-based interventions that promote resilience processes. **Journal of Child Psychology and Psychiatry** \*.\*, \*\*-\*\*, 2012.
- \_\_\_\_\_.; NEIDERSHISER, Jeane M.; SCARAMELLA, Laura V.; REISS, David. The Early Growth and Development Study: Using the Prospective Adoption Design to Examine Genotype–Environment Interplay. **Xin Li Xue Bao. Acta Psychologica Sinica**, 40(10), 1106–1115, 2008.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; GE, Xiaojia; SCARAMELLA, Laura V.; CONGER, Rand D.; REID, John B.; SHAW, Daniel S; REISS, David. The early growth and development study: a prospective adoption design. **Twin Research and Human Genetics**, 10(1), 84-95. 2007.

- LEVINZON, Gina K. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica. **Desidades**, 7, 10-20, 2015.
- \_\_\_\_\_. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, 14 (1), 24-31, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Adoção**. (Coleção clínica psicanalítica). São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- LEVY, Lidia; DIUANA; PINHO, Patrícia G. R. O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, 17 (1), 39-42, 2009.
- LOPES, Felipe T. P.; VASCONCELLOS, Esdras G. Os alicerces metateóricos da teoria social de John B. Thompson. **PSICO**, 41, 1, 67-75, 2010.
- LUCHI, Tania O. **Grupos de apoio à adoção**: finalidades e dinâmica. Boletim Terra dos Homens - ABTH, ano VI, nº 52, 26 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.atfrj.org.br/artigos/GRUPOS%20DE%20APOIO%20%C3%80%20ADO%20%C3%87%20-%20FINALIDADES%20E%20DIN%20MICA%20blog.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2014.
- MANHAS, Ediana. **Famílias adotivas**: uma análise da literatura. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.
- McGINNIS, Hollee; SMITH, Susan L.; RYAN, Scott D.; HOWARD, Jeanne A. **Beyond culture camp**: promoting healthy identity formation in adoption. New York, Eva B. Donaldson Adoption Institute, 2009.
- MEDRADO, Benedito. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In.: SPINK, Mary J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, pp. 243-272, 2004.
- MOITA LOPES, Luiz P. Introdução. Sociostrucionismo: discurso e identidade social. In.: \_\_\_\_\_. (Org.) **Discursos de indetidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de Letras, pp. 13-38, 2003.

- MOTTA, Maria A. P. Das mães que entregam seus filhos em adoção: histórias de amor ou de terror? In.: LADVOCAT, Cynthia & DIUANA, Solange. **Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. São Paulo: Roca, pp. 415-436, 2014.
- NASCIMENTO, Florinda Lima do. **Transformação do conceito de família no âmbito jurídico**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2009.
- OLIVEIRA FILHO, Pedro de. Discurso e Identidade: a pobreza e a miséria nordestinas em relatos de jornais paraibanos e pernambucanos. In.: LIMA, Marcus E. O.; TORRES, Ana R. R.; TECHIO, Elza M. (Org.) **Identidade nacional e representações do Brasil**. São Paulo: Scortecci, pp. 149-175, 2016.
- PAIVA, Leila D. **Adoção: significados e possibilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- PALACIOS, Jesus; SÁNCHEZ-SANDOVAL, Yolanda. Relaciones padres-hijos en familias adoptivas. **Anuario de Psicología**, 71, 87-105, 1996.
- PEREIRA, Altino P. S. A Adoção e sua nova lei. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, 6, 211-220, 1958.
- \_\_\_\_\_. Adoção. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, 1(0), 147-155, 1953.
- POTTER, Jonathan; HEPBURN, Alexa. Eight Challenges for Interview Researchers. In.: GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A.; MARVASTI, Amir B. & MCKINNEY, Karyn D. **The SAGE Handbook of Interview Research: The Complexity of the Craft**, Second Edition. Thousand Oaks: SAGE Publications, 555-571, 2012. E-book.
- \_\_\_\_\_.; EDWARDS, Derek. Discursive Social Psychology. In.: ROBINSON, Peter; GILES, Howard. **The new handbook of language and social psychology**. John Wiles & Sons, pp. 103-118, 2001.
- \_\_\_\_\_. **La representación de la realidad: discurso, retórica y construcción social**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- \_\_\_\_\_.; WETHERELL, Margareth; CHITTY, Andrew. Quantification rhetoric: cancer on television. **Discourse & Society**, 2 (3), 333-365, 1991.

- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. How to analyse discourse. In.: \_\_\_\_\_. **Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behavior.** London: Sage Publications, pp. 158-177, 1987.
- QUEIROZ, Edilene F. Escutando o desejo de adotar. In: BESSET, Vera L.; CARNEIRO, Henrique F. (Orgs.). **A soberania da clínica na psicologia do cotidiano.** Rio de Janeiro: Garamond, pp. 243-266, 2009.
- \_\_\_\_\_. O “estranho” filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, 7(4), 100-111, 2004.
- \_\_\_\_\_.; PASSO, Maria C. (Orgs.). **A clínica da adoção.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- \_\_\_\_\_.; DUQUE, Amanda M.; Maia, Neusa A.; SILVA, Clara J.; COSTA, Tatiana A. Perfil psicológico dos pais adotivos. In: XIII Encontro Nacional de Apoio à Adoção (ENAPA), 2008. Anais do XIII Encontro Nacional de Apoio à Adoção (ENAPA). Recife: publicação eletrônica, vol. 1, pp. 1- 5, 2008.
- RASERA, Emerson F.; GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17, 157-165, 2004.
- RODRIGUES, Luciana. **Na cena jornalística, os serviços de acolhimento e a adoção:** incitamentos à vontade de família. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Comunitária). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- \_\_\_\_\_. HENNIGEN, Inês. Entre cenas de acolhimento institucional e da adoção: incitamento à vontade de família. In.: CRUZ, Lílian R; GUARESCHI, Neusa (Org.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.** Petrópolis: Vozes, pp. 66-90, 2012.
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs:** psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria C. Olhando a pessoa e seus outros, de perto e de longe, no antes, aqui e depois. In.: COLINVAUX, Dominique; LEITE, Lucia; DELL’AGIO, Débora (Orgs.). **Psicologia do desenvolvimento:** reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 19-59, 2006.

RUTTER, Michael; BECKETT, Celia; CASTLE, Jenny; COLVERT, Emma; KREPPNER, Jana; METHA, Mitul; STEVENS, Suzanne; SONUGA-BARKE, Edmund Sonuga-Barke. Effects of profound early institutional deprivation: an overview of findings from a UK longitudinal study of Romanian adoptees. In.: WROBEL, Gretchen M.; NEIL, Elsbeth (Eds.). *International Advances in adoption research for practice*. New York: Wiley-Blackwell, pp. 147-168, 2009.

\_\_\_\_\_; KREPPNER, Jana M.; O'CONNOR, Thomas G. Specificity and heterogeneity in children's responses to profound institutional privation. **British Journal of Psychiatry**, 179, 97-103, 2001.

SALGADO, Gisele M. Discussões legislativas do Código Civil de 1916: uma revisão historiográfica. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10972](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10972)>. Acesso em: 16 de março de 2013

SALVATERRA, Maria F. **Vinculação e identidade**. In: II Congresso Internacional sobre Adoção, Lisboa, 2011. Disponível em: <[eventos.scml.pt/congresso\\_adopcao\\_2/conclusoes.pdf](http://eventos.scml.pt/congresso_adopcao_2/conclusoes.pdf)>. Acesso em: 16 de março de 2013.

SANTOS, Paulo Sérgio P. A atuação histórica dos Grupos de Apoio à Adoção no Programa do Direito à Família. In.: GADELHA, Fabiana (Org.). **Unir para cuidar: fortalecimento da rede nacional de adoção: tecnologias sociais para a promoção do direito à convivência familiar e comunitária**. Brasília: Semear, pp.133-142, 2013.

SCHETTINI, Suzana S. M.; AMAZONAS, Maria C. L.; DIAS, Cristina M. S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, 11(2), 285-293, 2006.

SCHREINER, Gabriela. **Por uma cultura da adoção para a criança?: grupos, associações e iniciativas de apoio à adoção no Brasil**. São Paulo: Consciência Social, 2004.

SILVA, Ceris S. R. Preconceito e restrições no processo de adoção de crianças no país. In.: EITERER, Carmem L.; SILVA, Ceris S. R.; MARQUES, Walter U. (Org.) **Preconceito contra a filiação adotiva**. Coleção preconceitos, vol. 7. São Paulo: Cortez, pp. 38-74, 2011.

SILVA, Maria B. T. A. Papel dos grupos de apoio à adoção na garantia do direito à convivência família. In.: LADVOCAT, Cynthia; DIUANA, Solange (Orgs.). **Guia**

**de adoção:** no jurídico, no social, no psicológico e na família. São Paulo: Roca, 2014, pp. 65-78.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, pp.73-102, 2011.

SINGER, Leslie M.; BRODZINSKY, David M.; BRAFF, Anne M. Children's beliefs about adoption: a developmental study. **Journal of applied developmental psychology**, 3, 285-294, 1982.

SMITH, Daniel W.; BRODZINSKY, David M. Stress and coping in adopted children: a development study. **Journal of Clinical Child Psychology**, 23(1), 91-99. 1994.

SOARES, Juliana P. **A recepção do instituto da adoção no direito civil brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, Marciana da S. **Saber sobre sua origem:** reações e mudanças ocorridas na vida do filho adotivo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2014.

STRENZEL, Janaina C. **A prática da adoção e a produção dos modos de ser adotante e adotado.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e de Personalidade) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SZNICK, Vlado. **Adoção.** São Paulo: LEUD, 1993.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais:** estudos em psicologia social. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TEMPERINI, Carlos A. T. **Adoção homoparental e infância:** uma análise da mídia. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Matrizes**, 1 (2), 15-38, 2008.

- TORRES, Ana R.; CAMINO, Leoncio. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In.: TORRES, Ana R. R; CAMINO, Leoncio; LIMA, Marcus E. O.; PEREIRA, Marcos E. (Org.) **Psicologia social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, pp. 215-240, 2011.
- VAN DIJK, Teun. A. **Communicating racism: ethnic prejudice in thought and talk**. London, Sage, 1987.
- VARGAS, Marlizete M. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- VIANNA, Roberta C. O instituto da família e a valorização do afeto como princípio norteador das novas espécies da instituição no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista da ESMESC**, 18 (24), 511-536, 2011.
- WAGGENSPACK, Beth M. The symbolic crises of adoption. **Adoption Quarterly**, 1(4), 57-82, 1998.
- WEBER, Lidia. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção**. Curitiba: Santa Mônica, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos**. Curitiba: Juruá, 2004.
- WHETERELL, Margareth. The Field of Identity Studies. In.: WHETERELL, Margareth & TALPADE, Chandra M. **The SAGE Handbook of identities**. London: Sage Publications, 2010, pp. 2-26. E-book. <http://dx.doi.org/10.4135/9781446200889>.
- \_\_\_\_\_.; POTTER, Jonathan. **Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1992.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Roteiro de Entrevista

Dados sócio-econômicos: idade, gênero, profissão, escolaridade

- 1) Há quanto tempo atua no movimento pela adoção?
- 2) Como você definiria a adoção?
- 3) Como você definiria as famílias adotantes?
- 4) Como é que você definiria as pessoas adotadas?
- 5) Quais os objetivos da ONG? Que ações realiza? (Quais os impactos dessas ações para as pessoas estão querendo adotar e para as pessoas que serão adotadas?)
- 6) Há uma lei específica voltada para a adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que recentemente, em 2009, sofreu alterações. Em sua opinião, quais foram os principais obstáculos para a sua implementação?
- 7) Qual a importância para a sociedade brasileira do movimento social pela adoção?
- 8) Algumas vozes do movimento pela adoção falam sobre uma “cultura da adoção”, o que isso significa para você?
- 9) Outras vozes falam de uma “atitude adotiva”. O que é ter uma atitude adotiva?
- 10) Como você avalia o modo como a mídia representa a adoção e a pessoa adotada?

**ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (DOUTORADO)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Gostaria de convidá-lo(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Identidade e discurso: a construção discursiva sobre a pessoa adotada em organizações de sociedade civil que militam em prol da adoção”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Amanda Marques Duque**, cujo endereço profissional é: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Av. da Arquitetura s/n, 9º andar, Departamento de Psicologia – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50740-550, e-mail: amandamarquesduque@gmail.com, telefone (o(a) entrevistando(a) poderá ligar a cobrar caso necessite falar com a pesquisadora e não tenha recursos para realizar a ligação): (xx) xxxxxxxx. E esta pesquisa de doutorado está sob orientação do Prof. Dr. Pedro de Oliveira Filho, e-mail: deoliveirafilhopedro@gmail.com.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa o(a) Sr.(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Também garantimos que o(a) Sr.(a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação a qualquer momento da pesquisa, sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

Está pesquisa possui como objetivo principal analisar a construção discursiva da identidade sobre a pessoa adotada em grupos de apoio à adoção. Temos como propósito utilizar as informações conseguidas através desse estudo para compreender como os discursos construídos sobre a adoção e pessoa adotada são incorporados na sociedade. Além disso, podemos gerar contribuições e reflexões aos profissionais que trabalham nessa área, tais como os profissionais das Varas da Infância e da Juventude, os psicólogos clínicos, os militantes a favor da adoção, pedagogos, assistentes sociais, bem como a própria família adotiva.

Portanto, o(a) participante declara está perfeitamente ciente de que:

1. Concordei em participar da pesquisa, de livre e espontânea vontade, sem que recebesse nenhuma pressão para aceitar o convite.
2. Poderei desistir da pesquisa a qualquer momento sem que isso traga prejuízo a mim ou ao participante sob minha responsabilidade.
3. Estou participando de um estudo que envolve a realização de entrevistas, sem riscos para mim, tendo a possibilidade de trazer benefícios para a prática e políticas da adoção.
4. Tenho a garantia de receber respostas e esclarecimentos sobre qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e outros aspectos relacionados à pesquisa, sempre que desejar.

5. Estou seguro(a) de que as minhas informações serão privadas e utilizadas apenas para os propósitos da pesquisa.
6. Concordei com a entrevista e sua posterior descrição e transformação em documento escrito apenas para fins de estudo.
7. Os dados das entrevistas ficarão armazenados no laboratório do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL) pelo período de cinco (5) anos.
8. Fui informado(a) de que a pesquisa e sua publicação será feita sem constar o nome da instituição e do participante, que serão chamados por um nome fantasia.
9. Não haverá recompensa financeira pela participação no estudo.
10. Após os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, receberei uma cópia deste documento.
11. Ao final do projeto, como benefício da pesquisa, será entregue uma cópia digital para cada instituição participante.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740 -600, Tel.: (81) 2126.8588 - email: cepccs@ufpe.br.**

Recife, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
assinatura da pesquisadora

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG ou CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do participante ou responsável: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.**

02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO C - Autorização do Comitê de Ética

PLATBR - Comunicado de Início de Projeto - amandamarquesduque@gmail.com - Gmail - Google Chrome

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&view=bttop&ver=dqujp3h61mgd&q=plataforma%20brasil&qs=true>

Move to Inbox

PLATBR - Comunicado de Início de Projeto Inbox x

Equipe Plataforma Brasil <plataformabrasil@saude.gov.br> 2 Feb ☆

to me

Portuguese > English [Translate message](#) [Turn off for: Portuguese x](#)

Sr. (a) Pesquisador (a),

O projeto IDENTIDADE E DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A PESSOA ADOTADA EM ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL QUE MILITAM EM PROL DA ADOÇÃO com número CAAE 28152914.0.0000.5208, tem data de início prevista para 26/02/2014. Esta mensagem é meramente informativa e baseada na data da primeira etapa descrita no cronograma aprovado. Por favor, ignore-a se não fizer sentido para a corrente situação do projeto de pesquisa.

Atenciosamente,

Plataforma Brasil

[www.saude.gov.br/plataformabrasil](http://www.saude.gov.br/plataformabrasil)

[plataformabrasil@saude.gov.br](mailto:plataformabrasil@saude.gov.br)

Esta é uma mensagem automática. Favor não responder este e-mail.